

Universidade do Estado do Pará
Pró- Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Centro de Ciências Sociais e Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação
Doutorado em Educação



ESTER MIRANDA DA SILVA PEREIRA

**Uma Investigação sobre
Adoecimento e Readaptação Funcional de
Docentes da Educação Básica do Estado do Pará**

Belém/PA

2026

ESTER MIRANDA DA SILVA PEREIRA

**Uma Investigação sobre
Adoecimento e Readaptação Funcional de
Docentes da Educação Básica do Estado do Pará**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) – Doutorado, da Universidade do Estado do Pará.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Franco Sá

Belém/PA

2026

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP) de acordo com o ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade do Estado do Pará
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

M672i Miranda da Silva Pereira, Ester
Uma Investigação sobre Adoecimento e Readaptação Funcional de
Docentes da Educação Básica do Estado do Pará / Ester Miranda da
Silva Pereira. — Belém - Pará, 2026.
149 f.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Franco Sá
Tese (Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade do
Estado do Pará, Campus I - Centro de Ciências Sociais e Educação
(CCSE), 2026.

1. Educação. 2. Trabalho docente. 3. Adoecimento. 4. Readaptação
funcional. I. Título.

CDD 22.ed. 371.12

ESTER MIRANDA DA SILVA PEREIRA

**Uma Investigação sobre
Adoecimento e Readaptação Funcional de
Docentes da Educação Básica do Estado do Pará**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) - Doutorado da Universidade do Estado do Pará

Orientador: Prof. Dr. Pedro Franco Sá

Data de Defesa:
Banca Examinadora:

Prof. Dr. Pedro Franco de Sá - Orientador

Prof^a. Dr^a. Rosineide de Souza Jucá - Membro Interno

Prof^a. Dr^a. Marta Genu Soares - Membro Interno

Prof. Dr. Tiago Tendai Chingore - Membro Externo

Prof^a. Dr^a Valéria Marques Ferreira Normando - Membro Externo

Belém/PA

2026

Aos participantes desta pesquisa,
que compartilharam enfrentamentos
e desafios e que lutam diariamente
para reinventar o ser docente em
prol da educação.

AGRADECIMENTOS

À Deus, O Consolador que dá forças para prosseguir em quaisquer tempestades;

À minha família, meu porto seguro que sempre me incentiva na minha trajetória de vida a alcançar objetivos e a superar obstáculos;

Ao orientador, Pedro Franco de Sá, expresso minha profunda e eterna gratidão, pela compreensão, apoio e por todo conhecimento compartilhado;

Aos professores do PPGED, cujos ensinamentos contribuíram para a consecução desta pesquisa;

Aos membros da banca examinadora, pela disponibilidade em ler este trabalho e pelas contribuições para enriquecer e ampliar o conhecimento sobre a temática deste estudo;

Aos colegas desta caminhada acadêmica, pelas trocas de ideias e pelo apoio em todas as etapas desta jornada;

A todos que, de alguma forma, contribuíram para a concretização deste estudo.

RESUMO

PEREIRA, Ester Miranda da Silva. **Uma investigação sobre adoecimento e readaptação funcional de docentes da educação básica do estado do Pará.** 2026. 149 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado do Pará, Belém.

Esta pesquisa parte da compreensão de que o adoecimento e a readaptação funcional docente são fenômenos relacionados às condições de trabalho e à intensificação das atividades pedagógicas no contexto educacional contemporâneo. Nesse cenário, defende-se a tese de que a educação deve ultrapassar os limites dos saberes pedagógicos tradicionais e discutir as temáticas de saúde e adoecimento docente na formação inicial e continuada. O objeto de estudo centra-se na readaptação funcional de professores da educação básica. O objetivo geral da pesquisa consistiu em analisar o processo de readaptação funcional de professores da educação básica de municípios do estado do Pará; os objetivos específicos foram: compreender as causas do adoecimento e a consequente readaptação funcional nos professores; traçar o perfil de adoecimento dos docentes readaptados e identificar fatores associados ao adoecimento do professor no exercício da profissão. A investigação fundamentou-se teoricamente na Psicodinâmica do Trabalho, especialmente nas contribuições de Christophe Dejours, cuja abordagem possibilita compreender as relações entre trabalho e sofrimento. Metodologicamente, adotou-se abordagem quanti-qualitativa, de caráter descritivo, em que foram articulados dados quantitativos e qualitativos para compreender o fenômeno investigado. A produção das informações ocorreu por meio de questionário estruturado aplicado a professores em situação de readaptação funcional. Os dados quantitativos foram submetidos à estatística descritiva e a testes de associação entre variáveis, enquanto os qualitativos foram interpretados à luz do referencial teórico adotado. Os resultados evidenciaram que os principais fatores relacionados à readaptação funcional docente estão associados a problemas emocionais, ortopédicos e vocais, com predomínio dos transtornos emocionais. Constatou-se que a intensificação, a sobrecarga de atividades e as condições inadequadas de trabalho contribuem significativamente para o adoecimento docente. Observou-se ainda que, embora a readaptação funcional represente uma estratégia institucional de permanência no trabalho, ela pode gerar sentimentos de desvalorização, exclusão e perda de identidade profissional. Além disso, verificou-se a ausência de ações formativas voltadas à saúde e ao adoecimento docente para a maioria dos participantes. Conclui-se que a readaptação funcional deve ser compreendida para além de um procedimento administrativo, constituindo-se como fenômeno complexo que envolve dimensões institucionais, organizacionais e subjetivas do trabalho docente. Nesse sentido, ressalta-se a necessidade de políticas institucionais voltadas à promoção da saúde dos professores e à inclusão da temática do adoecimento docente nos processos de formação inicial e continuada da educação básica.

Palavras-chave: educação; trabalho docente; adoecimento; readaptação funcional.

ABSTRACT

PEREIRA, Ester Miranda da Silva. An Investigation into Illness and Functional Readaptation among Basic Education Teachers in the State of Pará. 2026. 149 f. Thesis (Doctorate in Education) – State University of Pará, Belém.

This study is based on the understanding that teacher illness and functional readaptation are phenomena related to working conditions and the intensification of pedagogical activities within the contemporary educational context. In this scenario, it argues that education should go beyond the limits of traditional pedagogical knowledge and incorporate discussions on teacher health and illness into both initial and continuing teacher education. The object of study focuses on the functional readaptation of basic education teachers. The general objective of the research was to analyze the process of functional readaptation among basic education teachers in municipalities of the state of Pará. The specific objectives were: to understand the causes of illness and the resulting functional readaptation among teachers; to outline the illness profile of readapted teachers; and to identify factors associated with teacher illness in the exercise of the profession. The investigation was theoretically grounded in the Psychodynamics of Work, particularly in the contributions of Christophe Dejours, whose approach makes it possible to understand the relationship between work and suffering. Methodologically, the study adopted a mixed-methods (quantitative-qualitative) descriptive approach, integrating quantitative and qualitative data to better understand the phenomenon under investigation. Data were collected through a structured questionnaire administered to teachers undergoing functional readaptation. Quantitative data were analyzed using descriptive statistics and tests of association between variables, while qualitative data were interpreted in light of the adopted theoretical framework. The findings revealed that the main factors related to teachers' functional readaptation are associated with emotional, orthopedic, and vocal health problems, with emotional disorders being the most prevalent. The study found that work intensification, excessive workload, and inadequate working conditions significantly contribute to teacher illness. It was also observed that, although functional readaptation represents an institutional strategy for maintaining teachers in the workforce, it may generate feelings of devaluation, exclusion, and loss of professional identity. Furthermore, the results showed that most participants had not received educational or training initiatives focused on teacher health and illness. It is concluded that functional readaptation should be understood as more than an administrative procedure, constituting a complex phenomenon involving institutional, organizational, and subjective dimensions of teaching work. In this regard, the study highlights the need for institutional policies aimed at promoting teachers' health and for the inclusion of teacher illness as a topic in both initial and continuing education programs within basic education.

Keywords: education; teaching work; illness; functional readaptation.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE – Atendimento Educacional Especializado

BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

BVS – Biblioteca Virtual em Saúde

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEP – Conselho de Ética em Pesquisa

CNS – Conselho Nacional de Saúde

CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

DORT – Doenças Osteomusculares Relacionadas ao Trabalho

DVRT – Doenças da Voz Relacionadas ao Trabalho

LER – Lesão por Esforço Repetitivo

OIT - Organização Internacional do Trabalho

PDT – Psicodinâmica do Trabalho

RJU – Regime Jurídico Único

SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

SEPLAD – Secretaria de Estado de Planejamento e Administração

SUS – Sistema Único de Saúde

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UEAFTO – Unidade de Ensino e Assistência em Fisioterapia e Terapia Ocupacional

UEPA – Universidade do Estado do Pará

LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS E MAPAS

Quadro 1 – Estudos sobre readaptação funcional docente	61
Quadro 2 – Objetivos das pesquisas elencadas	69
Quadro 3 – Distribuição dos tipos de patologia por sexo	80
Quadro 4 – Teste qui-quadrado (sexo e tipos de patologia)	81
Quadro 5 – Estado civil dos participantes	85
Quadro 6 – Estado civil e tipos de patologia	85
Quadro 7 - Teste qui-quadrado (estado civil e tipos de patologia)	86
Quadro 8 – Faixa etária do sexo feminino e tipo de patologia	86
Quadro 9 - Teste qui-quadrado (faixa etária – sexo feminino e tipos de patologia)	87
Quadro 10 – Faixa etária do sexo masculino e tipo de patologia	87
Quadro 11 - Teste qui-quadrado (faixa etária – sexo masculino e tipos de patologia)	88
Quadro 12 – Fases do ciclo de vida profissional docente	89
Quadro 13 – Tempo de serviço e tipos de patologia	90
Quadro 14 – Teste qui-quadrado (tempo de serviço e tipos de patologia)	90
Quadro 15 – Nº de escolas e tipos de patologia	91
Quadro 16 – Teste qui-quadrado (nº de escolas e tipos de patologia)	92
Quadro 17 – Nº de turmas e tipos de patologia	93
Quadro 18 – Teste qui-quadrado (nº de turmas e tipos de patologia)	93
Quadro 19 – Disciplinas ministradas e tipos de patologia	94
Quadro 20 – Teste qui-quadrado (disciplinas ministradas e tipos de patologia)	95
Quadro 21 – Tempo de readaptação funcional e tipos de patologia	96
Quadro 22 – Teste qui-quadrado (tempo de readaptação e tipos de patologia)	97
Quadro 23 – Resumo do perfil dos participantes da pesquisa	98
Quadro 24 – Elementos presentes no contexto laboral	100
Quadro 25 – Nova função exercida pelos professores	103

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 TRABALHO - PERSPECTIVA ONTOLÓGICA E SUAS TRANSFORMAÇÕES	16
1.1 O trabalho como categoria ontológica do ser social	16
1.2 O trabalho na modernidade e a centralidade na organização social	17
1.3 A transformação do trabalho com o advento do capitalismo	19
1.4 Sofrimento laboral como expressão das transformações do trabalho	21
1.5 A Psicodinâmica do Trabalho como teoria explicativa do sofrimento laboral	23
2 TRABALHO DOCENTE NA CONTEMPORANEIDADE	28
2.1 A docência como trabalho: especificidades e complexidades	28
2.2 Organização e condições do trabalho docente	29
2.3 Políticas educacionais e impactos na prática pedagógica	30
2.4 Intensificação, responsabilização e precarização do trabalho docente	31
2.5 Fatores institucionais e organizacionais associados ao sofrimento docente.....	32
3 ADOECIMENTO DOCENTE: DETERMINANTES E EXPRESSÕES	34
3.1 Conceito de adoecimento relacionado ao trabalho	34
3.2 Principais agravos à saúde do professor	37
3.3 Fatores organizacionais associados ao adoecimento docente	40
3.4 O nexo entre trabalho docente e adoecimento	43
4 READAPTAÇÃO FUNCIONAL DOCENTE	47
4.1 Conceito e fundamentos legais da readaptação funcional	47
4.2 Desafios institucionais na implementação da readaptação	49
4.3 Estigmatização e exclusão do docente readaptado	52
4.4 Readaptação funcional e (re)construção da identidade profissional	54
4.5 Limites e possibilidades da readaptação como política de proteção à saúde	57
4.6 Revisão integrativa sobre readaptação funcional docente	59
5 METODOLOGIA.....	74
5.1. Tipo de pesquisa.....	74

5.2. Instrumento e procedimento de coleta de dados.....	75
5.3 Cuidados éticos.....	76
6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS	78
CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
REFERÊNCIAS	111
APÊNDICE	126
ANEXO	147

INTRODUÇÃO

O trabalho constitui categoria fundante da existência humana, mediação entre o ser social e a natureza, por meio da qual o sujeito transforma o mundo e, simultaneamente, a si próprio. Trata-se de atividade histórica e socialmente construída, cuja centralidade se manifesta na organização da vida em sociedade. Conforme Krugmann (2015), é atividade social indispensável à construção histórica do homem, inserido na tríade sujeito-história-viver em sociedade. Entretanto, ao longo do tempo, o mundo do trabalho passou por profundas transformações, com destaque para o advento do capitalismo e a consolidação de uma nova ordem nas relações entre capital e trabalho.

No contexto contemporâneo, marcado pela globalização, intensificação produtiva e lógica gerencial orientada por resultados, o trabalho passou a assumir características que ampliam exigências, reduzem tempos e potencializam formas de controle. Essas mudanças não se restringem ao setor industrial; alcançam, de maneira significativa, as profissões do campo educacional. Para Coelho e Sá (2019), a organização laboral dos professores tem demandado exigências de maior produtividade em tempo reduzido, aumento do volume e da complexidade das tarefas, avaliação de resultados como principal critério de reconhecimento, estrutura precária de políticas educacionais e desvalorização das horas destinadas ao descanso.

Nesse cenário, o trabalho docente passou a ser atravessado por múltiplas demandas para além da sala de aula. Conforme Reis (2014), ser polivalente implica a participação de atividades na escola e na comunidade, bem como a interação com a família e com o Conselho Tutelar, sobretudo em casos de alunos em situação de risco. O professor é constantemente convocado a atender elevados padrões de qualidade definidos pelo sistema educacional, muitas vezes alinhados a interesses mercadológicos (Coelho; Sá, 2019). Essa ampliação de responsabilidades, somada à precarização das condições de trabalho, contribui para a intensificação da atividade laboral e para o surgimento de problemas de saúde.

Segundo Vaz (2017) e Castro (2020), a sobrecarga de tarefas e a intensificação do trabalho docente refletem o processo de precarização das relações laborais, o que acarreta desgaste físico e mental. No Brasil, a cada dois

minutos é registrado, pelo menos, um afastamento de professor do seu contexto laboral, segundo dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese, 2019). O Congresso de Medicina do Trabalho apontou, em análise realizada nas grandes metrópoles no primeiro quadrimestre de 2019, média de 132 atestados e pedidos de afastamento por dia; nesse ranking, os professores ocupam a segunda posição, principalmente em função de quadros relacionados à saúde mental (Dieese, 2019).

No âmbito internacional, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) reconhece a docência como atividade permeada por elevado desgaste e risco significativo de adoecimento físico e mental, quando comparada a outras áreas de atuação. No Brasil, os transtornos mentais figuram entre as principais causas de afastamento laboral, com destaque à categoria do professor como uma das mais acometidas (Brasil, 2019). Em levantamento realizado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), 71% dos docentes relataram afastamento do trabalho, nos últimos cinco anos, por problemas psíquicos; o estresse despontou como um dos principais motivos mencionados.

Além do sofrimento psíquico, o adoecimento docente também se expressa por meio de limitações físicas, especialmente relacionadas a distúrbios osteomioarticulares e a alterações vocais. As perdas funcionais impactam diretamente o bem-estar do indivíduo e podem provocar elevados níveis de insatisfação e sofrimento. Não raro, observam-se elevados índices de automedicação, fadiga, absenteísmo, licenças para tratamento de saúde e, em casos mais graves, abandono da profissão (Hunhoff; Flores, 2020).

Diante das diversas possibilidades de afastamento do professor de seu contexto laboral, destaca-se a readaptação funcional. Conforme Neris (2018), trata-se de um fenômeno em crescimento no ensino público brasileiro, cuja complexidade ultrapassa a simples constatação de uma epidemia de absenteísmo. Amaral e Mendes (2017) definem-a como dispositivo legal destinado ao servidor que, em decorrência de adoecimento, apresenta limitações ou perda de capacidades.

Entretanto, embora prevista como direito e mecanismo de proteção à saúde do trabalhador, a readaptação funcional nem sempre se concretiza como processo acolhedor e resolutivo. Investigações apontam o enfrentamento de dificuldades nas relações interpessoais, sentimentos de desvalorização e percepções de inutilidade

no novo trabalho desempenhado pelos docentes readaptados (Krugmann, 2015). A não continuidade da inserção em sala de aula pode acentuar processos de exclusão e fragilização psicossocial (Farias; Miguel, 2019). O estigma da vitimização do “doente”, frequentemente associado ao professor readaptado, pode agravar o sofrimento vivenciado (Ladeira, 2020).

A justificativa pessoal da escolha do tema encontra-se intimamente relacionada à minha trajetória profissional. Há vinte e quatro anos, concluí a graduação em Terapia Ocupacional pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). Em 2008, após aprovação em concurso público, assumi o cargo de terapeuta ocupacional na Unidade de Ensino e Assistência em Fisioterapia e Terapia Ocupacional (UEAFTO), vinculada à UEPA, que presta serviços pelo Sistema Único de Saúde (SUS), predominantemente na área de reabilitação física. Ao longo dessa trajetória, tornou-se frequente o contato com professores em processo de readaptação funcional, encaminhados a processo de reabilitação com vistas ao possível retorno às atividades laborais.

Essa vivência profissional evidenciou que, para além das limitações físicas apresentadas, muitos docentes relataram sofrimento decorrente da forma como eram percebidos no ambiente escolar, além de sentimentos de insegurança quanto ao futuro profissional. Tal realidade suscitou a necessidade de compreender, de maneira mais ampla, os fatores que conduzem os professores ao adoecimento relacionado do trabalho, bem como os modos pelos quais vivenciam o processo de readaptação funcional.

Nesse contexto, esta pesquisa tem como objeto de estudo a readaptação funcional de professores da educação básica. A escolha do tema justifica-se pela relevância social do fenômeno, crescimento expressivo dos casos de adoecimento docente e necessidade de compreender o processo de readaptação na categoria docente para refletir sobre estratégias para preveni-la.

A partir do objeto de estudo e do delineamento contextual apresentado, formula-se o seguinte problema de pesquisa: de que maneira tem ocorrido o processo de adoecimento e readaptação funcional de professores da educação básica?

Dessa forma, propõe-se o seguinte enunciado de tese: a educação deve discutir, além dos saberes para o exercício do trabalho docente propriamente dito, temáticas relacionadas à saúde e ao adoecimento docente nas formações inicial e

continuada, principalmente no contexto da educação básica, como medida preventiva da readaptação funcional.

Para responder aos questionamentos levantados, estabeleceu-se como objetivo geral analisar o processo de readaptação funcional de professores da educação básica de municípios do Pará e foram delineados os seguintes objetivos específicos: compreender as causas do adoecimento e a consequente readaptação funcional nos professores, traçar o perfil de adoecimento dos docentes readaptados e identificar fatores associados ao adoecimento do professor no exercício da profissão.

O fenômeno da readaptação funcional deve ser analisado de forma articulada às transformações estruturais e às especificidades do trabalho docente na contemporaneidade. Assim, a pesquisa parte da compreensão do trabalho em seu aspecto ontológico, avança para as transformações decorrentes do advento do capitalismo e examina como tais mudanças repercutem na organização do trabalho docente e nos processos de adoecimento.

A estrutura da pesquisa organiza-se da seguinte forma: o primeiro capítulo aborda o trabalho em seu aspecto ontológico e discute o sofrimento laboral e a Psicodinâmica do Trabalho como referencial para compreendê-lo. O segundo capítulo analisa o trabalho docente na contemporaneidade, com ênfase nas especificidades, condições de organização, políticas educacionais e processos de intensificação e precarização. O terceiro capítulo trata do adoecimento docente, seus determinantes e suas expressões, com destaque para o nexo entre trabalho e adoecimento. O quarto capítulo discute a readaptação funcional docente, fundamentos legais e institucionais e repercussões para o docente. Por fim, o quinto e o sexto capítulos dedicam-se à metodologia e à análise dos dados, respectivamente, culminando nas considerações finais.

Espera-se, com esta investigação, contribuir para o aprofundamento do debate sobre trabalho docente, adoecimento e readaptação funcional e evidenciar a necessidade de estratégias para evitar o afastamento do professor da educação básica das suas atividades laborais.

CAPÍTULO 1 – TRABALHO - PERSPECTIVA ONTOLÓGICA E SUAS TRANSFORMAÇÕES

1.1 O trabalho como categoria ontológica do ser social

O trabalho é considerado uma categoria fundante da existência humana, compreendido não apenas como atividade produtiva. Sob a perspectiva ontológica, é a condição pela qual o homem transforma a realidade objetiva e, simultaneamente, transforma a si mesmo, produz história e sociabilidade. Marx (2013) assinala que o trabalho é um processo estabelecido entre homem e natureza, no qual o sujeito, ao agir sobre o mundo externo, modifica-o e, nesse movimento, modifica também a sua própria natureza. Essa dimensão revela o caráter constitutivo do trabalho na formação do ser social.

Ao analisar o trabalho como categoria ontológica, Lukács (2013) enfatiza que ele inaugura uma forma específica de ser: o ser social. Diferentemente das atividades instintivas presentes na natureza biológica, o trabalho é teleologicamente orientado, isto é, guiado por uma finalidade previamente idealizada. O homem projeta mentalmente o resultado antes de realizá-lo concretamente. Essa capacidade de antecipação consciente distingue o trabalho das demais formas de atividade presentes no reino natural, conferindo-lhe centralidade na constituição da vida social.

Nessa conjuntura, o trabalho não pode ser reduzido à dimensão econômica. Ele é categoria ontológica porque antecede e fundamenta as formas históricas específicas que assume. Conforme Lessa (2016), é a protoforma de todas as demais práticas sociais, pois, a partir dele, são desenvolvidas as relações jurídicas, políticas, culturais e ideológicas. Assim, compreendê-lo em seu aspecto ontológico implica reconhecê-lo como fundamento da sociabilidade e não apenas como emprego ou ocupação.

A dimensão ontológica do trabalho também se manifesta na produção da cultura e do conhecimento. Ao transformar a natureza, o homem produz instrumentos, técnicas, linguagens e sistemas simbólicos acumulados historicamente. Para Tonet (2013), o trabalho é condição da humanização – por meio dele, o indivíduo supera a adaptação passiva ao meio e passa a atuar de forma ativa e criadora. O seu processo de objetivação permite que os produtos humanos ultrapassem o indivíduo singular, integrando-se ao patrimônio social

coletivo.

Entretanto, embora o trabalho seja categoria fundante da vida social, suas formas históricas concretas variam de acordo com o modo de produção vigente. Conforme Antunes (2018), no capitalismo contemporâneo, passa por intensas metamorfoses que alteram suas condições, sua organização e seus significados sociais. Contudo, tais transformações não anulam sua centralidade ontológica. Mesmo sob formas precarizadas, permanece como mediação estruturante da existência humana.

A compreensão ontológica do trabalho permite, ainda, analisar as contradições presentes nas formas históricas de sua realização. Se, por um lado, é condição de humanização, por outro, pode assumir configurações alienadas, nas quais o trabalhador se vê separado do produto de sua atividade e do controle sobre o processo produtivo. Marx (2013) já apontava que, no capitalismo, tende a se converter em atividade estranhada e, por conseguinte, produz não apenas mercadorias, mas também formas de sofrimento socialmente determinadas.

Essa contradição entre potencial humanizador e experiência alienada revela que o trabalho não é, em si, sinônimo de emancipação ou de sofrimento. Ele constitui categoria ontológica permanente, mas suas expressões concretas dependem das condições históricas e sociais em que se realiza. Sua apreensão contemporânea exige articulação da sua dimensão ontológica às determinações estruturais impostas pelo capital e desconsideração de análises que o reduzam a mero fator econômico ou a espaço de realização subjetiva (Antunes, 2020).

Assim, ao tomar o trabalho como categoria ontológica do ser social, esta pesquisa parte do entendimento de que a compreensão de fenômenos como o adoecimento docente e a readaptação funcional requer reflexões sobre transformações históricas do trabalho. O adoecimento não pode ser explicado apenas por variáveis individuais ou organizacionais imediatas, mas deve ser relacionado à forma como o trabalho é estruturado e vivenciado. A ontologia do trabalho, portanto, constitui o fundamento teórico a partir do qual se desdobram as análises subsequentes.

1.2 O trabalho na modernidade e a centralidade na organização social

A modernidade consolidou o trabalho como eixo estruturante da organização

social, conferindo-lhe centralidade não apenas econômica, mas também moral e política. Ele passa a ocupar lugar central na constituição da cidadania e na legitimação das hierarquias sociais. Arendt (2016), ao distinguir labor, trabalho e ação, demonstra que a modernidade eleva o trabalho à condição de princípio organizador da vida coletiva, transformando-o em elemento definidor da identidade social dos indivíduos.

A ética do trabalho, particularmente analisada por Weber (2004), revela a contribuição da racionalidade moderna para a valorização do desempenho, da disciplina e da produtividade. A consolidação do espírito capitalista esteve associada à internalização de valores que vinculam trabalho a dever moral, a sucesso individual e a reconhecimento social. Nesse contexto, a atividade laboral deixa de ser apenas meio de subsistência para se tornar critério de pertencimento e legitimidade social.

Com o desenvolvimento do Estado moderno e das instituições burocráticas, o trabalho passa a estruturar a economia e os sistemas de proteção social. Castel (2015) demonstra que, ao longo do século XX, o emprego formal tornou-se base da chamada “sociedade salarial”, na qual direitos sociais, seguridade e reconhecimento institucional estavam ligados à inserção no mercado de trabalho. O trabalho assalariado tornou-se, assim, mediador do acesso à cidadania e à proteção estatal.

Ao mesmo tempo, a modernidade consolidou uma racionalidade instrumental que reorganizou os processos produtivos e instituiu novas formas de controle e gestão. Segundo Habermas (2012), a expansão da racionalidade técnica-instrumental influenciou profundamente as esferas sociais e subordinou práticas e relações a critérios de eficiência e desempenho. Essa lógica repercute diretamente na organização do trabalho, o que reforça mecanismos de avaliação, produtividade e mensuração de resultados.

No plano subjetivo, a centralidade do trabalho na modernidade também redefiniu as formas de construção da identidade social. Méda (2015) argumenta que o trabalho se tornou elemento central de auto identificação nas sociedades contemporâneas, frequentemente associado à resposta à pergunta “quem sou eu?”. Contudo, tal centralidade produz ambivalências: se, por um lado, pode representar realização e integração social, por outro, sua instabilidade ou precarização podem gerar insegurança e fragilização subjetiva.

Ao analisar as transformações do trabalho nas sociedades pós-industriais, Gorz (2007) questiona a permanência dessa centralidade diante da flexibilização e da fragmentação das relações laborais. Entretanto, mesmo com a ampliação de formas atípicas de emprego, o trabalho continua como referência estruturante da vida social, seja pela sua presença ou ausência. Nesse sentido, a exclusão do mercado de trabalho, não significa libertação, mas, frequentemente, marginalização social.

Mészáros (2011) amplia essa discussão ao destacar que o metabolismo social do capital reorganiza continuamente as formas de trabalho, subordinando-as às exigências de acumulação. Na modernidade capitalista, o trabalho torna-se simultaneamente indispensável e subordinado, essencial à reprodução social, mas condicionado por estruturas que limitam sua autonomia. Essa contradição estrutura grande parte das tensões vivenciadas nas relações laborais contemporâneas.

Diante disso, compreender o trabalho na modernidade implica reconhecer sua dupla dimensão: elemento constitutivo da sociabilidade e, ao mesmo tempo, espaço atravessado por relações de poder, controle e desigualdade. A centralidade do trabalho na organização social moderna constitui o pano de fundo para analisar as transformações que se intensificam com o capitalismo contemporâneo e repercutem diretamente no trabalho docente. É nesse cenário onde emergem novas configurações de intensificação laboral e, por conseguinte, novas formas de sofrimento associadas ao exercício profissional.

1.3 A transformação do trabalho com o advento do capitalismo

O advento do capitalismo representa uma inflexão decisiva nas formas de organização e significação do trabalho. Se, em seu aspecto ontológico, constitui mediação essencial entre o homem e a natureza, no capitalismo, passa a ser subsumido à lógica da valorização do capital. Segundo Marx (2013), nesse modo de produção, a força de trabalho converte-se em mercadoria e o processo produtivo passa a ser orientado prioritariamente pela extração de mais-valia. O trabalho deixa de ser apenas atividade de transformação e passa a integrar um sistema estruturado pela acumulação.

A consolidação do trabalho assalariado como forma predominante de inserção social redefiniu as relações entre trabalhador e produto de seu trabalho. A alienação, categoria central na análise marxiana, refere-se à separação entre o

trabalhador e o resultado de sua atividade, bem como ao distanciamento em relação ao controle do processo produtivo. Nessa dinâmica, o trabalhador não reconhece no produto final a expressão de sua subjetividade, mas a materialização de uma lógica que lhe é externa (Marx, 2013).

Com a Revolução Industrial, intensificaram-se os processos de racionalização e fragmentação das tarefas. O modelo taylorista-fordista instituiu a divisão técnica do trabalho, a padronização das atividades e o controle rigoroso dos tempos e movimentos. Para Braverman (1987), esse processo implicou a degradação do trabalho, reduziu a autonomia do trabalhador e concentrou o saber técnico na gestão. O conhecimento, antes incorporado ao trabalhador, foi progressivamente deslocado para a organização laboral.

No século XX, a consolidação da sociedade salarial estruturou-se em torno do emprego formal, relativamente estável, associado a direitos sociais e proteção estatal. Contudo, a partir das últimas décadas, esse modelo passou por profundas reestruturações. Harvey (2014) analisa que a crise do fordismo e a emergência da acumulação flexível redefiniram as formas de organização do trabalho e ampliaram a terceirização, a flexibilização contratual e a instabilidade laboral.

Antunes (2018) denomina esse processo como a “metamorfose do mundo do trabalho”, caracterizada pela expansão do trabalho precário, informal e intermitente. A lógica da flexibilização não elimina a centralidade do trabalho, mas altera profundamente suas condições de realização. A intensificação produtiva, associada ao avanço tecnológico e à globalização, impõe novos ritmos e exigências e amplia a pressão sobre os trabalhadores.

Boltanski e Chiapello (2009), ao analisarem o “novo espírito do capitalismo”, evidenciam como o discurso gerencial contemporâneo incorpora valores como autonomia, criatividade e flexibilidade, ao mesmo tempo em que reforça mecanismos de controle e responsabilização individual. O trabalhador passa a ser instado a gerir a si mesmo como empresa e, conseqüentemente, internaliza metas e objetivos organizacionais. Essa racionalidade amplia a individualização das responsabilidades e obscurece as determinações estruturais do processo produtivo.

Standing (2014) acrescenta que o surgimento do chamado “precariado” expressa a instabilidade estrutural do trabalho contemporâneo. A insegurança quanto à permanência no emprego, ausência de garantias e fragmentação das trajetórias profissionais produz impactos significativos na vida social e na saúde

dos trabalhadores. A precarização deixa de ser fenômeno periférico e passa a constituir elemento estruturante das relações laborais.

Como forma de inserção social, o trabalho se desdobra num universo marcado por relações de desigualdade, poder e dominação. Assim, trabalhar estimula a subjetividade nesse mundo hierarquizado, ordenado e coercitivo, e a experiência da confrontação com o real se faz conhecer pela resistência do sujeito em ser dominado. O trabalho sempre colocará à prova a subjetividade, a qual pode ser acrescida ou diminuída, tudo depende da transformação ocorrida no contexto laboral (Dejours, 2004). Com a evolução do trabalho, sob o império das novas formas de organização, de gestão e de administração específicos do neoliberalismo, o futuro do homem está comprometido (Dejours, 2004).

Nesse contexto, compreender a transformação do trabalho com o advento do capitalismo é fundamental para analisar os desdobramentos contemporâneos nas diferentes categorias profissionais, inclusive no campo educacional. A intensificação, a racionalização e a precarização atravessam o trabalho docente, reconfiguram suas condições e produzem novos desafios. É a partir dessas transformações que emergem formas de sofrimento laboral, discutidas a seguir.

1.4 Sofrimento laboral como expressão das transformações do trabalho

As transformações estruturais do trabalho no capitalismo contemporâneo não se limitam à reorganização técnica dos processos produtivos; produzem impactos na experiência subjetiva dos trabalhadores. O sofrimento laboral emerge como expressão das contradições entre as exigências impostas pelo sistema produtivo e as possibilidades reais de realização do trabalho. Marx (2013) já apontava que, na sociedade capitalista, o trabalho pode converter-se em atividade estranhada, na qual o trabalhador se vê apartado do produto, do processo e de sua própria essência criadora.

Com o avanço da racionalização e da intensificação produtiva, o trabalho passou a ser organizado sob critérios de desempenho, eficiência e produtividade, frequentemente desconsiderando os limites físicos e psíquicos do trabalhador. Conforme Sennett (2012), o capitalismo flexível introduziu formas de instabilidade e fragmentação que corroem vínculos duradouros e produzem insegurança constante. A ausência de previsibilidade e a pressão por resultados imediatos geram tensão contínua e sensação de insuficiência.

Ao abordar a modernidade líquida, Bauman (2001) aponta que a fluidez das relações sociais e laborais intensifica sentimentos de vulnerabilidade e descartabilidade. No mundo do trabalho, a lógica da substituíbilidade permanente contribui para o medo do desemprego e para a internalização da necessidade de adaptação constante. Tal cenário amplia a responsabilização individual pelo sucesso ou fracasso profissional e desloca para o sujeito o peso das transformações estruturais.

De acordo com Antunes (2018), a precarização estrutural do trabalho dilata as formas de exploração e intensifica o desgaste físico e mental. A ampliação da jornada, a sobrecarga de tarefas, a multiplicidade de funções e a pressão por metas configuram um ambiente propício ao adoecimento. O sofrimento laboral, nesse contexto, não pode ser interpretado como fragilidade individual, mas como resultado de uma organização orientada pela lógica da acumulação.

Mészáros (2011) argumenta que o metabolismo social do capital subordina as necessidades humanas às exigências do mercado. Assim, cria-se uma dinâmica na qual o trabalho deixa de atender prioritariamente às necessidades sociais e passa a servir à reprodução do capital. Essa inversão de prioridades gera tensões entre o sentido do trabalho para o sujeito e as finalidades impostas externamente, o que favorece experiências de frustração e esvaziamento.

No campo da sociologia do trabalho, para Castel (2015), a fragilização dos vínculos laborais compromete a segurança social e amplia situações de vulnerabilidade. A perda de estabilidade e a intensificação das exigências produzem insegurança existencial e afetam a dimensão econômica e a saúde mental dos trabalhadores. Portanto, o sofrimento se inscreve tanto na materialidade das condições de trabalho quanto na dimensão simbólica da inserção social.

O sofrimento laboral não se manifesta apenas por meio de sintomas clínicos evidentes. Muitas vezes, ele se expressa em sentimentos de desvalorização, perda de sentido, exaustão emocional e conflitos éticos decorrentes da impossibilidade de realizar o trabalho conforme os próprios valores profissionais. Essa tensão entre o trabalho prescrito e o trabalho real constitui elemento central para compreender os processos de adoecimento relacionados à atividade laboral.

Assim, o sofrimento laboral deve ser compreendido como fenômeno socialmente produzido, inscrito nas transformações históricas do trabalho. Ele decorre de características individuais e, sobretudo, das condições concretas sob as

quais o trabalho é organizado e realizado. É nesse contexto onde emerge a necessidade de referenciais teóricos capazes de explicar a relação entre organização do trabalho e sofrimento psíquico, como a Psicodinâmica do Trabalho, discutida no tópico seguinte.

1.5 A Psicodinâmica do Trabalho: abordagem sobre o sofrimento laboral

A Psicodinâmica do Trabalho (PDT), cujo mentor é Christophe Dejours, é uma concepção surgida em 1990 como referencial teórico para compreender a relação entre a organização do trabalho e o sofrimento psíquico. Desloca o foco da doença, enquanto evento exclusivamente individual, para a análise das condições concretas do trabalho.

Essa abordagem diferencia o trabalho prescrito do trabalho real. O prescrito é a forma com a qual o empregador concebe e organiza o modo de realização do trabalho (tarefas a serem executadas, tempo de trabalho, regras, normas, procedimentos, recursos materiais e humanos para cada função etc.), ou seja, é a projeção da execução do trabalho. Contudo, a maneira como é idealizado tende a ser diferente da forma como é feito. Geralmente, desconsidera as limitações da própria condição humana e, assim, potencializa erros e falhas, já que não é possível prever todas as circunstâncias, constrangimentos e obstáculos implicados na prática laboral. Assim, diante da tarefa prescrita, os trabalhadores dificilmente conseguem cumprir integralmente aquilo que foi requerido (Areosa, 2021).

Por sua vez, o trabalho real transpõe a prescrição de normas, instruções e procedimentos do trabalho prescrito, o qual demanda ser complementado pelas regras emergidas do real – as informais, as experiências e os saberes práticos dos trabalhadores. Trata-se do chamado trabalho vivo (Dejours, 2011).

No mundo do trabalho, sempre há sempre incertezas, dificuldades e contradições. Portanto, trabalhar envolve criar alternativas para superar dificuldades impostas por novas situações. Nenhuma organização pode funcionar adequadamente sem que os seus trabalhadores utilizem esse tipo de estratégia, pois a execução estrita das prescrições oficiais é condená-la ao fracasso (Dejours, 2013).

Com o desenvolvimento de tecnologias, teorias e técnicas de gestão, a organização do trabalho se constitui complexa, dotada de normas e prescrições

que dificultam a execução da tarefa, de forma eficiente, frente às exigências e limitações da própria organização do trabalho. Ao distinguir trabalho prescrito e real, Dejours (2012) evidencia que toda atividade laboral envolve um hiato entre aquilo que está formalmente previsto nas normas e o que efetivamente se realiza. O trabalhador precisa mobilizar inteligência, criatividade e estratégias para dar conta das demandas que ultrapassam o prescrito. Quando há espaço para essa mobilização subjetiva, o sofrimento pode ser transformado em prazer e reconhecimento; quando não há, tende a se intensificar e pode evoluir para adoecimento.

A linha tênue entre encontrar o prazer nas situações vivenciadas e experimentar o sofrimento decorrente da organização do trabalho pode presumir uma dicotomia. No entanto, prazer e sofrimento coexistem; contudo, encontrar o prazer no trabalho não implica não sofrer e o contrário também é válido (Dejours, 2011). Portanto, o sofrimento e o prazer têm origem na atividade laboral e são elementos indissociáveis, ou seja, podem se alternar nas situações mediatizadas pelo trabalho.

O prazer é um princípio mobilizador da dinâmica dos contextos de trabalho. Pode resultar da satisfação por executar uma tarefa, da organização laboral e da qualidade das relações interpessoais no ambiente laboral (Dejours, 1992). Por sua vez, o sofrimento pode mobilizar mudanças ou ser um fator de adoecimento. É por meio dele que os indivíduos reelaboram e ressignificam suas vivências subjetivas.

O sofrimento patológico ocorre quando os trabalhadores não encontram meios de dar vazão ao sofrimento, pois a maneira como o trabalho é organizado bloqueia as possibilidades de expressão e não leva em conta a sua singularidade. A patologia surge quando o trabalhador já utilizou todos seus recursos intelectuais e psicoafetivos para dar conta das demandas impostas pela organização e, mesmo assim, não consegue se adaptar e/ou transformar o trabalho. Isso inclui o aumento do volume de trabalho e das pressões decorrentes dele.

Dejours (1992) distingue dois alvos do sofrimento: o corpo físico e o aparelho psíquico. O primeiro é alvo de sofrimento como consequência das condições de trabalho, ou seja, dos aspectos do ambiente físico (temperatura, pressão, barulho, vibração, irradiação etc.), do ambiente químico (produtos manipulados, vapores e gases tóxicos, fumaças etc.), do ambiente biológico, das condições de higiene e de segurança, bem como das características

antropométricas do posto de trabalho. O aparelho psíquico é alvo do sofrimento como resultado da organização do trabalho, a qual envolve o conteúdo da tarefa, o sistema hierárquico, as modalidades de comando, as relações com as chefias e com outros trabalhadores, as responsabilidades do cargo exercido etc. Assim, o sofrimento patológico provoca males no corpo e na mente devido às condições e/ou à organização do trabalho, a qual inclui a falta de reconhecimento por parte dos trabalhadores e chefias, materializada na manifestação de ansiedade, indignidades, desvalorizações, desgastes e esgotamento (Facas, 2013).

A realidade do mundo do trabalho, marcada por condições cada vez mais precárias, aumenta as exigências da organização laboral ao trabalhador, o que o leva a atuar em maior nível de performance e a se predispor ao sofrimento (Dejours, 2015).

O sofrimento não se restringe à situação atual dos trabalhadores, pois ocorre uma articulação de dados atuais com dados da história singular do sujeito. Há um desdobramento para além da questão do espaço, pois o sofrimento implica não só processos construídos dentro das organizações, mas acrescenta os processos vividos nas relações familiares, no ambiente doméstico do trabalhador e nas demais relações sociais (Dejours, 1992).

O objetivo da PDT é levar os indivíduos a tomarem consciência da organização do trabalho para que, a partir de suas vivências, possam construir e propor uma outra forma de organização. Por conseguinte, há possibilidade de aliviarem o sentimento de impotência em relação à sua realidade e de transformarem o sofrimento no trabalho em fonte de prazer (Dejours, 1993).

Na relação com o trabalho, quando predominam as vivências de sofrimento e o sujeito não tem possibilidade de ressignificá-lo, pode lançar mão de estratégias defensivas para manter a saúde, resistir aos efeitos desestabilizadores e às contradições da organização do trabalho e, assim, evitar o adoecimento. Essas estratégias podem ser individuais, quando tenta isoladamente lutar com seus recursos pessoais contra uma organização imposta a todos, ou coletivas, consideradas mais eficazes, pois a organização laboral envolve o conjunto de trabalhadores de todos os níveis (Dejours, 1992).

A centralidade do reconhecimento constitui elemento estruturante na PDT. Conforme Dejours (2015), o reconhecimento pelos pares de profissão, pela hierarquia e pelo coletivo é condição essencial para a construção da identidade

profissional e para a saúde mental, pois tem a capacidade de transformar as vivências de sofrimento em prazer. A confirmação pelo olhar do outro é uma necessidade constante dos sujeitos. A princípio, tal reconhecimento está voltado ao fazer/trabalho e, posteriormente, o indivíduo pode ampliar esse julgamento do fazer para o registro do ser. O reconhecimento valida o esforço investido e confere sentido à atividade realizada. Sua ausência, por outro lado, pode desestabilizar a identidade, gerar sentimentos de inutilidade, desvalorização e injustiça e acarretar adoecimento.

Ao desenvolver estudos no contexto brasileiro, Mendes (2007) amplia tal análise ao enfatizar a importância das estratégias coletivas de enfrentamento do sofrimento. Segundo a autora, os trabalhadores constroem mecanismos defensivos individuais e coletivos para lidar com as pressões organizacionais. Tais estratégias podem tanto proteger a saúde quanto mascarar condições estruturais adversas, o que contribui para a naturalização do sofrimento.

O trabalho possui função psicológica fundamental, pois é espaço de desenvolvimento da atividade e da subjetividade. Quando o trabalhador é impedido de exercer plenamente sua atividade, por restrições organizacionais ou condições de adoecimento, ocorre uma ruptura no poder de agir, o que pode comprometer a saúde. A impossibilidade de realizar o “trabalho bem feito”, conforme os próprios critérios profissionais, constitui fonte significativa de sofrimento (Clot, 2010).

Para Molinier (2013), o sofrimento no trabalho está frequentemente associado a conflitos éticos e morais, especialmente quando o trabalhador não consegue desempenhar sua atividade conforme valores que considera legítimos. Essa dimensão é particularmente relevante em profissões de cuidado e de responsabilidade social, nas quais o sentido do trabalho está fortemente vinculado ao impacto sobre o outro.

No contexto das organizações contemporâneas, Gaulejac (2007) analisa como as novas formas de gestão baseadas em metas, avaliação constante e desempenho individual intensificam a pressão sobre os trabalhadores. A lógica gerencial tende a individualizar responsabilidades, obscurecer as determinações estruturais e produzir culpabilização do sujeito pelo fracasso em alcançar padrões muitas vezes inatingíveis. Essa dinâmica amplia o sofrimento e pode desencadear processos de adoecimento psíquico.

Parte-se do princípio de que o trabalho tem assumido papéis dialéticos para

o indivíduo: ao mesmo tempo em que representa necessidade humana e identidade social, pode se tornar uma verdadeira ameaça à saúde e à vida. Nessa perspectiva, Dejours (1992) aponta que não há neutralidade no trabalho; é por meio dele que o homem se realiza ou adocece.

Para além de um movimento de transformação da natureza ou de integração a uma classe social, o trabalho representa o estabelecimento de vínculos psicoafetivos, o enfrentamento de conflitos e a constituição de uma identidade na vivência laboral. Segundo Dejours (2004), o trabalho é também estruturante das relações sociais e políticas, de modo que o cotidiano laboral tem ampla ressonância no âmbito geral da sociedade.

A PDT oferece instrumental teórico relevante para compreender o sofrimento laboral como fenômeno produzido na relação entre sujeito e organização do trabalho. Ao articular dimensões objetivas e subjetivas, essa abordagem permite analisar como as transformações estruturais do trabalho repercutem na experiência concreta dos trabalhadores.

CAPÍTULO 2 - TRABALHO DOCENTE NA CONTEMPORANEIDADE

2.1 A docência como trabalho: especificidades e complexidades

A docência constitui atividade profissional complexa, situada no campo das profissões articuladoras de conhecimento técnico, compromisso social e relações humanas intensas. Diferentemente de ocupações estritamente técnicas, o trabalho docente envolve processos formativos que impactam diretamente a constituição dos sujeitos e a produção do conhecimento social. Nesse sentido, compreender a docência como trabalho implica reconhecer a sua prática inserida em um conjunto de relações sociais, institucionais e políticas que condicionam sua realização. Conforme Tardif e Lessard (2014), o trabalho docente é caracterizado como atividade essencialmente interativa.

Ao considerar a docência como trabalho, torna-se necessário situá-la no interior das transformações mais amplas que atravessam o mundo laboral contemporâneo. As mudanças decorrentes da reestruturação produtiva, da expansão das políticas neoliberais e da racionalidade gerencial têm repercutido na organização das instituições escolares. As reformas educacionais implementadas nas últimas décadas têm introduzido novos mecanismos de controle, avaliação e responsabilização e, por conseguinte, têm modificado as condições nas quais o trabalho docente é desenvolvido (Oliveira, 2004).

Por sua vez, a docência possui características distintas de outras formas de trabalho. Uma de suas especificidades reside na dimensão relacional da atividade, a qual exige constante interação entre professores, estudantes, famílias e gestores. Nessa relação, destaca-se a imprevisibilidade das situações pedagógicas, o que exige do professor capacidade de adaptação e tomada de decisão diante de contextos variados (Tardif, 2012).

Além da dimensão relacional, o trabalho docente envolve uma multiplicidade de tarefas que extrapolam a sala de aula. Planejamento de atividades, elaboração de avaliações, participação em reuniões pedagógicas, atendimento a famílias e cumprimento de demandas administrativas compõem o cotidiano dos professores. Segundo Apple (2003), o aumento dessas atribuições está relacionado às políticas educacionais, as quais ampliaram as responsabilidades dos docentes, sem necessariamente melhorar as condições estruturais de trabalho.

Outro aspecto relevante refere-se à crescente intensificação do trabalho docente. A ampliação das responsabilidades pedagógicas e administrativas tem acarretado jornadas extensas e sobrecarga de tarefas. Os professores enfrentam pressões crescentes para atender a metas de desempenho, implementar reformas curriculares e responder às demandas de avaliação externa (Hargreaves, 2005). Essas exigências ampliam o nível de responsabilidade individual e contribuem para o desgaste profissional.

A complexidade da docência também se manifesta na articulação entre saberes pedagógicos, conhecimentos disciplinares e experiências profissionais acumuladas ao longo da trajetória docente. Segundo Tardif (2012), o saber docente é plural e heterogêneo, constituído pela formação acadêmica, experiências práticas e interações no ambiente escolar. Esse caráter multifacetado exige constante atualização e reflexão crítica sobre a própria prática.

Entretanto, apesar da importância social atribuída à educação, a docência frequentemente enfrenta processos de desvalorização profissional. Baixos salários, precarização das condições de trabalho e ausência de reconhecimento institucional compõem um cenário que afeta diretamente a motivação e a permanência na carreira. De acordo com Nóvoa (2017), a valorização da profissão docente constitui condição essencial para a qualidade da educação.

Dessa forma, compreender a docência como trabalho implica analisar suas dimensões pedagógicas e suas condições concretas de realização no contexto contemporâneo. As especificidades e complexidades da atividade docente revelam que o exercício da profissão está profundamente relacionado às transformações estruturais do trabalho e às políticas educacionais vigentes.

2.2 Organização e condições objetivas do trabalho docente

A organização do trabalho docente é fundamental para compreender as dinâmicas estruturantes do cotidiano das instituições educacionais e das condições concretas em que os professores desenvolvem suas atividades. O trabalho docente deve ser compreendido no interior de um conjunto de relações sociais e institucionais que condicionam sua organização e execução (Oliveira, 2004).

Nas últimas décadas, as políticas educacionais têm produzido alterações significativas na forma como o trabalho docente é construído. Reformas

educacionais orientadas por princípios gerenciais passaram a introduzir mecanismos de avaliação, controle e responsabilização que impactam diretamente a autonomia profissional dos professores. Conforme Ball (2005), esse processo introduziu uma lógica de performatividade nas instituições educacionais.

Observa-se a intensificação das atividades docentes, caracterizada pelo aumento da carga de trabalho e pela ampliação das responsabilidades atribuídas aos professores. Conforme Tardif e Lessard (2014), o trabalho docente envolve um conjunto complexo de tarefas que vão além da transmissão de conteúdo.

Outro aspecto relevante refere-se às condições materiais de trabalho presentes nas instituições educacionais. Em muitas realidades escolares, especialmente na educação pública, os professores enfrentam desafios relacionados à infraestrutura inadequada e à escassez de recursos pedagógicos. Frigotto (2010) argumenta que tais condições refletem desigualdades estruturais.

A organização do trabalho docente também é marcada por processos de burocratização que alargam as exigências administrativas impostas aos professores. Apple (2003) traz contribuições pertinentes ao evidenciar a intensificação de tarefas de cunho administrativo relacionadas à perda da autonomia docente.

A crescente inserção de tecnologias digitais no ambiente escolar também tem modificado a organização do trabalho docente. Nesse sentido, para Nóvoa (2017), a incorporação dessas tecnologias exige reorganização das práticas pedagógicas.

Outro elemento central diz respeito à relação entre a organização do trabalho e o reconhecimento profissional. Hargreaves (2005) afirma que a qualidade do ensino está profundamente relacionada às condições em que os docentes exercem a sua atividade.

Dessa forma, analisar a organização e as condições objetivas do trabalho docente permite compreender como fatores estruturais e institucionais influenciam a prática profissional dos professores.

2.3 Políticas educacionais e reconfiguração das práticas docentes

As políticas educacionais exercem papel central na organização do sistema de ensino e na definição das diretrizes que orientam o trabalho docente. Segundo

Oliveira (2004), as reformas educacionais reconfiguram o trabalho docente ao introduzir novas demandas e responsabilidades. A partir da década de 1990, políticas educacionais passaram a incorporar princípios associados à gestão gerencial, que valoriza a lógica da performatividade nas instituições educacionais.

A incorporação de sistemas de avaliação em larga escala constitui um dos principais instrumentos dessa nova configuração. Tais avaliações ampliaram a pressão sobre os professores (Freitas, 2012). Nesse cenário, as práticas docentes passaram a ser orientadas por metas e indicadores (Apple, 2003).

Outro aspecto refere-se à ampliação das funções atribuídas aos professores. Nóvoa (2017) evidencia a complexidade crescente da profissão docente. As políticas educacionais também influenciam os processos de formação e de desenvolvimento profissional dos professores. Gatti, Barreto e André (2011) destacam a importância da formação continuada.

As reformas educacionais frequentemente produzem efeitos contraditórios no cotidiano escolar. Oliveira (2010) destaca que a ênfase em resultados pode obscurecer fatores estruturais. Diante disso, as políticas educacionais contemporâneas têm contribuído para a reconfiguração das práticas docentes e para a redefinição do papel do professor.

2.4 Intensificação, responsabilização e precarização do trabalho docente

O trabalho docente tem sido atravessado por processos de intensificação que modificam profundamente as condições de exercício da profissão. Para Hargreaves (2005), tal intensificação amplia demandas profissionais. Esse processo está relacionado à disseminação de modelos de gestão baseados em desempenho e produtividade. A intensificação manifesta-se na ampliação das funções atribuídas aos professores, fato constatado por Tardif e Lessard (2014), ao ressaltarem o fenômeno da multiplicidade de tarefas docentes.

Freitas (2012) evidencia o processo de responsabilização individual pelos resultados educacionais. Essa lógica atribui aos professores a responsabilidade pelos resultados dos estudantes, contribui para ampliar sentimentos de pressão e de insegurança e reduz a autonomia docente.

Nesse contexto, a precarização do trabalho docente também se intensifica e envolve, conforme Oliveira (2004), a deterioração das condições de exercício

profissional. Portanto, intensificação, responsabilização e precarização constituem dimensões inter-relacionadas das transformações laborais do professor.

2.5 Fatores institucionais e organizacionais associados ao sofrimento docente

O sofrimento relacionado ao trabalho docente deve ser compreendido a partir das relações institucionais que estruturam o cotidiano escolar. Dejours (2015) aponta que o sofrimento emerge do confronto entre sujeito e organização do trabalho. Entre os fatores institucionais associados ao sofrimento docente, destacam-se as condições inadequadas de infraestrutura escolar, as quais, de acordo com Frigotto (2010), refletem desigualdades estruturais.

A organização hierárquica das instituições escolares também influencia a experiência de trabalho docente. Muitas delas têm deixado em segundo plano as condições de trabalho e o bem-estar dos professores, reflexo da falta de políticas institucionais voltadas à saúde do professor, o que contribui para a baixa conscientização sobre o tema e reforça a ideia de que o sofrimento docente é individual e não um problema estrutural relacionado às condições de trabalho (Libâneo, 2013). Em contrapartida, Paro (2012) destaca a gestão democrática como aspecto favorável ao exercício do fazer docente, já que as relações interpessoais no ambiente escolar influenciam significativamente a experiência do professor. Por sua vez, Hargreaves (2005) ressalta a importância do apoio institucional para o docente exercer suas atribuições e alcançar resultados positivos.

A pressão por resultados educacionais constitui outro fator relevante. De acordo com Ball (2005), a cultura de performatividade intensifica o controle sobre o trabalho docente, principalmente quanto à contribuição com a transformação do ser humano, por meio da educação formal. Isso acarreta sensação de realização e de frustração quando os objetivos estabelecidos não são alcançados. Assim, o sentimento de desânimo e sofrimento diante dos desafios impostos pela profissão docente, agravado pela ausência de políticas públicas e institucionais voltadas à saúde do trabalhador docente, também favorece o sofrimento laboral (Santos, 2024).

Por outro lado, o reconhecimento profissional desempenha papel fundamental na experiência de trabalho docente. Nóvoa (2017) enfatiza a

importância da valorização docente para a qualidade do ensino e a aprendizagem dos alunos. Assim, fatores institucionais e organizacionais influenciam diretamente o bem-estar dos professores e ajudam a compreender os processos de sofrimento e adoecimento.

CAPÍTULO 3 - ADOECIMENTO DOCENTE NA CONTEMPORANEIDADE

3.1 Conceito de adoecimento relacionado ao trabalho

O adoecimento relacionado ao trabalho constitui um fenômeno complexo que envolve dimensões históricas, sociais, econômicas e organizacionais. No campo educacional, compreender o adoecimento docente requer considerar as transformações que atingem o mundo do trabalho e as formas de organização da atividade profissional. Nesse sentido, o trabalho docente não pode ser analisado de forma isolada das condições estruturais que o atravessam, especialmente das mudanças decorrentes das políticas educacionais e das exigências impostas pelo modelo econômico vigente.

No contexto do capitalismo contemporâneo, marcado pela expansão do ideário neoliberal, observa-se a intensificação de processos de mercantilização da educação. Conforme Coelho e Sá (2019), a educação passa a ser submetida à lógica de mercado e às técnicas de gerenciamento, as quais buscam adequar as práticas pedagógicas às demandas do sistema produtivo. Nesse cenário, o Estado atua por meio de políticas educacionais que induzem professores e instituições escolares a organizarem suas atividades em função de metas, resultados e indicadores de desempenho.

Para Reis (2009) e Oliveira (2004), a docência, embora não seja tradicionalmente reconhecida como trabalho produtivo, no sentido clássico da geração direta de mais-valia, participa do processo de reprodução social da força laboral. Ao contribuir para a formação de indivíduos que serão posteriormente inseridos no sistema produtivo, a atividade docente desempenha papel fundamental na reprodução das relações sociais e econômicas estabelecidas pela lógica capitalista.

A reorganização das políticas educacionais, sob a influência do neoliberalismo, também introduziu novos mecanismos de controle e avaliação sobre o trabalho docente. Essas mudanças têm provocado processos de fragmentação da atividade profissional, nos quais o professor passa a ser submetido a exigências administrativas, pedagógicas e institucionais cada vez mais complexas. Conforme Ladeira (2020), esse cenário pode ser compreendido como forma contemporânea de alienação do trabalho docente, por limitar a autonomia

intelectual do professor e restringir sua capacidade crítica.

Segundo Ladeira (2020), o sistema educacional, orientado pela racionalidade capitalista, tende a valorizar a reprodução de conteúdos e o cumprimento de metas institucionais, em detrimento da formação crítica e reflexiva dos sujeitos. Nesse contexto, o professor é frequentemente pressionado a atuar como mero executor de políticas educacionais e reprodutor de informações, o que reduz a possibilidade de reflexão sobre os fenômenos sociais presentes no processo educativo.

Ademais, a responsabilização individual do professor pela qualidade da educação constitui um dos elementos característicos das políticas educacionais contemporâneas. Ao atribuir aos docentes a responsabilidade direta pelos resultados educacionais, tais políticas desconsideram fatores estruturais que influenciam o processo de ensino-aprendizagem, como desigualdades sociais, condições de infraestrutura escolar e limitações institucionais (Hunhoff e Flores, 2020).

Esse processo de responsabilização individual contribui para o aumento da pressão sobre os professores, os quais passam a enfrentar expectativas institucionais e sociais cada vez mais elevadas. Nesse contexto, eles são constantemente convocados a atualizar seus conhecimentos, adaptar metodologias de ensino e alcançar resultados satisfatórios, muitas vezes sem o suporte necessário das instituições educacionais. Como resultado, observa-se a intensificação da atividade laboral e o aumento do desgaste físico e emocional.

As novas demandas impostas ao trabalho docente ampliam consideravelmente a carga de trabalho dos professores. Além das atividades pedagógicas tradicionais, os docentes passam a desempenhar múltiplas funções relacionadas à gestão escolar, ao acompanhamento socioemocional dos estudantes e à implementação de políticas educacionais. Essa multifuncionalidade contribui para a sobrecarga profissional e para o surgimento de situações de estresse ocupacional (Vaz, 2017).

Nessa conjuntura, o professor deixa de ser visto apenas como transmissor de conhecimento e passa a assumir um papel multifacetado, mediador de conflitos, gestor de processos pedagógicos e agente responsável por diversas demandas institucionais. Coelho e Sá (2019) afirmam que esse aumento das responsabilidades contribui para a intensificação do trabalho docente e para o

surgimento de novas formas de sofrimento relacionadas à atividade profissional.

Ao discutir a relação entre trabalho e sofrimento, Dejours (2015) argumenta que o adoecimento laboral não pode ser compreendido apenas como consequência de fragilidades individuais, mas como resultado das condições em que o trabalho é organizado e realizado. O sofrimento emerge do confronto entre o sujeito e as exigências do trabalho real, especialmente quando as condições institucionais impedem que o trabalhador exerça sua atividade de maneira satisfatória.

Ao analisarem os processos de desgaste relacionados ao trabalho, Laurell e Noriega (1989) destacam que a organização do trabalho constitui elemento central na determinação da saúde dos trabalhadores. No caso dos professores, fatores como a intensificação das atividades, a precarização das condições de trabalho e a ausência de reconhecimento institucional podem contribuir para o desenvolvimento de processos de adoecimento.

Nesse cenário, as transformações no mundo do trabalho contemporâneo têm exigido dos trabalhadores novas competências e habilidades, muitas vezes acompanhadas por processos de adaptação constante às mudanças organizacionais. No caso do trabalho docente, essas exigências se manifestam por meio da necessidade de atualização profissional, de domínio de novas tecnologias e de adaptação às reformas educacionais (Porto, 2023).

Por sua vez, para Barros et al. (2021), a intensificação do trabalho e a ampliação das responsabilidades profissionais contribuem para a deterioração das condições de saúde dos trabalhadores. A pressão por produtividade, a insegurança profissional e a precarização das relações laborais constituem fatores que agravam o risco de adoecimento físico e psíquico.

O momento histórico atual é marcado pelo aprofundamento da crise estrutural do capital, que repercute diretamente nas condições de vida e trabalho dos trabalhadores. No campo educacional, essa crise se expressa por meio da precarização do trabalho docente, da retirada de direitos e da ampliação das exigências profissionais, o que favorece o aumento do sofrimento e adoecimento dos professores (Facci e Urt, 2017).

Dessa forma, compreender o conceito de adoecimento relacionado ao trabalho docente exige considerar as múltiplas determinações que atravessam a profissão. O adoecimento deve ser apreciado como expressão das condições

sociais, políticas e organizacionais estruturantes do trabalho docente na contemporaneidade.

3.2 Principais agravos à saúde do professor

Os agravos à saúde dos professores têm sido objeto de crescente interesse na literatura acadêmica, especialmente diante do aumento dos índices de afastamento por problemas físicos e mentais relacionados ao trabalho. Esse fenômeno tem sido associado às profundas transformações nas condições de trabalho no campo educacional, caracterizadas pela intensificação das atividades, ampliação das responsabilidades profissionais e precarização das condições institucionais. Nesse sentido, compreender os principais agravos à saúde do professor implica considerar as relações entre trabalho, organização escolar e condições sociais que permeiam a profissão docente.

Entre os problemas de saúde mais recorrentes entre os professores, destacam-se os transtornos mentais e comportamentais, apontados como uma das principais causas de afastamento do trabalho nessa categoria profissional. Segundo Rossi (2018), relatórios produzidos por órgãos oficiais de perícia médica apontam os transtornos mentais como os principais motivos de licenças médicas concedidas a professores. Esses quadros incluem, entre outros, episódios depressivos, transtornos de ansiedade, estresse ocupacional e síndrome de esgotamento profissional.

A síndrome de burnout tem sido amplamente discutida como uma das preponderantes manifestações do adoecimento docente. Caracterizada por exaustão emocional, despersonalização e redução da realização profissional, tal síndrome está frequentemente associada à sobrecarga de trabalho e às pressões institucionais enfrentadas pelos professores. Conforme Hunhoff e Flores (2020), o aumento das exigências profissionais e a intensificação do trabalho docente têm contribuído significativamente para o crescimento de quadros de esgotamento emocional entre educadores.

Além dos transtornos mentais, os professores também apresentam elevada incidência de doenças osteomioarticulares relacionadas ao trabalho. Essas condições incluem dores crônicas, inflamações musculares e articulares, bem como lesões por esforços repetitivos. Amorim, Nunes Filho e Veras Neto (2024)

destacam que as atividades docentes frequentemente exigem longos períodos na mesma posição ou requerem movimentos repetitivos, fatores que podem contribuir para o desenvolvimento de lesões musculoesqueléticas.

As lesões por esforços repetitivos (LER) e os distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (DORT) constituem exemplos de agravos físicos frequentemente observados entre professores. Tais condições estão associadas à repetição constante de movimentos, ao uso intensivo da voz e à sobrecarga de atividades pedagógicas e administrativas. Segundo Amorim, Nunes Filho e Veras Neto (2024), esses problemas têm se tornado cada vez mais frequentes na categoria docente, reflexo das condições precárias em que o trabalho é realizado.

Outro agravo recorrente entre professores refere-se aos distúrbios vocais. A voz constitui fundamental instrumento de trabalho na docência, utilizada intensamente ao longo da jornada laboral. No entanto, fatores como ruído ambiental, turmas numerosas e condições inadequadas de infraestrutura podem levar ao uso excessivo da voz e ao desenvolvimento de problemas vocais. Conforme Rossi (2018), os distúrbios da voz figuram entre as principais causas de afastamento de professores, frequentemente associadas à sobrecarga vocal e às condições inadequadas do ambiente escolar.

Além dos agravos físicos e mentais, o trabalho docente também pode produzir impactos no bem-estar emocional dos profissionais. O chamado mal-estar docente tem sido utilizado para descrever o conjunto de sentimentos de insatisfação, frustração e desmotivação vivenciados por muitos professores em seu cotidiano profissional. Santos e Machado (2024) afirmam que esse fenômeno está relacionado às transformações das condições de trabalho e à crescente pressão por resultados educacionais.

Segundo Santos (2024), o mal-estar docente não se restringe a manifestações clínicas de adoecimento, mas também envolve dimensões subjetivas da experiência profissional. A insatisfação com as condições de trabalho, a falta de reconhecimento social e a sobrecarga de responsabilidades podem gerar sentimentos de desvalorização e desgaste emocional entre professores.

Outro indicador importante do adoecimento docente é o aumento dos índices de absenteísmo no trabalho. O absenteísmo refere-se às ausências frequentes ao trabalho, decorrentes de problemas de saúde ou de outras dificuldades relacionadas às condições laborais. Hunhoff e Flores (2020) destacam

que o aumento das licenças médicas entre professores está frequentemente associado a quadros de estresse, fadiga e exaustão emocional.

Além do absenteísmo, observa-se o fenômeno do abandono da profissão docente. Em muitos casos, professores optam por deixar a carreira em função das condições adversas de trabalho e dos impactos negativos na saúde física e mental. Esse fenômeno tem sido apontado como um dos desafios enfrentados pelos sistemas educacionais, uma vez que contribui para a escassez de profissionais qualificados no campo da educação.

A Organização Internacional do Trabalho reconhece a docência como atividade profissional marcada por elevado desgaste físico e mental. Conforme Frota (2019), estudos realizados por organismos internacionais indicam que professores apresentam maior risco de adoecimento quando comparados a profissionais de outras áreas. Esse cenário reforça a necessidade de políticas públicas voltadas à promoção da saúde do trabalhador docente.

A precarização das condições de trabalho também desempenha papel importante na produção de agravos à saúde dos professores. A intensificação da jornada de trabalho, a multiplicidade de funções e a ausência de suporte institucional constituem fatores que acarretam o desgaste profissional. Para Coelho e Sá (2019), a sobrecarga de atividades e as exigências institucionais ampliam o risco de adoecimento físico e psíquico entre docentes.

Diante desse cenário, torna-se evidente que os agravos à saúde do professor não podem ser compreendidos apenas como problemas individuais. Trata-se de fenômeno socialmente produzido, relacionado às condições estruturais e organizacionais do trabalho docente. As transformações nas políticas educacionais, a intensificação das atividades e a precarização das condições laborais constituem fatores que influenciam diretamente a saúde e o bem-estar dos profissionais da educação.

Muitos docentes não conhecem plenamente o fenômeno do adoecimento em função da atividade laboral na sua categoria profissional, devido à ausência de formação específica sobre saúde do trabalhador ou até mesmo à naturalização das condições laborais adversas no ambiente escolar. Apesar das transformações no fazer docente e a consequente intensificação de demandas sobre os professores, o processo de desgaste físico e emocional não é percebido pelos próprios docentes como quadro de adoecimento relacionado ao trabalho; comumente, é interpretado

apenas como cansaço ou dificuldade individual (Oliveira, 2004).

Assim, a análise dos principais agravos à saúde do professor evidencia a necessidade de compreender o adoecimento docente como resultado de um conjunto de determinações sociais, institucionais e organizacionais. Reconhecer essas múltiplas dimensões é fundamental para o desenvolvimento de políticas e estratégias que promovam melhores condições de trabalho e contribuam para a preservação da saúde dos professores.

3.3 Fatores organizacionais associados ao adoecimento docente

O adoecimento docente envolve múltiplas determinações sociais e organizacionais, relacionadas à forma como o trabalho é estruturado no interior das instituições educacionais. Nesse sentido, os fatores organizacionais desempenham papel fundamental na produção de desgaste físico e psíquico entre professores, pois influenciam diretamente as condições em que a atividade profissional é realizada.

As transformações nas políticas educacionais, especialmente aquelas associadas às reformas neoliberais, têm introduzido mudanças relevantes na organização do trabalho docente. Conforme Coelho e Sá (2019), a lógica gerencial que orienta muitas políticas educacionais contemporâneas busca aproximar a gestão escolar aos modelos de administração empresarial, os quais enfatizam metas, indicadores de desempenho e produtividade. Essa racionalidade administrativa tem contribuído para a ampliação das exigências profissionais impostas aos professores.

Nesse contexto, a intensificação do trabalho docente constitui um dos principais fatores organizacionais associados ao adoecimento dos professores. De acordo com Vaz (2017), as novas demandas educacionais, associadas às práticas de mercado e às exigências institucionais, têm ampliado significativamente a carga de trabalho dos docentes. Além das atividades pedagógicas tradicionais, os professores assumiram funções relacionadas à gestão escolar, à elaboração de relatórios e à participação em programas institucionais diversos.

Outro elemento importante refere-se à multifuncionalidade atribuída ao professor no contexto escolar contemporâneo. Para Coelho e Sá (2019), o docente deixa de ser apenas responsável pela transmissão de conhecimentos e passa a

assumir múltiplos papéis, como mediador de conflitos, orientador pedagógico, gestor de processos educacionais e agente de acompanhamento socioemocional dos estudantes. Esse alargamento das funções contribui para o aumento da sobrecarga profissional.

A organização do trabalho nas escolas também é marcada por estruturas hierárquicas e modelos de gestão que podem influenciar significativamente o cotidiano dos professores. Em muitos casos, as decisões relacionadas à gestão escolar são tomadas de forma centralizada e, portanto, limitam a participação dos docentes nos processos decisórios. Essa ausência de participação pode gerar sentimentos de desvalorização e reduzir a autonomia profissional dos professores.

Outro fator organizacional relevante refere-se às condições materiais de trabalho presentes nas instituições educacionais. Conforme Saviani (2021), o sistema educacional brasileiro ainda enfrenta profundas dificuldades estruturais, manifestadas nas escolas com infraestrutura precária, falta de recursos pedagógicos e condições inadequadas para o desenvolvimento das atividades de ensino. Essas limitações contribuem para a intensificação das dificuldades enfrentadas pelos professores em seu cotidiano profissional.

A precarização das condições de trabalho também constitui elemento central na análise do adoecimento docente. Gomez e Klautau (2021) destacam que a desvalorização da profissão docente, associada a baixos salários, falta de reconhecimento social e precariedade institucional podem produzir impactos significativos na vida profissional e pessoal dos professores. Esse cenário contribui para a ampliação de sentimentos de insatisfação e desgaste emocional.

Além das condições institucionais, as relações estabelecidas no ambiente escolar também podem influenciar o processo de adoecimento docente. A interação entre professores, gestores, estudantes e famílias pode constituir tanto um fator de apoio quanto uma fonte de tensão no cotidiano escolar. Situações de conflito, ausência de diálogo institucional e falta de suporte organizacional podem favorecer o aumento do estresse profissional.

Outro aspecto importante refere-se às expectativas sociais atribuídas à escola e aos professores. Segundo Amorim, Nunes Filho e Veras Neto (2024), muitas famílias depositam na escola a responsabilidade não apenas pela educação escolar das crianças, mas também pela formação moral e social dos estudantes. Essa ampliação das expectativas sobre o papel da escola contribui para o aumento

das responsabilidades atribuídas aos professores.

Nesse contexto, os docentes passam a lidar com demandas que extrapolam as atribuições tradicionais da profissão. Além de ensinar conteúdos curriculares, os são frequentemente convocados a atuar como mediadores de conflitos, orientadores familiares e responsáveis pelo acompanhamento socioemocional dos estudantes. Essa multiplicidade de funções contribui para a intensificação do trabalho docente.

A sobrecarga de trabalho decorrente dessas múltiplas responsabilidades tem sido apontada como um dos principais fatores associados ao adoecimento docente. Queiroz e Marinho (2020) afirmam que as diversas funções desempenhadas pelos professores no ambiente escolar têm influenciado diretamente sua saúde, fato evidenciado pelo aumento significativo das licenças médicas entre profissionais da educação.

Outro elemento organizacional que merece destaque refere-se à redefinição da função docente no contexto educacional contemporâneo. Roldão (2021) aponta que as transformações nas concepções pedagógicas e nas políticas educacionais têm redefinido o papel do professor: ênfase na centralidade da aprendizagem do aluno e no aumento das responsabilidades pedagógicas atribuídas aos docentes.

Essa redefinição da função docente ocorre em um contexto marcado por mudanças aceleradas no mundo do trabalho e pela incorporação de novas tecnologias no processo educativo. Embora essas transformações possam trazer avanços pedagógicos, também geram novas demandas e desafios para os professores, os quais precisam adaptar suas práticas e desenvolver novas competências profissionais.

Outrossim, na organização laboral das instituições escolares, não têm sido observadas discussões sistemáticas sobre saúde docente durante a formação inicial e continuada, o que contribui para que o professor da educação básica não identifique sinais de sofrimento ocupacional. Em muitas profissões, o trabalhador tende a desenvolver mecanismos de defesa que camuflam o sofrimento no trabalho, fato que dificulta a identificação do adoecimento. No contexto escolar, isso pode se manifestar por meio da normalização de sintomas, tais como estresse constante, esgotamento emocional e sobrecarga, que passam a ser considerados como parte inevitável da profissão (Dejours, 1992).

Dessa forma, os fatores organizacionais presentes nas instituições escolares

exercem influência significativa sobre a saúde e o bem-estar dos professores. A intensificação do trabalho, a precarização das condições institucionais, a ampliação das responsabilidades profissionais e as pressões por resultados constituem elementos que contribuem para o aumento do desgaste físico e emocional.

Destarte, compreender os fatores organizacionais associados ao adoecimento docente é fundamental para analisar as condições concretas em que o trabalho docente é realizado. A análise dessas dimensões evidencia que o adoecimento não é resultado apenas de vulnerabilidades individuais, mas também de processos estruturais que atravessam o mundo do trabalho e se manifestam de maneira particular no campo educacional.

3.4 O nexo entre trabalho docente e adoecimento

A relação entre trabalho docente e adoecimento tem sido amplamente discutida na literatura acadêmica, sobretudo diante do aumento significativo de afastamentos de professores por motivos de saúde. Esse fenômeno evidencia o adoecimento como resultado de fatores individuais e, sobretudo, das condições sociais, organizacionais e institucionais estruturantes do trabalho docente na contemporaneidade. Nesse sentido, compreender o nexo entre trabalho e adoecimento exige analisar as transformações nas políticas educacionais, nas formas de organização do trabalho e nas demandas sociais dirigidas à profissão docente.

Facci e Urt (2017) destacam que o momento histórico atual é marcado por uma crise estrutural que afeta diretamente o mundo do trabalho. No campo educacional, essa crise se manifesta por meio da precarização das condições de trabalho, da intensificação das atividades profissionais e da ampliação das responsabilidades atribuídas aos professores. Esse contexto contribui para o aumento do desgaste físico e emocional entre docentes.

As transformações na organização do trabalho contemporâneo têm intensificado o ritmo das atividades laborais e ampliado a pressão por produtividade. No caso dos professores, essa realidade se expressa na multiplicidade de funções desempenhadas no ambiente escolar, na necessidade de adaptação constante às reformas educacionais e na exigência de resultados educacionais satisfatórios (Barros et al., 2021).

Nesse cenário, a intensificação do trabalho docente constitui um dos elementos centrais na compreensão do processo de adoecimento. Conforme Porto (2023), as mudanças no mundo do trabalho têm exigido dos profissionais novas habilidades e competências, o que frequentemente acarreta sobrecarga de atividades e desgaste profissional. No caso dos professores, essas exigências incluem atualização constante, adaptação às tecnologias educacionais e cumprimento de metas institucionais.

O fenômeno conhecido como mal-estar docente constitui importante categoria analítica para compreender o nexo entre trabalho e adoecimento na profissão docente. Esteve (1991) foi um dos primeiros autores a sistematizar esse conceito e propôs a classificação de fatores primários e secundários que contribuem para o surgimento desse fenômeno. Os primários estão relacionados às tensões emocionais e aos sentimentos negativos vivenciados pelos professores no exercício de sua atividade profissional. Os secundários referem-se às condições ambientais e institucionais em que o trabalho docente é realizado. Tais condições incluem aspectos como infraestrutura escolar, organização do trabalho, relações interpessoais e políticas educacionais; quando inadequadas ou desfavoráveis, podem diminuir a motivação profissional e aumentar o desgaste emocional (Esteve, 1991).

Nóvoa (2017) também discute o mal-estar docente como expressão de uma crise mais ampla da profissão docente. Segundo o autor, essa crise se manifesta por meio da desmotivação profissional, do aumento dos índices de absenteísmo e, em alguns casos, do abandono da carreira docente. Essas manifestações refletem as dificuldades enfrentadas pelos professores em conciliar as exigências profissionais com as condições concretas de trabalho nas instituições educacionais.

O mal-estar docente deve ser compreendido como fenômeno cultural e histórico, diretamente relacionado às condições de trabalho e às transformações sociais que afetam a profissão docente. Nesse sentido, o mal-estar não se confunde necessariamente com o adoecimento clínico, embora possa constituir um fator que contribui para o desenvolvimento de problemas de saúde entre professores (Santos, 2024).

Por sua vez, o desgaste físico e psíquico decorrente das condições de trabalho pode levar ao afastamento temporário ou permanente da sala de aula. Esse processo pode ocorrer por meio de licenças médicas, afastamentos

prolongados ou processos de readaptação funcional, nos quais o professor passa a exercer atividades diferentes daquelas originalmente atribuídas à função docente (Santos; Machado, 2024).

Outro aspecto importante na análise do nexo entre trabalho docente e adoecimento refere-se à precarização das condições de trabalho nas instituições educacionais. Conforme Gomez e Klautau (2021), a desvalorização da profissão docente e a precariedade das condições institucionais podem produzir impactos significativos na saúde física e mental dos professores. Esse cenário contribui para o aumento de quadros de esgotamento profissional e de sofrimento psíquico.

Apesar das dificuldades estruturais enfrentadas pelas escolas, os professores ainda são constantemente cobrados por resultados educacionais satisfatórios. Essa pressão por desempenho pode gerar sentimentos de inadequação e frustração entre docentes, especialmente quando as condições institucionais não oferecem suporte suficiente para o desenvolvimento das atividades pedagógicas.

Ademais, as transformações recentes no mundo do trabalho também têm impactado a forma como os professores vivenciam sua atividade profissional. Souza (2023) destaca que as mudanças nas condições de trabalho e nas expectativas sociais sobre a profissão docente favorecem o surgimento de sentimentos de insatisfação e desmotivação profissional.

Não se pode deixar de mencionar a pandemia da COVID-19 como fator adicional que agravou as condições de trabalho docente e o aumento dos casos de problemas de saúde mental entre professores. Para Coelho et al. (2021), durante esse período, muitos docentes apresentaram sintomas relacionados à ansiedade, ao estresse e à depressão, decorrentes das mudanças abruptas nas formas de organização do trabalho. Na pesquisa de Araújo e Yannoulas (2021), as professoras participantes foram particularmente afetadas por esse cenário, pois enfrentaram aumento da carga de trabalho, necessidade de adaptação às tecnologias digitais e dificuldades relacionadas à conciliação entre trabalho e vida familiar. Esse conjunto de fatores ampliou a sobrecarga profissional e o desgaste emocional.

Dessa forma, a análise do nexo entre trabalho docente e adoecimento evidenciou que os problemas de saúde enfrentados pelos professores estão profundamente relacionados às condições estruturais e organizacionais do trabalho

docente. Compreender essas relações é fundamental para o desenvolvimento de políticas educacionais e de estratégias institucionais que promovam melhores condições de trabalho e contribuam para a preservação da saúde dos profissionais da educação.

CAPÍTULO 4 – READAPTAÇÃO FUNCIONAL

4.1 Conceito e fundamentos legais da readaptação funcional

A readaptação funcional docente constitui um processo complexo relacionado às mudanças nas condições de saúde do trabalhador que comprometem, total ou parcialmente, o exercício das atividades originalmente atribuídas ao cargo ocupado. No contexto da educação, esse fenômeno tem se tornado cada vez mais presente em função do crescimento dos casos de adoecimento docente, especialmente aqueles relacionados às condições de trabalho nas instituições escolares. Apesar de sua relevância, a readaptação funcional ainda é um tema pouco explorado na literatura acadêmica, o que contribui para o desconhecimento sobre suas implicações na trajetória profissional dos professores.

O aumento do número de docentes afastados de suas atividades originais e posteriormente submetidos à readaptação funcional está relacionado às transformações ocorridas no mundo do trabalho nas últimas décadas. Essas mudanças têm sido fortemente influenciadas pela reestruturação produtiva do capitalismo e pela incorporação de modelos de gestão que priorizam a produtividade, a eficiência e o cumprimento de metas institucionais. Nesse cenário, as condições de trabalho docente tornam-se cada vez mais precarizadas, o que agrava os processos de adoecimento entre professores (Antunes, 2014).

O processo de reorganização laboral contemporâneo tem impactado diretamente o campo educacional. Isso altera as formas de organização do trabalho nas escolas e as relações estabelecidas entre professores, gestores e instituições (Duarte; Mendes, 2017). Essas transformações têm contribuído para a intensificação do trabalho docente e para o aumento das pressões institucionais, fatores que favorecem os riscos de adoecimento entre profissionais da educação.

A readaptação funcional surge, nesse contexto, como alternativa institucional destinada a possibilitar a permanência do servidor no ambiente de trabalho, ainda que em funções diversas daquelas originalmente desempenhadas. Em termos gerais, trata-se de um processo de realocação profissional ocorrida quando o trabalhador apresenta limitações físicas ou mentais que o impedem de continuar exercendo plenamente suas atribuições anteriores.

Entretanto, embora a readaptação funcional seja frequentemente apresentada como estratégia de reinserção laboral, sua implementação nem sempre ocorre adequadamente. Em muitos casos, o processo de readaptação não contempla plenamente as necessidades e condições do trabalhador adoecido e, por conseguinte, resulta em novos conflitos e sofrimento no ambiente de trabalho.

A experiência da readaptação funcional frequentemente coloca o trabalhador em uma condição marcada pela incerteza e pela ambiguidade (Ramos; Tittoni; Nardi, 2008). Os autores descrevem essa situação como um “entre-lugar” ou “não-lugar”, caracterizado pela ruptura com as atividades profissionais anteriores e pela ausência de clareza em relação às novas funções a serem desempenhadas.

Essa condição pode gerar sentimentos de insegurança e desorientação entre professores readaptados, especialmente quando a transição para novas funções ocorre sem planejamento ou acompanhamento institucional adequado. A mudança de função, nesse contexto, pode representar não apenas uma alteração das atividades laborais, mas também uma transformação profunda na forma como o professor percebe a sua própria identidade profissional.

Segundo Arbex, Souza e Mendonça (2013), o processo de readaptação funcional frequentemente é conduzido a partir de uma lógica que prioriza a adaptação do trabalhador às exigências institucionais, sem necessariamente considerar as condições que levaram ao adoecimento. Dessa forma, a readaptação tende a ser tratada como solução individual para um problema que, em muitos casos, possui raízes estruturais relacionadas à organização do trabalho.

Essa perspectiva funcionalista da readaptação profissional já havia sido discutida por Haro (1998), ao destacar que muitos processos de reabilitação laboral são orientados pelo objetivo de reinserir o trabalhador no sistema produtivo, sem promover mudanças significativas nas condições de trabalho que contribuíram para o adoecimento. Assim, o foco permanece na capacidade residual de trabalho do indivíduo, enquanto as causas estruturais do adoecimento permanecem inalteradas.

No caso da docência, essa lógica pode gerar situações em que o professor readaptado é deslocado para funções que não possuem relação direta com sua formação ou experiência profissional. Essa realocação, muitas vezes realizada de forma improvisada, pode acarretar sentimentos de desvalorização e de perda de sentido do trabalho.

Amaral e Mendes (2017) destacam que a condução do processo de

readaptação funcional pode influenciar diretamente a maneira como o professor percebe sua própria condição profissional. Quando o processo ocorre sem apoio institucional adequado, o sofrimento relacionado ao trabalho pode ser agravado.

Além disso, a ausência de políticas institucionais claras para acompanhamento de professores readaptados pode dificultar a construção de estratégias de reinserção profissional que valorizem as competências e experiências deles. A falta de planejamento nesse processo contribui para que muitos docentes sejam realocados em atividades pouco significativas do ponto de vista pedagógico.

Nesse cenário, a readaptação funcional pode assumir significados ambíguos para os professores. Por um lado, representa a possibilidade de permanência no trabalho e manutenção do vínculo profissional. Por outro, pode ser vivenciada como um processo marcado por sentimentos de perda, frustração e desvalorização.

Segundo Farias e Miguel (2019), a experiência da readaptação funcional envolve dimensões subjetivas importantes, relacionadas às interpretações e vivências profissionais após o adoecimento dos trabalhadores. A dor e o sofrimento associados a esse processo nem sempre são visíveis para os colegas de trabalho, o que pode dificultar o reconhecimento social das dificuldades enfrentadas pelos docentes readaptados.

Dessa forma, compreender a readaptação funcional docente exige considerar seus aspectos legais e administrativos, suas implicações sociais, profissionais e subjetivas. Trata-se de um fenômeno que envolve múltiplas dimensões do trabalho docente e que precisa ser analisado à luz das transformações no mundo do trabalho e das condições concretas em que a atividade docente é realizada.

4.2 Desafios institucionais na implementação da readaptação

A readaptação funcional constitui importante instrumento jurídico-administrativo voltado à garantia da permanência do servidor público no exercício de atividades laborais compatíveis com suas condições de saúde. No caso dos profissionais da educação, esse mecanismo assume relevância diante do crescimento dos casos de adoecimento docente relacionados às condições de trabalho nas instituições escolares. Nesse sentido, compreender o marco legal

regulamentador da readaptação funcional torna-se fundamental para analisar as possibilidades e os limites desse processo no contexto do serviço público.

No Brasil, a readaptação funcional se respalda em diferentes dispositivos legais quanto à gestão de pessoas no setor público. Eles estabelecem normas destinadas a assegurar a realocação de servidores com limitações físicas ou mentais em atividades compatíveis com suas capacidades laborativas. Assim, a readaptação funcional constitui uma estratégia institucional de preservação do vínculo profissional e de promoção da continuidade do trabalho.

No âmbito do Estado do Pará, a readaptação funcional é regulamentada pela Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994, que institui o Regime Jurídico Único (RJU) dos servidores públicos civis da administração direta, autarquias e fundações públicas estaduais. De acordo com essa legislação, a readaptação é considerada uma forma de provimento em cargo mais compatível com a capacidade física ou mental do servidor, desde que tal limitação seja devidamente comprovada por meio de inspeção médica oficial (Pará, 1994).

Conforme previsto no artigo 56 da referida legislação, a readaptação funcional ocorre quando o servidor apresenta limitações que o impedem de exercer plenamente as atribuições inerentes ao cargo para o qual foi originalmente admitido. Nesse caso, o trabalhador pode ser designado para exercer outras atividades cujas atribuições sejam compatíveis com suas condições de saúde, respeitando-se a formação profissional, a habilitação e o grau de escolaridade exigido para o cargo.

A legislação também estabelece que a readaptação funcional pode ocorrer em duas modalidades distintas: provisória ou definitiva. A primeira é aplicada quando existe incapacidade parcial e temporária para o exercício das atividades originais do cargo; nesse caso, é necessária a reavaliação periódica do servidor por meio de perícia médica. A definitiva ocorre quando a incapacidade para exercer as funções originais é considerada permanente, o que exige a realocação definitiva do trabalhador em atividades compatíveis com suas condições de saúde (Pará, 1994).

Nesse processo, a perícia médica desempenha papel central na avaliação das condições de saúde do servidor e na definição das atividades que poderão ou não ser desempenhadas pelo trabalhador readaptado. O laudo pericial emitido pelos profissionais de saúde constitui o documento oficial que orienta as decisões administrativas relacionadas à readaptação funcional.

No entanto, embora o aparato jurídico estabeleça diretrizes relativamente claras sobre o processo de readaptação funcional, a efetivação dessas garantias no cotidiano institucional nem sempre ocorre adequadamente. Segundo Amaral e Mendes (2017), existe uma distância significativa entre os direitos formalmente assegurados pela legislação e a condução do processo de readaptação na prática.

Essa discrepância entre o previsto na legislação e o que efetivamente ocorre nas instituições pode gerar situações de vulnerabilidade para o trabalhador adoecido. Em muitos casos, a falta de clareza sobre os procedimentos administrativos e a ausência de orientações institucionais consistentes dificultam o acesso dos servidores aos direitos previstos em lei.

De acordo com Vilela (2019), o reconhecimento legal da readaptação funcional representa um avanço na garantia dos direitos dos trabalhadores com limitações decorrentes de problemas de saúde. As instituições públicas precisam implementar mecanismos administrativos capazes de assegurar a aplicação adequada da legislação.

Outro aspecto importante refere-se ao papel das instituições na condução do processo de readaptação funcional. Em muitos casos, as decisões relacionadas à realocação do servidor são tomadas com base exclusivamente no laudo médico, sem a devida consideração das condições organizacionais do trabalho e das possibilidades de reinserção profissional do trabalhador.

Frequentemente, os processos periciais concentram-se na avaliação da capacidade laborativa do indivíduo e não contemplam aspectos mais amplos relacionados às condições de trabalho que contribuíram para o adoecimento. Essa abordagem tende a individualizar o problema da doença, por deslocar o foco das condições estruturais do trabalho para as limitações do trabalhador (Rossi, 2018).

Muitos processos de readaptação funcional são conduzidos de maneira burocrática, com pouca atenção às necessidades subjetivas e profissionais do trabalhador readaptado. Nesse contexto, a readaptação passa a ser tratada apenas como procedimento administrativo, sem a implementação de estratégias efetivas de reinserção profissional (Neris, 2018).

Ademais, a desarticulação entre os serviços de saúde ocupacional, as instâncias administrativas e as instituições escolares dificulta o acompanhamento adequado dos professores readaptados. Isso contribui para o retorno ao ambiente de trabalho sem o devido suporte para a reintegração profissional.

Outro desafio diz respeito ao desconhecimento, por parte de gestores escolares e colegas de trabalho, das normas e procedimentos que regulamentam a readaptação funcional. Essa desinformação pode conduzir a interpretações equivocadas sobre a condição do professor readaptado e, por conseguinte, favorecer a reprodução de estigmas e preconceitos no ambiente escolar.

Dessa forma, embora o marco legal da readaptação funcional estabeleça importantes garantias para os trabalhadores adoecidos, sua efetivação depende da forma como as instituições implementam essas diretrizes no cotidiano organizacional. Compreender essa relação entre legislação e prática institucional é fundamental para analisar os limites e possibilidades da readaptação funcional docente no contexto das políticas públicas educacionais.

4.3 Experiências e desafios vivenciados por docentes readaptados

A experiência da readaptação funcional no contexto docente envolve um conjunto complexo de mudanças na trajetória profissional do trabalhador e afeta as atividades laborais desempenhadas e as relações estabelecidas no ambiente de trabalho. Para muitos professores, a readaptação representa uma ruptura significativa com o exercício da docência em sala de aula, atividade que constitui elemento central da sua identidade profissional. Essa transição pode gerar sentimentos ambíguos, o que envolve tanto a possibilidade de permanência no trabalho quanto a vivência de perdas decorrentes do afastamento das funções pedagógicas originais.

No cotidiano escolar, os docentes readaptados frequentemente são realocados em atividades administrativas ou de apoio, como funções na biblioteca, na secretaria ou de acompanhamento pedagógico. Embora essas tarefas contribuam para o funcionamento da escola, muitas vezes não estão diretamente relacionadas à formação e à experiência profissional do professor. Santos, Urt e Vita (2017) enfatizam que tais atribuições, frequentemente fragmentadas, não necessariamente proporcionam ao docente readaptado o mesmo nível de realização profissional associado ao exercício da docência.

A designação dessas novas atividades nem sempre ocorre de forma planejada pelas instituições educacionais. Em muitos casos, os gestores escolares atribuem funções ao professor readaptado a partir das demandas imediatas da

escola, sem considerar adequadamente suas competências e limitações funcionais. Conforme Torres (2015), essa prática pode resultar na atribuição de tarefas consideradas desqualificantes ou pouco significativas para o profissional.

Outro aspecto recorrente nas experiências de docentes readaptados refere-se à subutilização de suas capacidades profissionais. Muitos professores passam a desempenhar funções que não possibilitam a plena utilização de suas habilidades pedagógicas e intelectuais (Pezzuol, 2008). Isso pode gerar sentimentos de frustração e desvalorização, pois o trabalhador deixa de exercer atividades diretamente relacionadas à sua formação.

Ademais, a falta de planejamento institucional para o processo de readaptação pode resultar em situações de indefinição quanto às atribuições do professor readaptado. Para Barbosa (2014), a ausência de diretrizes claras sobre as funções que podem ser desempenhadas por esses profissionais frequentemente leva à criação de tarefas improvisadas, muitas vezes desconectadas das competências docentes.

Essa indefinição pode resultar em duas situações distintas no ambiente escolar. Em alguns casos, o professor readaptado é colocado em posição de isolamento, com pouca participação nas atividades coletivas da escola. Em outros, pode ocorrer o fenômeno oposto: o trabalhador passa a assumir múltiplas tarefas surgidas no cotidiano escolar, o que acarreta sobrecarga de trabalho.

A forma como o processo de readaptação é conduzido pelas instituições também influencia significativamente a experiência vivenciada pelos professores. Batista, Juliani e Ayres (2010) apontam que muitos gestores escolares possuem conhecimento limitado sobre os procedimentos legais e administrativos da readaptação funcional. Essa desinformação pode dificultar a integração do professor readaptado ao ambiente de trabalho.

Outrossim, a comunicação entre os diferentes setores responsáveis pelo processo de readaptação (serviços de saúde ocupacional, perícia médica e gestão escolar) nem sempre ocorre articuladamente. Essa fragmentação também pode representar outro obstáculo ao trabalhador que retorna ao ambiente escolar após o afastamento por motivos de saúde.

A forma como são recebidos pela comunidade escolar após o retorno ao trabalho constitui outro desafio enfrentado pelos docentes readaptados. Em alguns casos, colegas e gestores podem demonstrar atitudes de desconfiança ou de

incompreensão quanto à condição do professor readaptado. Conforme Duarte (2014), insensibilidade institucional pode transformar o processo de readaptação em mais uma fonte de sofrimento para o trabalhador.

A mudança de função também impacta significativamente as relações interpessoais estabelecidas no ambiente escolar. A nova posição ocupada pelo docente readaptado pode alterar sua participação nas atividades pedagógicas e administrativas da escola, o que pode gerar sentimentos de afastamento em relação ao grupo profissional.

Mendonça e Freitas (2024) destacam a readaptação funcional como fator para possível surgimento de novas formas de mal-estar no trabalho, especialmente quando o processo não é acompanhado por estratégias institucionais de apoio ao trabalhador. A mudança de função, nesse contexto, pode representar uma experiência marcada por sentimentos de incerteza e de instabilidade profissional.

Outro elemento importante refere-se à forma como os professores readaptados interpretam sua própria trajetória profissional após o adoecimento. Para muitos deles, o afastamento da sala de aula representa uma ruptura com o sentido atribuído à profissão, uma vez que a docência é frequentemente percebida como elemento central de sua identidade profissional.

Essa ruptura pode gerar sentimentos de perda, frustração e desmotivação, sobretudo quando o trabalhador percebe o não reconhecimento ou desvalorização de suas competências pedagógicas no ambiente escolar. A ausência de espaços institucionais de escuta e acolhimento pode intensificar esses sentimentos.

Além disso, o processo de readaptação envolve desafios referentes à reconstrução do significado do trabalho para o professor. A necessidade de desempenhar novas atividades, muitas vezes distantes do exercício da docência, exige a reorganização da relação com o trabalho e com a trajetória profissional.

Dessa forma, as experiências vivenciadas por docentes readaptados evidenciam o processo de readaptação funcional permeado por múltiplas dimensões do trabalho docente – organizacionais, profissionais e subjetivas. Compreender essas experiências é fundamental para desenvolver estratégias institucionais capazes de promover uma reinserção laboral mais humanizada e respeitosa para os professores que vivenciam essa condição.

4.4 Estigma, identidade profissional e sofrimento na readaptação funcional

O processo de readaptação funcional docente envolve mudanças nas atividades laborais desempenhadas pelo trabalhador, na forma com que se percebe profissionalmente e como é percebido no ambiente escolar. Essas transformações podem gerar impactos na identidade profissional docente, especialmente quando a readaptação implica o afastamento da sala de aula e a realização de atividades consideradas periféricas em relação ao trabalho pedagógico.

A identidade profissional docente é construída ao longo da trajetória formativa e da experiência prática no exercício profissional. Nesse sentido, a docência não se resume ao conjunto de atividades técnicas desempenhadas pelo professor, mas envolve dimensões simbólicas e subjetivas associadas ao papel social atribuído à profissão. Quando o professor deixa de atuar diretamente no processo de ensino-aprendizagem, pode ocorrer uma ruptura na sua própria identidade profissional.

Ladeira (2020) aponta que a condição de professor readaptado frequentemente é acompanhada por experiências de estigmatização no ambiente escolar. Em muitos casos, o docente nessa condição passa a ser percebido por colegas e gestores como alguém incapaz de exercer plenamente suas funções, o que pode gerar situações de discriminação e de isolamento no cotidiano institucional.

Esse estigma associado ao adoecimento e à readaptação funcional contribui para a construção de representações negativas sobre o professor readaptado. De acordo com Vieira (2013), em diversos contextos escolares, o trabalhador adoecido passa a ser visto com sentimentos de pena ou desconfiança, o que dificulta sua integração nas relações profissionais estabelecidas no ambiente de trabalho.

Amaral e Mendes (2017) observam que a experiência da readaptação funcional muitas vezes é marcada por sentimentos de desvalorização profissional e invisibilidade institucional. A mudança de função pode levar à falta de reconhecimento do trabalho do professor readaptado na organização escolar.

Além disso, Amaral (2020) destaca o enfrentamento de estigma social associado ao adoecimento dos professores readaptados. Em alguns casos, colegas e gestores questionam a legitimidade da condição de saúde do trabalhador, principalmente quando se trata de doenças de cunho emocional.

Essa desconfiança gera situações de constrangimento e sofrimento psicológico para o professor readaptado, que passa a conviver com julgamentos e interpretações equivocadas sobre seu estado de saúde. A invisibilização do sofrimento associado ao adoecimento contribui para ampliar as dificuldades enfrentadas por esses profissionais no ambiente de trabalho.

As representações sociais construídas sobre o professor readaptado frequentemente reforçam percepções negativas quanto à incapacidade e à improdutividade. Essas representações influenciam as relações estabelecidas no ambiente escolar e afetam o reconhecimento profissional e a participação do trabalhador nas atividades institucionais (Neris, 2018).

Outro aspecto importante refere-se ao processo de culpabilização do trabalhador pelo próprio adoecimento. Conforme Domingues (2018), em muitos contextos institucionais, o professor adoecido passa a ser responsabilizado pelas limitações decorrentes de sua condição de saúde. Essa lógica contribui para a internalização de sentimentos de culpa e inadequação profissional.

A experiência da readaptação funcional também pode afetar a forma como o professor se relaciona com seu próprio percurso profissional. A perda do vínculo direto com os alunos e com as atividades pedagógicas pode gerar sentimentos de frustração e perda de sentido do trabalho. Ferreira e Abdalla (2017) afirmam que o processo de reconstrução da identidade profissional de professores readaptados envolve desafios significativos, pois o trabalhador precisa redefinir seu papel no contexto escolar. Essa reconstrução é comumente acompanhada por conflitos internos e dificuldades de adaptação.

Para Bastos et al. (2012), em muitos casos, o professor readaptado passa a ser percebido como alguém que não possui mais condições de contribuir para o trabalho pedagógico da escola. Essa percepção pode levar à marginalização do trabalhador nas dinâmicas institucionais.

Além disso, Farias e Miguel (2019) destacam que o sofrimento associado ao processo de readaptação funcional muitas vezes permanece invisível para os demais trabalhadores. A dor vivenciada pelo docente readaptado está relacionada não apenas às limitações físicas ou mentais decorrentes da doença, mas também às mudanças na forma como se reconhece e é reconhecido no ambiente profissional.

Apesar das dificuldades enfrentadas nesse processo, alguns professores

conseguem desenvolver estratégias de ressignificação do trabalho após a readaptação funcional. Elas envolvem a construção de novas formas de participação no cotidiano escolar e a redefinição do sentido atribuído ao trabalho.

Dessa forma, a análise do estigma, da identidade profissional e do sofrimento vivenciado por docentes readaptados evidencia que a readaptação funcional não deve ser compreendida apenas como um procedimento administrativo ou jurídico. Trata-se de um processo que envolve profundas dimensões subjetivas e sociais e requer políticas institucionais capazes de promover acolhimento, reconhecimento e valorização do trabalhador em tal condição.

4.5 Limites e possibilidades da readaptação como política de proteção à saúde

A readaptação funcional é apresentada no âmbito da administração pública como mecanismo de proteção ao trabalhador que, em razão de problemas de saúde, passa a evidenciar limitações para o exercício das atividades originalmente atribuídas ao cargo ocupado. Esse instrumento busca garantir a permanência do profissional no ambiente de trabalho, por meio de atividades compatíveis com suas condições físicas ou mentais. Entretanto, embora funcione formalmente como estratégia de proteção à saúde do trabalhador, sua efetividade depende diretamente da forma como é conduzida pelas instituições.

No campo da educação, a readaptação funcional tem sido utilizada como alternativa institucional para lidar com o aumento dos casos de adoecimento docente. Conforme Arbex, Souza e Mendonça (2013), frequentemente é estruturada a partir de uma lógica de adaptação do trabalhador ao sistema organizacional existente, sem necessariamente promover mudanças nas condições de trabalho que contribuíram para o adoecimento. Dessa forma, a readaptação tende a atuar mais como mecanismo de gestão administrativa do adoecimento do que como política efetiva de promoção da saúde do trabalhador.

Embora a readaptação funcional permita a permanência do professor no serviço público, nem sempre garante condições adequadas de reinserção profissional. Muitas vezes, os docentes readaptados passam a exercer atividades que pouco dialogam com sua formação pedagógica ou com sua trajetória profissional, o que pode representar outra fonte de sofrimento no trabalho.

A forma como o processo de readaptação funcional é conduzido pelas instituições pode influenciar significativamente a experiência vivenciada pelos trabalhadores adoecidos. Quando ocorre de maneira burocrática e sem planejamento institucional, a readaptação pode deixar de cumprir seu papel de proteção à saúde e constituir fonte de desgaste profissional (Amaral; Mendes, 2017).

Ademais, a ausência de políticas institucionais voltadas ao acompanhamento do trabalhador readaptado retrata um dos principais limites desse processo. Em muitos sistemas educacionais, a readaptação funcional ocorre sem a implementação de estratégias de acompanhamento psicossocial ou de reinserção profissional que auxiliem o docente a reconstruir sua relação com o trabalho.

Outro fator que limita a efetividade da readaptação como política de proteção à saúde refere-se à forma como os processos periciais são conduzidos. As perícias médicas frequentemente se concentram na análise da capacidade laborativa individual do trabalhador e desconsideram aspectos relacionados à organização do trabalho que contribuíram para o adoecimento (Rossi, 2018).

Essa abordagem tende a individualizar o problema da doença, desloca o foco das condições institucionais para as limitações físicas ou mentais do trabalhador. Como resultado, a readaptação passa a ser tratada como solução individual para um problema de determinantes estruturais relacionados ao trabalho docente.

Outro desafio refere-se à desarticulação entre os diferentes setores responsáveis pelo processo de readaptação. Em muitos casos, não há integração entre os serviços de saúde ocupacional, os setores administrativos e as instituições escolares. Essa desarticulação dificulta o acompanhamento adequado do professor readaptado e restringe as possibilidades de reinserção profissional (Neris, 2018).

Apesar dessas limitações, a readaptação funcional também apresenta potencialidades importantes enquanto política de proteção ao trabalhador. Para muitos docentes, a possibilidade de permanecer no ambiente escolar, mesmo em funções diferentes daquelas originalmente desempenhadas, representa uma alternativa à aposentadoria precoce ou ao afastamento definitivo do trabalho.

Nesse sentido, a readaptação pode contribuir para preservar o vínculo profissional do trabalhador e possibilitar a continuidade de sua participação no

contexto educacional. A permanência no ambiente de trabalho pode favorecer a manutenção das relações sociais estabelecidas no espaço laboral e contribuir para a reconstrução do sentido atribuído ao trabalho.

De acordo com Arbex, Souza e Mendonça (2013), a readaptação funcional pode representar um espaço de reinvenção do trabalho quando acompanhada por políticas institucionais que valorizem as competências e experiências do trabalhador readaptado. Nesse caso, a realocação profissional possibilita a construção de novas formas de atuação no contexto escolar.

No entanto, para que essa possibilidade se concretize, é necessário que as instituições educacionais desenvolvam estratégias de reinserção profissional que considerem as habilidades e conhecimentos acumulados pelos professores ao longo de sua trajetória. A valorização dessas competências contribui para a transformação da readaptação em um processo mais significativo para o servidor.

Outrossim, políticas institucionais voltadas à promoção da saúde do trabalhador docente desempenham papel fundamental na prevenção de novos casos de adoecimento e na melhoria das condições de trabalho nas instituições educacionais. Essas políticas devem considerar o acompanhamento dos trabalhadores adoecidos e, sobretudo, a transformação das condições organizacionais que contribuíram para o surgimento de problemas de saúde.

Dessa forma, a análise dos limites e possibilidades da readaptação funcional evidencia que esse processo deve ser compreendido como política que envolve dimensões organizacionais, sociais e subjetivas do trabalho docente e demanda abordagem institucional mais ampla voltada à promoção da saúde e à valorização dos profissionais da educação.

4.6 Revisão integrativa sobre readaptação funcional docente

Para a realização da revisão integrativa, foram utilizados descritores relacionados ao tema da pesquisa, tais como readaptação funcional, readaptação profissional, adoecimento docente, mal-estar, sofrimento e docência. As buscas foram realizadas em bases de dados acadêmicos amplamente reconhecidas na área da educação e da saúde: a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), o portal SciELO, o Portal de Periódicos da CAPES e a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS).

Como critérios de inclusão, foram considerados estudos disponíveis na íntegra, publicados na língua portuguesa e que abordassem diretamente a temática da readaptação funcional docente. Também foi definido um recorte temporal compreendido entre os anos de 2015 e 2025, com o objetivo de identificar pesquisas recentes sobre o fenômeno investigado. A aplicação desses critérios resultou na identificação de 41 estudos, incluindo 7 teses de doutorado, 21 dissertações de mestrado e 13 artigos científicos.

A análise inicial desses estudos permitiu identificar diferentes enfoques teóricos e metodológicos utilizados para investigar a readaptação funcional docente. Os trabalhos selecionados foram organizados em categorias analíticas com base nos objetivos estabelecidos em cada pesquisa, o que possibilitou uma visão mais sistemática das principais tendências da produção científica.

Quadro 1 – Estudos sobre readaptação funcional docente

Nº	Tipo de pesquisa	Título	Autor/Ano	Objetivo	Resultados/Conclusões
1	Tese	Narrativas e imaginários de professoras readaptadas: rumo a uma pedagogia da observância	Celório (2015)	Desvelar narrativas de docentes readaptadas sobre um outro modo de ser docente.	A readaptação pressupõe a Pedagogia da Observância, cuja prática leva à recuperação de valores perdidos na profissão docente, fundante na construção de conhecimento.
2	Dissertação	Histórias de vida de professoras em processo de readaptação funcional	Krugmann (2015)	Investigar e analisar a constituição da subjetividade de professoras readaptadas.	As tramas das relações sociais estabelecidas norteiam as condições em que ocorreu a readaptação funcional
3	Dissertação	O ser professor na rede municipal de Uberlândia: histórias atravessadas pela readaptação funcional - 2000 a 2014	Torres (2015)	Identificar o processo de adoecimento docente para compreender como a categoria se caracteriza e sobrevive a situações laborais após a readaptação.	A sobrecarga de trabalho é fator preponderante para o adoecimento, que demanda política pública não apenas para remediar sintomas instalados, mas também para ações de valorização profissional.
4	Dissertação	O sentido da readaptação atribuído pelas professoras	Santos (2015)	Conhecer e analisar o sentido da readaptação para professoras das redes municipal e estadual de ensino de Campo Grande/MS, no contexto da violência nas escolas.	O sentido da readaptação para as professoras revela contradição e sentimentos ambivalentes, depreciação do ser professor e de não exercer sua função de formação. A readaptação é também considerada um processo de violência.
5	Tese	Professores em readaptação funcional da rede municipal de Belo Horizonte: a desarticulação das políticas públicas como fator agravante do adoecimento	Silva (2015)	Discutir a realidade dos professores em readaptação funcional na rede municipal de Belo Horizonte.	Questionam-se a eficiência e as consequências do modelo de readaptação funcional docente devido a descaso, obstáculos burocráticos e desarticulação das políticas públicas. A profissão docente tem carga significativa de desgaste, agravada por questões institucionais.
6	Dissertação	Compreensão do sentido de ser professor readaptado por transtornos psíquicos à luz da fenomenologia heideggeriana	Assis (2016)	Compreender o significado do retorno à escola após afastamento definitivo como professor readaptado por transtornos psíquicos.	Antes da readaptação, intensificação laboral e condições de trabalho desfavoráveis. O mundo da educação foi assinalado por incertezas e medo. A construção da nova identidade ao readaptado foi considerada útil para o coletivo.
7	Dissertação	Do(c)entes readaptados: as vozes que ecoam nos discursos	Lima (2016)	Refletir sobre as formas de adoecimento e os discursos que permeiam as práticas desses	Identificaram-se sentimentos de insatisfação, abandono, incapacidade, frustração, inutilidade, fracasso e sofrimento, bem como estereótipos

				do(c)entes.	relacionados a segregação e preconceito.
8	Dissertação	Professores readaptados em um município do litoral norte de São Paulo: mudanças e conflitos em sua identidade profissional	Ferreira (2017)	Investigar se, após o processo da readaptação funcional dos professores do ensino fundamental I e II, há um desencanto com a profissão e uma consequente desconstrução da identidade profissional.	A readaptação funcional não tem diminuído o sofrimento docente, os professores se sentem tolhidos da identidade profissional e excluídos do meio social. São necessárias intervenções e políticas públicas para reintegração e acompanhamento psicológico e emocional permanente dos professores em readaptação.
9	Dissertação	Mal-estar docente: estudo com professores readaptados de escolas públicas	Pena (2017)	Descrever e analisar a percepção de saúde na trajetória profissional de professores readaptados.	O trabalho em sala de aula pode desencadear sintomas mentais no docente; porém, há quem atribua a patologia apenas a questões pessoais. O isolamento, a desvalorização do profissional readaptado e a falta de empatia de colegas de profissão evidenciam a desesperança na readaptação e a falta de perspectiva de futuro.
10	Artigo	Readaptação funcional de professores como uma promessa que não se cumpre: uma análise da produção científica brasileira	Amaral; Mendes, (2017)	Apresentar um mapeamento sobre os estudos de readaptação profissional no cenário científico brasileiro, por meio de buscas nas bases de dados Scielo, PePSIC e Domínio Público.	A maioria dos estudos analisou o sentido da readaptação para os readaptados ou o processo de readaptação em si. A forma como tem sido conduzidos os processos de readaptação desconsidera o contexto laboral que gerou o adoecimento e culpabiliza o trabalhador.
11	Artigo	Readaptação dos professores em bibliotecas escolares públicas no Brasil: uma reflexão psicológica sobre a autoestima	Rodrigues; Santos, (2017)	Compreender o adoecimento laboral dos professores readaptados por lei em bibliotecas escolares públicas no Brasil e a relação com a concepção psicológica da autoestima.	O professor readaptado não encontra sentido na nova função. A instabilidade política, econômica, social e profissional atinge a capacidade laborativa (estresse, insônia e desmotivação). A desvalorização e a falta de acolhimento levam a uma imagem distorcida de si mesmo e da de sua nova atividade, o que prejudica a identidade profissional e a autoestima.
12	Dissertação	Ser-ninguém: um estudo de caso sobre a readaptação funcional na perspectiva da psicodinâmica do trabalho	Rossi (2018)	Conhecer o sentido do trabalho docente para o professor readaptado com atuação fora da sala de aula.	A readaptação funcional relaciona-se ao trabalho fora da sala de aula, a “não ser mais professor”, tornando-o “ninguém”. Evidencia-se a falta de sentido no trabalho pelo professor readaptado, pois o fazer docente está atrelado à sala de aula.
13	Tese	Representações sociais da identidade de docente readaptado no magistério público do Distrito Federal	Neris (2018)	Investigar representações sociais em interação com identidade social de docentes readaptados, por docentes regentes, gestores e	A identidade profissional do docente readaptado é marcada pela estigmatização. Surge a partir da ruptura da identidade profissional de docente em regência de classe, permeada por mal-

				docentes readaptados no contexto escolar da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEDF.	estares, precarização laboral e adoecimento, culminando com a readaptação funcional e a mudança de atuação no contexto escolar.
14	Tese	“Atende aí que é a readaptada da tarde!” sentidos-e-significados do trabalho do professor em readaptação	Oliveira (2018)	Contribuir com impressões fornecidas por gestores escolares, professores em exercício docente e professores em readaptação para futuras ações nas escolas quanto à realocação e recuperação desses profissionais.	O professor readaptado é visto como não-professor. Principais queixas: exclusão social, falta de serviços médicos, realocação em espaços onde há contato direto com alunos e extremo ruído (agravam ansiedade e pânico). O trabalho na secretaria e nos corredores escolares desqualifica o profissional readaptado.
15	Dissertação	A situação de professores readaptados alocados em bibliotecas públicas	Jesus (2018)	Destacar a precarização docente provocada pela legislação vigente no Brasil, buscando entender a situação do professor readaptado e o que pode representar para ele, para a escola e os estudantes.	A precarização docente afeta o cotidiano do professor, provoca a readaptação e afeta a saúde física e psicológica. A falta de políticas públicas educacionais tem causado o adoecimento e o afastamento dos professores das salas de aula e os direcionado às bibliotecas.
16	Dissertação	As significações de professores readaptados sobre condições de trabalho docente e suas implicações no processo de adoecimento	Domingues (2018)	Identificar e analisar as relações entre as significações de professores readaptados e seus processos de adoecimento.	Tornar-se professor readaptado gera sofrimento por causa da invisibilidade. A valorização deve estar atrelada a políticas de formação, à carreira e à saúde (focos: autoconhecimento e reconhecimento do profissional da educação).
17	Dissertação	Readaptação funcional de professores: a percepção dos diretores das escolas da rede estadual de ensino de um dos núcleos regionais de educação do estado do Paraná	Guedes (2019)	Conhecer as dificuldades encontradas e as estratégias utilizadas pelos gestores escolares no acolhimento de professores em reabilitação funcional.	A reabilitação funcional demanda esforço e bom senso dos diretores e do profissional. Existe preconceito e estigmatização por parte dos colegas de trabalho. É necessário formalizar o fluxo de acolhimento do professor e criar mecanismos que o leve a encontrar significado em seu novo papel.
18	Dissertação	Usos de si e testemunhos de trabalhadores docentes readaptados	Lemes (2019)	Compreender como se apresenta a experiência de vida e de trabalho do professor readaptado, a partir de seus testemunhos.	Os docentes readaptados desenvolvem atividades na biblioteca e de assessoria pedagógica, e buscam novos sentidos nelas. Porém, sobressai que o sentido do trabalho está na atividade em sala de aula.
19	Artigo	Readaptação funcional: uma voz silenciada no canto da escola	Farias; Miguel (2019)	Entender o sentido do processo de readaptação funcional vivenciado pelos professores	A readaptação ocorre em ambiente precarizado, com relações pessoais degradantes, funções divergentes, insegurança e desmotivação frente

				efetivos da rede pública do município de Banabuiú-CE.	a identidade profissional. O trabalho se torna fonte de sofrimento e adoecimento, agravado por falta de políticas, de sensibilização e de compreensão dos professores que estão em sala de aula.
20	Artigo	Readaptação do docente ao trabalho: experiência de professores de uma escola pública de Maringá-PR	Feltrim; Silva (2020)	Analisar como se configura a (re) construção do sentido no trabalho para professores readaptados diante das novas circunstâncias funcionais e investigar se o processo de readaptação cumpre efetivamente a proposta legal e de saúde do trabalhador.	As readaptações revelaram dificuldades desconsideradas pela gestão laboral. O docente fica desassistido e impedido de realizar atividades compatíveis às suas capacidades. É necessário considerar as limitações/potencialidades, de modo que, ao retornarem ao ambiente de trabalho, tenham possibilidades de identificação com a nova função.
21	Dissertação	Readaptação funcional de professores da rede municipal de educação de Belo Horizonte: um estudo introdutório	Silva (2020)	Compreender o processo de readaptação funcional dos docentes do ensino fundamental da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte em uma escola pública de ensino fundamental.	Quando readaptado, o profissional se torna “referência de doença”, é impactado ao receber o laudo comprobatório disso. Há “várias readaptações” dentro da mesma readaptação. Mesmo assim, os docentes encontraram novas formas para continuar vivendo.
22	Dissertação	A alteridade docente: uma cartografia da subjetividade do professor readaptado	Vidal (2020)	Investigar o professor readaptado a partir da perspectiva subjetiva desse profissional.	O professor readaptado encontra estratégias para lidar com a instabilidade. A escola apregoa o desejo do profissional ativo; porém, almeja o perfil resignado e passivo.
23	Artigo	Síndrome de burnout e readaptação funcional em professores da rede pública de ensino do Distrito Federal	Sousa (2020)	Identificar casos de burnout em professores readaptados.	Mesmo readaptados, os professores continuam estressados. Além da doença pela qual foram afastados do serviço, adquiriram outras como a síndrome de burnout, depressão e doenças físicas. São necessárias políticas públicas de combate ao estresse e os professores precisam adquirir novos repertórios comportamentais para lidar com as situações no trabalho.
24	Tese	Readaptação funcional de docentes na rede estadual paulista: a necessidade de uma compreensão complexa	Oliveira (2021)	Compreender como as políticas públicas afetam os docentes em processo de readaptação.	As ações para o processo de readaptação funcional estão ligadas à garantia do direito em si e distantes de políticas públicas voltadas ao servidor; os departamentos responsáveis têm informações desencontradas; a fragmentação burocrática pela gestão de modelo gerencialista, a demora na condução do processo, a visão da

					perícia médica, as posturas autoritárias dos gestores, as deficiências do atendimento médico e de saúde marcam a cultura de preconceito e estigma sobre os professores readaptados.
25	Tese	Impactos da readaptação na constituição da identidade docente	Freitas (2021)	Compreender a interferência da readaptação na identidade docente, a partir do ponto de vista de professoras readaptadas da rede municipal de ensino da cidade de São Paulo.	A readaptação impacta a constituição da identidade docente, cujo processo gerará mesmices e metamorfoses em função das experiências vividas; são necessários olhares mais atentos e mudanças de encaminhamentos para minimizar os impactos negativos.
26	Artigo	Mal-estar do professor: um estudo sobre a concepção do professor readaptado no município de Casinhas - PE	Lima (2021)	Investigar o mal-estar do professor readaptado no município de Casinhas - PE	Os professores readaptados se sentem desmotivados com a profissão. Mas todos acreditam que a insatisfação profissional é o fator responsável direto pelo mal-estar.
27	Dissertação	Implicações das políticas educacionais nas condições de trabalho e no adoecimento/readaptação dos professores da rede estadual de São Paulo (SP)	Mira (2022)	Investigar as implicações das condições de trabalho, decorrentes das políticas educacionais, no adoecimento e readaptação de professores do ensino médio da rede estadual de educação de SP.	O índice de desenvolvimento da educação de São Paulo (IDESP) não foi o fator principal ou exclusivo para o adoecimento e readaptação. As condições gerais de precarização e de intensificação do trabalho docente, a cobrança do índice pode contribuir para tal processo.
28	Dissertação	Possíveis fatores de risco e proteção para o bem-estar e saúde mental da categoria docente: um estudo bioecológico com professores readaptados da SEDF	Mota (2022)	Investigar fatores de risco e proteção relacionados ao bem-estar e saúde mental docente e as possíveis redes de apoio para os professores da SEDF, com base nas vivências e perspectivas de profissionais readaptados.	O adoecimento emocional é multifatorial; são fatores de risco: a relação com os pares e a direção, estruturas precárias, sobrecarga e desvalorização profissional. No caso dos professores readaptados, a mudança de função e a atuação em outros ambientes na escola protegem o bem-estar e a saúde mental.
29	Dissertação	Do trabalho docente às políticas de readaptação profissional: o caso dos professores da Secretaria de Estado da Educação de Goiás	Marques (2022)	Analisar o trabalho docente, suas condições e seus impactos nos professores que vivenciam o processo de readaptação.	As normas preveem direitos aos readaptados, mas não são garantidos na prática; embora a readaptação seja uma oportunidade conferida ao professor adoecido de continuar a laborar, não há um programa eficaz que possibilite o retorno ao exercício das funções do cargo de origem.
30	Dissertação	Sofrimento psíquico: um estudo com professores (as) readaptados(as) da rede estadual de ensino em	Lima (2023)	Compreender o processo de sofrimento e adoecimento no trabalho de docentes readaptados nas escolas da rede estadual de	A trajetória docente é permeada por sofrimento, sobrecarga e fatores organizacionais exigentes e impositivos. Isso contribui para o adoecimento, que pode levar à readaptação funcional. Embora

		Corumbá e Ladário/MS		ensino de Corumbá e de Ladário, MS.	realocados em outras funções, o sofrimento do professor permanece devido à falta de reconhecimento, à medicalização e ao estigma.
31	Dissertação	Vivências e desafios de professoras readaptadas na cidade de Corumbá	Olarte (2023)	Compreender as vivências de professores do ensino fundamental I, da rede municipal de ensino de Corumbá/MS, readaptadas de função em razão de adoecimento.	A readaptação não atenua o sofrimento docente, reforça a rejeição, a insegurança, os preconceitos e a violência. A falta de reconhecimento por parte da organização do trabalho agrava o quadro patogênico, pois não possibilita a ressignificação do sofrimento.
32	Artigo	Vivência do afastamento, readaptação profissional e retorno ao trabalho entre professores estaduais	Oliveira; Schmidt (2023)	Identificar a percepção do afastamento por doença, o retorno ao trabalho e o processo de readaptação entre professores da rede estadual de ensino.	No afastamento, na readaptação e no retorno ao trabalho, ocorre a diáde prazer e sofrimento, que surge do sentimento de inutilidade, da perda da identidade e da discriminação. O apoio social das relações socioprofissionais é importante para amenizar o sofrimento e ressignificar o trabalho.
33	Artigo	A Readaptação docente	Matos (2023)	Observar os principais pontos da readaptação docente, por intermédio de levantamento de artigos.	As funções mais frequentemente exercidas pelos docentes readaptados são auxiliar de secretaria e de biblioteca. O processo de readaptação gera novo sofrimento devido à exclusão. Muitos docentes readaptados por questões de saúde mental apontam desvalorização, discriminação e desrespeito. Na readaptação, as decisões dos peritos e gestores são unilaterais.
34	Artigo	Professores readaptados do município de Mossoró/RN: reflexões sobre o mal-estar docente	Fernandes ; Silva; Souza (2023)	Discutir a relação estabelecida entre a precarização do trabalho e o adoecimento do professor readaptado da rede municipal de Mossoró/RN.	Fatores de insatisfação: inversão de papéis escola-família, violência escolar, desvalorização, baixos salários, falta de reconhecimento e de suporte da gestão; indisciplina; excesso de trabalho; dificuldades na relação professor-aluno. A pouca infraestrutura da escola demanda maior esforço e compromete a qualidade do ensino. A readaptação pode ser positiva quando possibilita o ofício de educador. Motivos da readaptação: depressão, ansiedade, calos nas cordas vocais, problemas nos joelhos e tornozelos. É no trabalho diário que surgem os transtornos e as limitações. O sofrimento é individualizado

					no professor, mas é necessário o enfrentamento coletivo.
35	Dissertação	Readaptação funcional de professores(as): construção dialogada de diretrizes concernentes à atuação profissional resignificada	Pêpe (2024)	Analisar o processo de readaptação funcional de professores(as) com vistas a construção para profissionalidade resignificada, através da elaboração colaborativa de uma proposta de diretrizes específicas	São necessárias as políticas públicas e a elaboração de diretrizes específicas para readaptação funcional docente e a discussão para promover ambiente de trabalho inclusivo e respeitoso. É urgente a formação de professores e de gestores e conscientização da comunidade escolar sobre a readaptação.
36	Tese	A profissão docente para professores em readaptação funcional: uma análise a partir da teoria das representações sociais	Santos (2024)	Identificar representações sociais da profissão docente, construídas por professores em situações de mal-estar/adoecimento, indicando a influência delas para a permanência ou abandono da docência.	A qualidade do trabalho docente exige investimentos em aperfeiçoamento, condições laborais, reconhecimento e valorização. Também sinaliza a necessidade de incremento dos serviços de saúde, de efetivação de políticas públicas emergentes de prevenção e saúde direcionadas aos professores.
37	Artigo	Professores readaptados em escolas públicas: adoecimento e perspectivas de retorno à sala de aula	Santos; Machado (2024)	Caracterizar os professores de educação básica pública de Recife e de outros municípios da região metropolitana em readaptação funcional, indicando as patologias que mais os acometem e suas perspectivas de retorno à sala de aula.	O adoecimento docente é uma realidade que pode levar à readaptação funcional. As patologias que mais afastam os docentes da sala de aula são as emocionais. A maioria deles não têm expectativa de retorno à sala de aula devido a condições de saúde e à desvalorização profissional. A qualidade do trabalho docente requer investimentos em condições laborais, reconhecimento e valorização.
38	Artigo	O professor readaptado e o não-lugar no ambiente escolar	Mendonça ; Freitas (2024)	Analisar a readaptação funcional de docentes da educação básica e suas interfaces no retorno ao ambiente escolar.	Há conflito de identidade profissional, falta de sentido laboral e estigmas sofridos pelos professores no retorno ao ambiente escolar. O não lugar se refere à indefinição de atribuições do professor na condição de protagonista. A readaptação apresenta viés ambivalente: alegria pelo afastamento do que provocou a atual condição profissional e tristeza pela perda identitária, associada à frustração, incapacidade, inutilidade e ausência de reconhecimento.

39	Artigo	As dificuldades na readaptação de docentes nas atividades escolares	Amorim; Nunes Filho; Veras Neto (2024)	Demonstrar se há necessidade de inclusão dos profissionais da educação devido à doença desenvolvida no trabalho, descrever o que é readaptação e constatar se a inclusão é garantia de direitos humanos.	As doenças decorrentes das atividades profissionais não podem impedir a posterior readaptação/inclusão nas atividades escolares. É necessário incluir o readaptando em funções compatíveis com sua a doença e implementar políticas públicas para ampliar a sua inclusão.
40	Dissertação	Bem-estar, saúde mental e readaptação funcional: um estudo bioecológico sobre a percepção de gestores da SEEDF	Santos (2025)	Analisar a percepção e as necessidades na formação de gestores da SEEDF sobre bem-estar, saúde mental e readaptação funcional para um acolhimento efetivo aos professores readaptados.	O bem-estar e a saúde mental estão ligados à qualidade de vida no trabalho. Gestores têm lacunas na formação quanto a leis sobre readaptação, gestão de pessoas e mediação de conflitos. É necessário implementar pólos de atendimento nas coordenações regionais de ensino voltados ao bem-estar, saúde mental e assistência terapêutica.
41	Artigo	Caraterísticas dos docentes readaptados por transtornos mentais e comportamentais	Ortega; Almeida, (2025)	Analisar características socio-demográficas e de comportamento relacionadas à saúde, morbidade crônica e violência na escola de docentes readaptados por transtornos mentais/ comportamentais de uma rede municipal de ensino (vale do Paraíba).	As causas desencadeadoras dos afastamentos se configuram em: agressão na escola por parte dos alunos, pais, colegas de trabalho e funcionários; indisciplina dos alunos; falta de autonomia do docente; falta de apoio da gestão escolar; tempo inadequado para preparação de aulas e correção de trabalhos dos alunos; condições inadequadas do conforto ambiental em sala de aula.

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Essas 41 pesquisas foram categorizadas de acordo com o objetivo estabelecido em cada uma delas, conforme o quadro abaixo:

Quadro 2 – Objetivos das pesquisas elencadas

Objetivos de pesquisa relacionados a:	Nº de estudos
Subjetividade, identidade, experiências, representação social, modo de ser docente com/após a readaptação funcional	19
Compreensão do contexto do adoecimento e das patologias que provocaram a readaptação funcional	13
Compreensão e condutas adotadas por gestores quanto à readaptação funcional docente	3
Mapeamento de estudos sobre a readaptação funcional docente	2
Programas, legislações, sistemas, políticas educacionais/públicas sobre a readaptação funcional	4
Total	41

Fonte: Elaborado pela autora (2026)

A compreensão do fenômeno da readaptação funcional docente requer o conhecimento do estado da arte das pesquisas desenvolvidas sobre o tema. Nesse sentido, realizou-se uma revisão integrativa da literatura com o objetivo de identificar e analisar os estudos acadêmicos que abordam a readaptação funcional de professores da educação básica. Essa estratégia metodológica permite reunir e sistematizar resultados de pesquisas realizadas, o que contribui para ampliar a compreensão sobre o fenômeno e identificar lacunas na produção científica existente.

A primeira categoria identificada refere-se aos estudos que investigam a readaptação funcional a partir das experiências subjetivas dos docentes. Nessa categoria foram identificados 19 estudos, correspondendo a aproximadamente 46% da produção analisada. Esses trabalhos exploram aspectos relacionados à subjetividade, identidade profissional, representações sociais e formas de vivenciar a docência após o processo de readaptação funcional.

Os resultados dessas pesquisas indicam que a readaptação funcional reverbera na identidade profissional. Muitos docentes relatam sentimento de perda,

frustração e desvalorização após o afastamento da sala de aula. Esses estudos destacam que o processo de readaptação pode gerar mudanças profundas na relação do trabalhador com o trabalho e com a própria profissão.

A segunda categoria identificada na revisão integrativa reporta-se a estudos que investigam o contexto do adoecimento docente e as patologias que levaram à readaptação funcional. Foram identificados 13 estudos, o que corresponde a aproximadamente 32% das pesquisas analisadas. Esses trabalhos discutem fatores que contribuem para o adoecimento dos professores e as principais doenças associadas ao trabalho docente.

Os resultados dessas pesquisas apontam os transtornos mentais como uma das principais causas de readaptação funcional entre professores. Sintomas de ansiedade, estresse, depressão e síndrome de burnout são frequentemente mencionados nos estudos. Além disso, alguns trabalhos também indicam a ocorrência de doenças físicas, como problemas ortopédicos e distúrbios vocais, embora essas condições apareçam com menor frequência nas pesquisas identificadas.

Uma terceira categoria identificada aborda estudos que analisam as condutas adotadas por gestores escolares diante do processo de readaptação funcional docente. Foram identificadas três pesquisas com esse enfoque, as quais investigam a forma como as instituições educacionais recebem e integram os professores readaptados em suas estruturas organizacionais.

Essas pesquisas evidenciam que muitos gestores escolares enfrentam dificuldades para lidar com o processo de readaptação funcional, seja por desconhecimento dos procedimentos legais, seja pela ausência de diretrizes institucionais claras sobre as funções que podem ser desempenhadas pelos professores readaptados. Essa situação pode contribuir para a atribuição de atividades inadequadas ou pouco significativas aos docentes.

Outra categoria identificada na revisão integrativa corresponde aos estudos dedicados ao mapeamento da produção científica sobre readaptação funcional docente. Foram identificadas duas pesquisas com o objetivo de sistematizar o conhecimento produzido sobre o tema e identificar tendências e lacunas na literatura acadêmica.

Esses estudos ressaltam que, apesar do aumento dos casos de adoecimento docente e readaptação funcional, ainda existe um número relativamente limitado de

pesquisas dedicadas à temática. Essa lacuna na produção científica evidencia a necessidade de ampliar os estudos sobre o fenômeno e, sobretudo, de considerar seus impactos na trajetória profissional dos professores.

A última categoria identificada refere-se às pesquisas que investigam programas institucionais, legislações e políticas públicas relacionadas à readaptação funcional docente. Foram identificados quatro estudos com o enfoque de análise das normas legais e das políticas institucionais voltadas ao acompanhamento de professores readaptados.

Os resultados dessas pesquisas enfatizam limitações das políticas públicas relacionadas à readaptação funcional quanto à promoção da saúde do trabalhador docente. Em muitos casos, o processo de readaptação é conduzido burocraticamente e centrado na avaliação da capacidade laborativa do trabalhador, sem considerar as condições organizacionais que contribuíram para o adoecimento.

Outrossim, diversos estudos apontam que a readaptação funcional frequentemente não alcança plenamente seu objetivo de reduzir o sofrimento associado ao adoecimento. Muitos professores relatam sentimentos de abandono institucional, falta de reconhecimento profissional e dificuldades de reintegração no ambiente escolar.

A análise das pesquisas selecionadas também evidencia que a readaptação funcional tende a ser tratada como processo de adaptação individual do trabalhador às condições institucionais existentes. Nesse sentido, elas indicam que raramente ocorrem mudanças estruturais na organização do trabalho que contribuíram para o adoecimento docente.

A apreciação dos estudos revela que a produção científica sobre readaptação funcional docente tem se concentrado majoritariamente nas dimensões subjetivas do processo. Pesquisas como as de Santos (2015), Ferreira e Abdalla (2017) e Domingues (2018) apontam que a readaptação funcional repercute profundamente na forma como os professores compreendem sua trajetória profissional e sua relação com o trabalho. O afastamento da sala de aula frequentemente é interpretado como ruptura com o sentido atribuído à profissão docente.

Essa perspectiva também é observada nos trabalhos de Guedes (2019), Vidal (2020) e Sousa (2020), que analisaram a readaptação funcional a partir das experiências vividas pelos professores. Esses estudos destacam que o processo de readaptação tende a ser acompanhado por sentimento de frustração, desvalorização

profissional e perda de pertencimento ao coletivo docente. Tais experiências desvelam que a readaptação funcional ultrapassa o campo administrativo e envolvem dimensões subjetivas e simbólicas relacionadas à identidade profissional.

Outro conjunto significativo de pesquisas concentra-se na análise do adoecimento docente que precede o processo de readaptação funcional. Estudos como os de Rossi (2018), Oliveira (2018) e Lima (2016) indicaram que os transtornos mentais e emocionais constituem os principais fatores associados à readaptação funcional entre professores. Esses trabalhos apontam a sobrecarga de trabalho, a intensificação das atividades pedagógicas e as pressões institucionais como elementos recorrentes na trajetória do adoecimento docente.

Resultados semelhantes são encontrados nas pesquisas de Freitas (2021), Mira (2022) e Lima (2023), que também identificaram forte associação entre as condições organizacionais do trabalho docente e o surgimento de problemas de saúde mental. Nesses estudos, sintomas como ansiedade, estresse crônico, depressão e síndrome de burnout aparecem como manifestações frequentes entre professores que posteriormente passaram por processos de readaptação funcional.

Outra vertente da produção científica identificada na revisão integrativa refere-se às pesquisas que analisam o papel da gestão escolar no processo de readaptação funcional. Trabalhos como os de Assis (2016) e Rodrigues e Santos (2017) indicaram dificuldades de muitos gestores escolares para lidar com o retorno de professores readaptados ao ambiente de trabalho. A ausência de diretrizes institucionais claras e a falta de formação específica para lidar com essa situação contribuem para a reprodução de práticas improvisadas no cotidiano escolar.

Nesse sentido, estudos como os de Oliveira e Schmidt (2023) salientaram que a readaptação funcional frequentemente é conduzida sem planejamento institucional adequado. Em muitos casos, as novas funções atribuídas aos professores readaptados são definidas a partir das necessidades imediatas da escola, sem considerar as competências profissionais do trabalhador ou as recomendações estabelecidas nos laudos médicos.

Outro aspecto recorrente na literatura refere-se à forma como os docentes readaptados são percebidos no ambiente escolar. Pesquisas como as de Celório (2015) e Krugman (2015) evidenciaram que muitos professores experimentam isolamento profissional após o retorno ao trabalho. Esses estudos apontam que a readaptação funcional pode produzir mudanças nas relações interpessoais

estabelecidas no ambiente escolar e influenciar a participação do trabalhador nas atividades coletivas da instituição.

Além disso, algumas pesquisas destacam que o professor readaptado frequentemente passa a ocupar uma posição ambígua dentro da organização escolar. Estudos como os de Pena (2017) e Feltrim e Silva (2020) mostraram que esses trabalhadores, muitas vezes, não são plenamente reconhecidos como integrantes do corpo docente, mas também não são considerados profissionais administrativos, o que pode gerar situações de indefinição institucional.

A revisão integrativa também evidenciou estudos voltados à análise das políticas públicas relacionadas à readaptação funcional docente. Pesquisas como as de Ortega e Almeida (2025) e Mendonça e Freitas (2024) indicaram limitações nas políticas institucionais voltadas ao acompanhamento de professores readaptados. Entre os principais desafios identificados, destacam-se a ausência de programas estruturados de reinserção profissional e a falta de políticas preventivas de promoção da saúde do trabalhador docente.

De forma geral, os estudos analisados convergem ao indicar a readaptação funcional docente como fenômeno complexo, que envolve múltiplas dimensões do trabalho e da saúde do professor. As pesquisas demonstram que, embora a readaptação funcione como estratégia de permanência no trabalho, nem sempre minimiza os impactos do adoecimento docente, especialmente quando não há mudanças nas condições organizacionais que contribuíram para o surgimento do problema.

CAPÍTULO 5: METODOLOGIA

5.1. Tipo de pesquisa

Trata-se de pesquisa de abordagem quanti-qualitativa, também denominada método misto, no intuito de melhor compreender a essência de um fenômeno. É caracterizada pela combinação de métodos predeterminados das pesquisas quantitativas com os emergentes das qualitativas. Segundo Creswell (2007), o pesquisador baseia esse tipo de investigação a partir da suposição de que a coleta de diversos tipos de dados favorece melhor entendimento do problema pesquisado. Os métodos mistos configuram também uma tentativa de legitimar o uso de múltiplas abordagens para responder questões de investigação (Johnson; Onwuegbuzie, 2004). Nesse contexto, o conjunto de dados quantitativos e qualitativos não se opõe; ao contrário, complementa-se, já que a realidade abrangida por eles interage dinamicamente (Minayo, 2002).

O caráter do estudo foi descritivo, por apresentar fatos e características presentes numa determinada população ou área de interesse. Não pode ser considerado mera tabulação de dados, uma vez que necessita de elemento interpretativo associado à comparação, contraste, mensuração, classificação, interpretação e avaliação. Esse tipo de pesquisa é empregado para descrever fenômenos existentes, identificar problemas, justificar condições, comparar e avaliar o que os outros estão desenvolvendo em situações e problemas similares, no intuito de esclarecer situações para futuros planos e decisões (Gressler, 2007).

Foram convidados a participar do estudo professores readaptados do quadro de professores da educação básica, pertencentes a diferentes municípios do estado do Pará. Por meio do instrumento de pesquisa, a cada um foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), com os esclarecimentos do caráter da participação voluntária, objetivos da pesquisa, bem como os riscos e benefícios.

Os principais riscos do estudo estão relacionados ao sigilo dos dados dos participantes envolvidos e à baixa adesão dos docentes readaptados em participar da pesquisa. Para minimizá-los, foi dispensada a máxima cautela para o armazenamento das referidas informações e o não compartilhamento delas. Também foi feita sensibilização dos professores para motivá-los a participar do estudo, por meio de explanação sobre a importância da pesquisa para ele próprio,

para a gestão educacional e para a sociedade como um todo.

Os benefícios desta pesquisa perpassam pelo docente da educação básica do estado do Pará, pois o conhecimento sobre o adoecimento e a consequente readaptação funcional suscita a proposição de estratégias de prevenção a esses riscos, o que poderá reduzir a quantidade de professores afastados e/ou readaptados, em função de doenças causadas pelo exercício da atividade laboral. Além disso, o estudo favorece maior conhecimento sobre adoecimento de professores da educação básica e estratégias para prevenir tal evento e poderá impulsionar novas produções científicas sobre a temática.

A priori, os participantes da pesquisa estabelecidos para o estudo foram professores da educação básica readaptados, pertencentes ao quadro de servidores da Secretaria de Educação do estado do Pará (SEDUC). A pesquisadora, in loco na SEDUC, recebeu a informação de que o banco de dados de tal Secretaria não dispunha desse tipo de registro, pois, a partir da reformulação da Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD), tais tipos de dados, considerados sensíveis por se tratar do estado de saúde, eram de responsabilidade desta.

Por sua vez, mesmo apresentando os documentos requeridos, a SEPLAD não considerou a possibilidade de acesso às informações dos professores e nem tampouco o contato dos professores. Na ocasião, dispuseram-se a fornecer dados gerais relacionados à readaptação funcional; contudo, também não foram disponibilizados.

A partir desse cenário, foram estabelecidos os seguintes critérios de inclusão para participar desta pesquisa: ser professor da educação básica em situação de readaptação funcional no período do estudo e aceitar participar voluntariamente da pesquisa por meio do TCLE. Como critérios de exclusão, docentes que não estivessem em readaptação funcional no período da pesquisa, bem como aqueles que não aceitassem participar voluntariamente do estudo.

5.2. Instrumento e procedimento de coleta de dados

A coleta de dados desta pesquisa foi realizada por meio da aplicação de um questionário estruturado, desenvolvido na plataforma Google Forms (apêndice), ferramenta digital do conjunto de aplicativos do Google Workspace, o qual possibilita

a criação, distribuição e organização de formulários online. A escolha de tal ferramenta se justifica pela sua acessibilidade, facilidade de uso, possibilidade de alcance de maior número de participantes bem como integração automática com planilhas digitais para armazenamento e tratamento dos dados.

O instrumento de dados se constituiu de um questionário, organizado a partir dos objetivos estabelecidos para este estudo e do referencial teórico que o embasa, composto por perguntas abertas e fechadas, organizadas em seções temáticas, a saber: dados sócio-demográficos, informações sobre hábitos e estilo de vida, dados sobre formação acadêmica e os relacionados à readaptação funcional. As perguntas fechadas contemplaram questões de múltipla escolha; algumas abertas se destinaram a especificações de perguntas fechadas e outras se voltaram à possibilidade de expressão mais livre dos participantes quanto às suas percepções ou experiências sobre o fenômeno investigado.

Segundo Fowler (2014) e Gil (2019), a utilização de questionários online tem se consolidado como estratégia para as pesquisas contemporâneas, sobretudo quando envolvem grandes populações ou participantes geograficamente dispersos, por permitir agilidade na coleta de dados, redução de custos operacionais e maior sistematização das informações obtidas.

O formulário foi disponibilizado aos participantes por meio digital, via link eletrônico, encaminhado a redes sociais de professores, especialmente à da associação de professores readaptados do estado do Pará, o que permitiu o acesso ao instrumento de pesquisa.

No início do formulário, foi apresentado o TCLE, onde constavam informações quanto aos objetivos da pesquisa, à natureza voluntária da participação e à garantia de anonimato e confidencialidade das respostas. Somente após a concordância com o termo, os participantes puderam prosseguir para as demais seções do questionário.

As respostas coletadas foram automaticamente armazenadas na própria plataforma e posteriormente exportadas para uma planilha, o que viabilizou a organização e o tratamento dos dados. Sequencialmente, as informações foram organizadas e analisadas conforme os objetivos e procedimentos metodológicos do estudo.

5.3. Cuidados éticos

De acordo com os princípios éticos que regem a pesquisa envolvendo seres humanos, o foi submetido à avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UEPA – Campus II. A proposta foi aprovada em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS), principalmente as previstas na Resolução nº 466/2012.

O projeto foi cadastrado na Plataforma Brasil e recebeu parecer substanciado de aprovação sob o número 7.434.272 (CAAE: 85396024.0.0000.5174), emitido em 11 de março de 2025 (anexo). Todos os participantes foram previamente esclarecidos acerca dos objetivos, procedimentos e possíveis implicações da pesquisa. Foram assegurados os princípios de voluntariedade, anonimato, confidencialidade e liberdade para desistência da participação a qualquer momento.

CAPÍTULO 6 - ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Para a análise estatística dos dados, foi aplicado o teste qui-quadrado, também conhecido como teste do Qui-Quadrado de Pearson ou Teste Exato de Fisher, usado para testar uma hipótese numa investigação. Segundo Bussab e Morettin (2017), o teste do qui-quadrado (χ^2) é um método estatístico empregado para verificar se há diferença significativa entre frequências observadas e frequências esperadas em um conjunto de dados categóricos. É amplamente utilizado para analisar associação entre variáveis qualitativas ou aderência de dados a uma distribuição teórica. Dessa forma, é aplicado a dados categorizados a fim de verificar se existe associação entre variáveis qualitativas ou se uma distribuição observada difere de uma distribuição teórica esperada. Sua fórmula está expressa abaixo:

Fórmula do teste qui-quadrado

$$\chi^2 = \sum \frac{(E_{ij})^2}{E_{ij}}$$

Onde:

- χ^2 = estatística do teste qui-quadrado;
- O_{ij} = frequência observada na célula da linha i e coluna j ;
- E_{ij} = frequência esperada na célula da linha i e coluna j ;
- Σ = soma para todas as células da tabela de contingência.

Para interpretação dos dados, têm-se:

- Hipótese nula (H_0): as variáveis são independentes (não há associação);
- Hipótese alternativa (H_1): as variáveis não são independentes (existe associação entre elas).

Se o valor calculado de χ^2 for maior que o valor crítico da distribuição qui-quadrado (ou se $p < 0,05$), rejeita-se H_0 e se conclui que há associação entre as variáveis. Quando o resultado do teste não é estatisticamente significativo (por exemplo, $p \geq 0,05$), não se rejeita H_0 e se conclui que não há evidências de associação entre as variáveis.

Os principais tipos de teste qui-quadrado são: o de aderência, o qual verifica

se os dados seguem uma distribuição teórica; o de independência, que avalia se duas variáveis categóricas são independentes, e de homogeneidade, o qual compara distribuições de frequências entre diferentes grupos (Bussab; Morettin, 2017). Neste estudo, o teste empregado foi o de independência, pois se objetivou verificar se duas variáveis categóricas tinham associação, ou seja, se a distribuição ou a ocorrência de uma variável dependia da outra. Em termos práticos, quando duas variáveis não têm associação, significa que as diferenças entre as frequências observadas e as esperadas são pequenas e atribuídas ao acaso. Além disso, a proporção de uma variável permanece aproximadamente a mesma em todas as categorias da outra variável (Triola, 2017).

Os testes foram realizados por meio do software SPSS (Statistical Package for Social Sciences), ferramenta utilizada por pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento. Trata-se de um software de análise estatística, desenvolvido para realizar análises e modelar dados estatísticos.

Além da análise estatística, procedeu-se à análise descritiva qualitativa, método de interpretação de dados não numéricos, comumente coletados por meio de entrevistas, questionários abertos, observações ou documentos. Tem como finalidade identificar, organizar e compreender padrões, temas ou significados presentes nos dados para compreender os fenômenos estudados, explorar significados, percepções, experiências e comportamentos dos participantes. Também permite identificar relações, padrões e categorias relevantes para a pesquisa, sem a necessidade de quantificação (Gil, 2002).

Ainda de acordo com Gil (2002), a análise descritiva qualitativa possibilita suporte à tomada de decisões, por fornecer conteúdo rico e detalhado para políticas, práticas educacionais, sociais ou organizacionais. É dotada de flexibilidade metodológica – pode ser combinada com outros métodos, o que enriquece a interpretação dos resultados.

A análise dos dados foi feita a partir do cruzamento da variável grupos/tipos de patologia em relação às variáveis sexo, estado civil, faixa etária (por sexo), tempo de serviço, número de escolas onde os docentes trabalhavam antes da readaptação funcional, número de turmas, disciplinas ministradas e tempo de readaptação, no intuito de verificar a ocorrência de associação entre elas. Além disso, também se procedeu à análise descritiva de achados desta pesquisa.

86 docentes participaram desta pesquisa, dos quais 50 estão vinculados à

rede de estadual de ensino. Os docentes foram provenientes de 26 municípios paraenses, com destaque para as cidades de Belém, Ananindeua e Parauapebas, com 27, 11 e 7 professores, respectivamente.

62 participantes foram do sexo feminino e 24 do masculino. Em consonância com esse dado, a revisão sistemática de literatura realizada por Trevisan et al. (2022), a fim de caracterizar o perfil epidemiológico de agravos à saúde em professores, indicou a categoria profissional docente como a mais vulnerável ao adoecimento, sobretudo no sexo feminino.

A predominância feminina pode refletir a concepção de que a mulher ainda se encontra atrelada ao papel de cuidadora, ideia que também se estende à docência. A pesquisa de Antunes e Accorssi (2019) aborda a temática da feminização do magistério e discute fatores que provocaram a saída das mulheres do ambiente doméstico e familiar para a ocupação de espaços públicos. Esses autores constataram que a profissão docente surgiu como possibilidade de migração das mulheres do espaço privado para o público, o que também contribuiu para a feminização da profissão, comumente relacionada a tarefas domésticas. Conforme Batista et al. (2009), a atribuição do papel de cuidado às mulheres no exercício da docência favorece a negligência do autocuidado, o que tende a acarretar ansiedade, frustrações e angústias, tanto no contexto laboral quanto na vida social.

Em relação às causas do adoecimento que culminaram com a readaptação funcional, foram identificadas as de cunho emocional, ortopédico, vocal e outras, organizadas didaticamente por grupos de patologias. O quadro a seguir apresenta o tipo de adoecimento em relação à variável sexo:

Quadro 3 – Distribuição dos tipos de patologia por sexo

Sexo	Tipos de Patologia				
	Emocional	Ortopédico	Vocal	Outro	Total
Feminino	30	20	7	5	62
Masculino	11	8	3	2	24
Total	41	28	10	7	86

Fonte: Elaborado pela autora (2026)

Por meio do cruzamento entre as variáveis sexo e tipos de patologia, através do teste qui-quadrado, não foi identificada associação entre elas:

Quadro 4 – Teste qui-quadrado (variáveis sexo e tipos de patologia)

	Valor	df	Sig exata (2 lados)
Qui-quadrado de Pearson	,0531	3	,9968
Teste exato de Fisher-Freeman-Halton			1,0000
Nº de casos válidos	86		

Fonte: Elaborado pela autora (2026)

No sexo feminino, 30 participantes relataram que a readaptação funcional decorreu de problemas emocionais. Em seguida, foram evidenciadas as condições ortopédicas, com 20 casos, e as vocais, com 7. Em relação a outros motivos, destacaram-se 1 caso de doença cardiovascular, 3 de distúrbios gastrointestinais e 1 caso de patologia respiratória. No sexo masculino, verificou-se a mesma lógica: a maioria referiu instabilidade emocional como causa da readaptação funcional, 8 informaram condições ortopédicas, 3, vocais e 2 situações de outras causas (enfermidades cardiovasculares).

As doenças cardiovasculares em questão referem-se à hipertensão arterial, patologia sistêmica crônica que impacta na saúde da população; no Brasil, constituem a principal causa de morte não-violenta em indivíduos adultos (Ortega e Almeida, 2025). Em relação aos problemas gástricos, destaca-se o distúrbio de refluxo gastroesofágico, doença mais comum do trato gastrointestinal que pode levar à readaptação funcional quando os sintomas são crônicos e severos e representa fator de risco para desordens hiperfuncionais da voz (Mendonça et al., 2022). Portanto, os dados encontrados neste estudo quanto à prevalência de transtornos emocionais, seguidos dos osteomusculares e dos vocais, coadunam com as pesquisas encontradas por meio da revisão apresentada no capítulo 4.

A pesquisa feita por Queiroz e Marinho (2020), com o objetivo de analisar e descrever os fatores relacionados a doenças em professores da educação básica de Manaus (AM), ratificam os achados deste estudo. Para esses autores, os principais problemas de saúde identificados foram os de natureza psicológica, seguidos pelos osteomusculares e da voz. De modo semelhante, o estudo de Santos e Machado (2024), cujo objetivo foi caracterizar professores da educação básica pública de Recife (PE) e de outros municípios da região metropolitana em processo de readaptação funcional, apontou os transtornos emocionais como as condições que

mais acometeram esses docentes.

Dentre as 30 participantes e os 11 professores que adoeceram por distúrbios emocionais, relatos de ansiedade, depressão, estresse e esgotamento foram recorrentes. Tal realidade é comum a outros contextos de trabalho docente e foi abordada por Silva et al. (2023), que apontaram elevado consumo de medicação para doenças psiquiátricas pelos professores da referida pesquisa, com destaque para a ansiedade e depressão, e o aumento expressivo da utilização de fármacos psicoativos. A pesquisa de Amaral (2020) evidenciou que, dentre as patologias referenciadas como causas do afastamento do trabalho e, em seguida, da readaptação funcional, a depressão também despontou como a que mais acometeu as participantes.

Por sua vez, o estresse está presente em qualquer profissão, pois as realidades laborais exercem alta pressão por produtividade e demandam carga horária excessiva. Todavia, algumas categorias profissionais possuem maior potencial para a manifestação do estresse patológico, devido a condições exaustivas, físicas e emocionais às quais estão submetidas, como é o caso dos profissionais da educação (Fritz; Peixoto, 2022). Igualmente, conforme Dejours (2009), o estresse está inserido em muitos cotidianos laborais e as perturbações biológicas e psíquicas estão vinculadas a fatores ambientais. Em estudos preliminares sobre o estresse no trabalho, a causa de tais perturbações estava nos constrangimentos gerados no contexto laboral. Dessa forma, a profissão docente tornou-se estressante e de risco para a saúde, pois vem sendo atravessada por um cenário de intensificação e precarização das condições de trabalho, o que torna a escola um local desafiador para os professores desempenharem a sua função (Morais; Abreu; Assunção, 2023; Haikal et al., 2023; Tavares; Honda, 2021; Silva; Fisher, 2021).

Dejours (2015) também teceu contribuições para discutir o adoecimento mental de professores da educação básica. Para ele, distúrbios emocionais, como a ansiedade, provocam cansaço tal qual uma carga física de trabalho, levam ao esgotamento progressivo e a extremo desgaste dos trabalhadores. Assim como a ansiedade, a depressão e o estresse, também houve relato de esgotamento pelos participantes deste estudo, que adoeceram em função de transtornos emocionais. O esgotamento decorrente da atividade de trabalho perpassa pela síndrome de Burnout, resultado da dinâmica social hiperativa de desempenho, cuja consequência é a produção de indivíduos estafados. Tal lógica acarreta sofrimento psíquico e

interfere no desempenho profissional (Han, 2017). O termo burnout foi estabelecido pelo psicólogo Herbert J. Freudenberger na década de 1970, definido como estado de esgotamento físico e mental, cuja causa está intimamente ligada à vida profissional. Burnout é uma expressão inglesa – *burn* (queimar), *out* (exceder) – que remete à ideia de algo que deixou de funcionar por exaustão/esgotamento (Benevides-Pereira, 2002).

Na perspectiva da lógica neoliberal, a precarização das relações laborais e o consequente sofrimento psíquico podem acarretar o quadro de esgotamento profissional. Nesse processo, o indivíduo acumula feridas decorrentes da desvalorização de si em função das condições precárias de trabalho. Tais feridas, com o passar do tempo, culminam com o surgimento do adoecimento ou com a desistência da vida laboral (Gomez; Klautau, 2021).

Quando em sofrimento emocional, o trabalhador dificilmente terá condições e motivação para exercer suas funções laborais adequadamente. Para Dejours (2015), o exercício de uma determinada atribuição, sem investimento material ou afetivo, requer a produção de esforços e de vontade, o que, em outras circunstâncias, seria referendado pela motivação e desejo. Entretanto, a vivência de doenças emocionais acarreta paralisia da imaginação, invade e prejudica a vida privada, pois “a relação (...) com o trabalho coloniza profundamente o espaço fora do trabalho. [...] A separação clássica em dentro do trabalho e fora do trabalho não tem sentido” (Dejours, 2004, p. 101). No contexto laboral, o profissional que enfrenta dificuldades materiais ou relacionais ou sobrecarga de trabalho leva tais preocupações para o espaço doméstico, onde se mostra preocupado, irritado e pouco disponível para os seus familiares (Dejours, 2009). Portanto, as dificuldades encaradas no trabalho atingem toda a família do indivíduo e têm íntima relação com os conflitos dela. Inversamente, o prazer no trabalho e os benefícios decorrentes da relação laboral reverberam de forma saudável nos vínculos familiares e no desenvolvimento psíquico e afetivo dos filhos (Dejours, 2015).

A segunda causa mais prevalente da readaptação funcional, em 20 mulheres e 8 homens, está relacionada a problemas osteomioarticulares, com acometimento, de forma isolada ou associada, da coluna vertebral, de membros superiores e inferiores. Esse achado é reiterado por pesquisas como a de Ceballos e Santos (2015) e a de Ferreira et al. (2015), que evidenciaram as regiões cervical e lombar, os membros superiores e os inferiores como os mais frequentemente

comprometidos. Tais distúrbios caracterizam-se por lesões ou disfunções de caráter inflamatório ou degenerativo, que acometem ossos, tendões, ligamentos, músculos e articulações em diferentes segmentos corporais (Haeffner et al., 2018).

Consoante aos achados desta pesquisa, Queiroz e Marinho (2020) identificaram, no cotidiano dos professores, doenças que envolvem dor lombar, hérnia de disco e dores no joelho. Isso é decorrente de longos períodos em pé, para explicar conteúdos ou escrever no quadro, bem como de inadequação ergonômica de mesas e cadeiras, de luminosidade e de acústica. Tal fato vai ao encontro do evidenciado no presente estudo: 28 docentes readaptados devido a doenças osteomioarticulares relataram que permaneciam muito tempo na mesma posição (sentada ou em pé), manipulavam e carregavam materiais pesados de casa para a escola e vice-versa. Outrossim, a maioria desses participantes apontou precariedade das condições físicas de trabalho, sobretudo da iluminação e da qualidade ergonômica do mobiliário. Destacam-se, ainda, os relatos de seis docentes, cujas condições de trabalho se caracterizavam pela inexistência de mesa e cadeira para o professor em sala de aula.

Os participantes da pesquisa conduzida por Queiroz e Marinho (2020) relataram as características do ambiente escolar que influenciam diretamente a execução das atividades na escola, destacando com maior frequência o ruído e a ineficiência ou ausência de refrigeração nas salas de aula. Trata-se, na realidade, de escolas com estrutura física precária, sem ventilação adequada e isolamento acústico, o que compromete o desenvolvimento do trabalho docente e a aprendizagem dos alunos.

Dez participantes (sete professoras e três docentes) desta pesquisa foram readaptados em função de distúrbios vocais. O Distúrbio de Voz Relacionado ao Trabalho (DVRT) foi reconhecido pelo Ministério da Saúde no ano de 2018 e, em 2023, foi contemplado na lista de doenças relacionadas ao trabalho (Masson; Ferreira; Maeno, 2024). Conforme o protocolo de DVRT, o emprego da voz associado a fatores de risco, como as condições ambientais (presença de ruído e ventilação inadequada) e as organizacionais (longas jornadas, falta de pausas para descanso), é considerado um agravante e predisponente a doenças (Silva-Junior et al., 2020). Tais considerações aproximam-se dos dados encontrados neste estudo: 50% dos professores readaptados por transtornos vocais referiram ruído em sala de aula e 90% relataram pouca ventilação e excesso de ruído, em sala de aula, bem

como elevado ritmo de trabalho. A pesquisa de Porto (2023) constatou a exposição de docentes a precárias condições de trabalho como o maior risco para distúrbios da voz. O adoecimento vocal resulta de diversos fatores, que transcendem questões individuais e biológicas do sujeito, do ambiente e da organização do trabalho. É decorrente da precarização laboral, provocada pelas transformações nas atividades dos professores, sem o devido suporte para a organização das exigências.

Apesar da distribuição didática quanto ao tipo de patologia que culminou com a readaptação funcional, o ser humano é complexo em sua individualidade e a ocorrência de transtornos/disfunções reverbera nele como um todo. Nessa perspectiva, Pordeus et al. (2023) destacam que a organização do trabalho, aliada à inadequação em relação à estrutura mental do indivíduo, constitui um fator que contribui para o surgimento de doenças físicas decorrentes da sobrecarga do sofrimento psíquico.

Em relação ao estado civil dos participantes, a maioria é casada ou mantém união estável, conforme o quadro a seguir:

Quadro 5 – Estado civil dos participantes

Estado civil	Mulher (n=62)	Homem (n=24)	Total
Solteiro	13	4	17
Casado	29	10	39
União estável	11	8	19
Divorciado	7	2	9
Viúvo	1	-	1
Outro	1	-	1
Total	62	24	86

Fonte: Elaborado pela autora (2026)

Quanto à especificidade das condições de saúde, por estado civil, tem-se:

Quadro 6 – Estado civil e tipos de patologia

Estado civil	Emocional	Ortopédica	Vocal	Outra	Total
Solteiro	6	6	2	3	17
Casado	16	12	7	4	39

União estável	14	4	1	0	19
Divorciado	5	4	0	0	9
Viúvo	0	1	0	0	1
Outro	0	1	0	0	1
Total	41	28	10	7	86

Fonte: Elaborado pela autora (2026)

O cruzamento entre as variáveis estado civil e tipos de patologia, por meio do teste qui-quadrado, não apontou associação entre elas:

Quadro 7 - Teste qui-quadrado (variáveis estado civil e tipos de patologia)

	Valor	df	Sig exata (2 lados)
Qui-quadrado de Pearson	16,535	15	,3474
Teste exato de Fisher-Freeman-Halton			,2962
Nº de casos válidos	86		

Fonte: Elaborado pela autora (2026)

A maior parcela dos participantes é casada ou mantém união estável e apresentou maior incidência de problemas de saúde de natureza emocional, seguidos de questões ortopédicas. Esses achados são corroborados por Ortega e Almeida (2025), que observaram que a maioria dos docentes da educação básica também é casada.

Para Santos (2024), embora o estado civil não influencie diretamente o processo de adoecimento, essa variável pode intensificar os quadros de ansiedade dos professores nessa condição. Isso ocorre porque, especialmente no caso das professoras, as atividades escolares invadem o espaço doméstico e, por conseguinte, geram sobrecarga de trabalho, prejudicam momentos de lazer e de convívio familiar e comprometem de forma negativa seus relacionamentos.

Em relação à faixa etária das participantes do sexo feminino, têm-se:

Quadro 8 – Faixa etária do sexo feminino e tipo de patologia

Faixa etária – sexo feminino	Emocional	Ortopédica	Vocal	Outra	Total
20 a 34 anos	0	1	0	0	1
35 a 40 anos	3	2	1	1	7

41 a 45 anos	11	1	1	0	13
46 a 50 anos	4	6	1	2	13
51 a 55 anos	9	5	1	2	17
56 a 60 anos	3	3	2	0	8
Mais de 60 anos	0	2	1	0	3
Total	30	20	7	5	62

Fonte: Elaborado pela autora (2026)

O cruzamento entre as variáveis faixa etária (sexo feminino) e tipos de patologia, realizado por meio do teste qui-quadrado, não evidenciou associação entre elas:

Quadro 9 - Teste qui-quadrado (variáveis faixa etária – sexo feminino e tipos de patologia)

	Valor	df	Sig exata (2 lados)
Qui-quadrado de Pearson	19,517	18	0,3606
Teste exato de Fisher-Freeman-Halton			0,2962
Nº de casos válidos	62		

Fonte: Elaborado pela autora (2026)

Quanto à faixa etária dos participantes do sexo masculino, têm-se:

Quadro 10 – Faixa etária do sexo masculino e tipo de patologia

Faixa etária – sexo masculino	Emocional	Ortopédica	Vocal	Outra	Total
20 a 34 anos	1	0	0	0	1
35 a 40 anos	1	0	0	0	1
41 a 45 anos	3	0	2	1	6
46 a 50 anos	2	1	1	0	4
51 a 55 anos	3	4	0	0	7
56 a 60 anos	0	3	0	1	4
mais de 60 anos	1	0	0	0	1
Total	11	8	3	2	24

Fonte: Elaborado pela autora (2026)

O cruzamento entre as variáveis faixa etária (sexo masculino) e tipos de

patologia, por meio de teste qui-quadrado, não revelou associação entre elas:

Quadro 11 - Teste qui-quadrado (variáveis faixa etária – sexo masculino e tipos de patologia)

	Valor	Df	Sig exata (2 lados)
Qui-quadrado de Pearson	17,496	18	0,4893
Teste exato de Fisher-Freeman-Halton			0,1958
Nº de casos válidos	24		

Fonte: Elaborado pela autora (2026)

A maioria das professoras encontrava-se nas faixas etárias de 41 a 45 anos e de 46 a 50 anos; os transtornos emocionais e ortopédicos foram os motivos de adoecimento mais frequentes, com ocorrência semelhante entre as docentes de tais intervalos de idades. Esse resultado pode ser compreendido a partir das características próprias do trabalho docente, que envolve simultaneamente elevada demanda emocional e exigências físicas associadas às condições de trabalho nas escolas. A docência se caracteriza por intensa carga psíquica decorrente das relações interpessoais estabelecidas no ambiente escolar, das pressões institucionais e das exigências pedagógicas impostas aos professores, fatores que contribuem para o desenvolvimento de transtornos emocionais como estresse, ansiedade e depressão (Gasparini; Barreto; Assunção, 2005).

Ademais, a literatura aponta o surgimento de doenças osteomusculares entre professores devido a condições ergonômicas e organizacionais do trabalho docente. A permanência prolongada em pé, os movimentos repetitivos, o transporte de materiais didáticos e as condições inadequadas de mobiliário escolar contribuem para o desenvolvimento de problemas osteomioarticulares nessa categoria profissional. Nesse sentido, pesquisas sobre saúde do trabalhador docente indicam a recorrência de doenças osteomusculares relacionadas ao trabalho em professores da educação básica, especialmente entre mulheres, historicamente a maior parte da categoria (Assunção; Oliveira, 2009).

Desse modo, o equilíbrio entre adoecimento emocional e ortopédico observado entre as professoras evidencia a articulação entre fatores psicossociais e físicos na organização do trabalho da instituição escolar. A intensificação do trabalho docente, associada às exigências pedagógicas, às pressões institucionais e às

condições estruturais precárias das escolas, favorece a sobrecarga física e mental dessas profissionais. Assim, a compreensão do adoecimento docente envolve a complexidade das condições de trabalho que atravessam a prática pedagógica, as quais impactam diretamente a saúde física e emocional (Oliveira, 2004).

Em relação ao tempo de serviço dos professores, a análise utilizou a referência de Huberman (2000), que propôs fases do ciclo de vida profissional docente:

Quadro 12 – Fases do ciclo de vida profissional docente (Huberman, 2000)

Fases do ciclo de vida	Características
Entrada na carreira – 1 a 3 anos	Adaptação às demandas da profissão, enfrentamento de desafios práticos e construção da identidade profissional.
Estabilização – 4 a 6 anos	Consolidação das práticas pedagógicas, busca por aprimoramento e desenvolvimento de maior segurança na atuação profissional.
Experimentação ou diversificação – 7 a 25 anos	Revisão e experimentação de novas abordagens pedagógicas, busca por novos desafios e desenvolvimento de maior autonomia profissional.
Serenidade ou distanciamento afetivo – 26 a 34 anos	Maior rigidez ou distanciamento emocional em relação ao trabalho, pode buscar novas formas de atuação ou se preparar para a aposentadoria.
Preparo para a aposentadoria – 35 a 40 anos	Preparação para a transição para a aposentadoria, reflexão sobre a carreira e busca por novos propósitos.

Fonte: Elaborado pela autora (2026)

No decorrer da carreira docente, as prioridades da formação sofrem modificações, pois os desencontros entre os ideais e as realidades que emergem com o passar do tempo representam um desafio para o professor. Segundo Huberman (2000), o desenvolvimento da carreira docente, para alguns, pode ocorrer tranquilamente, enquanto para outros pode ser permeado de dúvidas e angústias.

As fases do ciclo de vida profissional docente são dinâmicas e podem se sobrepor ou apresentar variações, de acordo com a experiência individual. A compreensão delas pode contribuir com a elaboração de programas de formação continuada e desenvolvimento de políticas que atendam às necessidades específicas de cada etapa da carreira docente. O apoio e a valorização do professor, em todas as fases, são fundamentais para o seu desenvolvimento profissional e a qualidade da educação. Nesta pesquisa, foram identificados os seguintes achados:

Quadro 13 – Tempo de serviço e tipos de patologia

Tempo de serviço	Emocional	Ortopédica	Vocal	Outra	Total
1 a 3 anos	0	1	0	1	2
4 a 6 anos	1	1	0	0	2
7 a 25 anos	38	23	9	4	74
26 a 34 anos	2	3	1	1	7
35 a 40 anos	0	0	0	0	0
Mais de 40 anos	0	0	0	1	1
Total	41	28	10	7	86

Fonte: Elaborado pela autora (2026)

O cruzamento entre as variáveis tempo de serviço e tipos de patologia, por meio de teste qui-quadrado, não indicou associação entre elas:

Quadro 14 – Teste qui-quadrado (variáveis tempo de serviço e tipos de patologia)

	Valor	df	Sig exata (2 lados)
Qui-quadrado de Pearson	NA	15	NA
Teste exato de Fisher-Freeman-Halton			0,1387
Nº de casos válidos	86		

Fonte: Elaborado pela autora (2026)

Cerca de 86% dos participantes se encontram na fase 3 – experimentação ou diversificação, cuja causa principal do afastamento foi decorrente de questões emocionais, seguidas de transtornos físicos. Essa etapa é caracterizada pela

experimentação e inovação de estratégias pedagógicas, pela busca por novos desafios e pelo desenvolvimento de maior autonomia profissional, em que o docente busca ampliar sua atuação para além da sala de aula, diversifica atividades e até assume novos papéis; nesta etapa, o profissional tem maior segurança e domínio de sala de aula. Nesse sentido, a maioria dos professores readaptados desta pesquisa vivencia um verdadeiro desafio diante do sofrimento na carreira, pois o afastamento da sala de aula ocorreu numa etapa de suas vidas profissionais em que comumente experimentariam crescimento.

De acordo com Scandolaro et al. (2015), os anos de atividade na docência estão diretamente relacionados a um nível de estresse e de depressão mais elevados, fatores que favorecem o afastamento e vão ao encontro dos achados desta pesquisa em relação à predominância da readaptação funcional por motivo emocional, com a recorrência das palavras “depressão” e “estresse” no instrumento de pesquisa.

Em relação ao número de escolas onde os docentes trabalhavam, a maioria exercia atividade de regência de classe em 1 ou 2 escolas:

Quadro 15 – Nº de escolas e tipos de patologia

Nº de escolas	Emocional	Ortopédica	Vocal	Outra	Total
1 escola	15	11	3	4	33
2 escolas	19	8	6	1	34
3 escolas	5	8	1	0	14
4 escolas	1	1	0	1	3
Mais de 4 escolas	1	0	0	1	2
Total	41	28	10	7	86

Fonte: Elaborado pela autora (2026)

A maior parte dos docentes exercia atividades em uma ou duas escolas, situações de maior número de registros de adoecimento, sobretudo de natureza emocional e ortopédica. Esses resultados podem estar relacionados à intensificação do trabalho docente e à necessidade de atuação em diferentes contextos escolares, o que amplia as demandas pedagógicas, administrativas e relacionais impostas aos professores. Segundo Assunção e Oliveira (2009), o aumento das responsabilidades e a multiplicidade de tarefas docentes contribuem para a sobrecarga laboral e o

desenvolvimento de agravos à saúde, principalmente de ordem emocional.

Além disso, a atuação em mais de uma instituição de ensino pode implicar deslocamentos frequentes, jornadas prolongadas e redução do tempo destinado ao descanso e à recuperação física, fatores que também favorecem o surgimento de doenças osteomusculares e problemas vocais. Estudos sobre saúde do trabalhador na educação indicam que a intensificação e a precarização das condições de trabalho elevam o risco de adoecimento físico e mental (Facci; Urt, 2017). Nesse sentido, os dados observados reforçam a necessidade de compreender o adoecimento docente como fenômeno relacionado às condições e à organização do trabalho.

O cruzamento entre as variáveis quantidade de escolas e tipos de patologia, por meio de teste qui-quadrado, não indicou associação entre elas:

Quadro 16 – Teste qui-quadrado (variáveis nº de escolas e tipos de patologia)

	Valor	df	Sig exata (2 lados)
Qui-quadrado de Pearson	16,796	12	0,1574
Teste exato de Fisher-Freeman-Halton			0,1883
Nº de casos válidos	86		

Fonte: Elaborado pela autora (2026)

O teste qui-quadrado apresentado no Quadro 16 não evidenciou associação estatisticamente significativa entre o número de escolas em que os docentes atuavam e os tipos de patologia identificados ($p > 0,05$). Esse resultado indica que, na amostra analisada, a quantidade de instituições nas quais o professor exerce suas atividades não apresentou relação estatística direta com o tipo de adoecimento relatado. A maior concentração de casos ocorreu entre docentes que atuavam em uma ou duas escolas, sendo o adoecimento emocional o mais frequente nessas situações. Tal resultado pode estar relacionado às características do trabalho docente, marcado por elevada carga emocional, exigências pedagógicas intensas e múltiplas responsabilidades no cotidiano escolar, fatores que contribuem para o desenvolvimento de estresse, ansiedade e outros transtornos relacionados ao trabalho (Oliveira, 2004).

Ainda que a análise estatística não tenha indicado associação significativa

entre as variáveis, a literatura aponta que a organização e intensificação do trabalho docente constituem elementos importantes na compreensão do adoecimento desses profissionais. A atuação em diferentes escolas ou em múltiplas turmas pode implicar aumento da carga de trabalho, deslocamentos frequentes e ampliação das demandas pedagógicas e administrativas, o que tende a impactar a saúde física e mental. Nesse sentido, estudos sobre saúde do trabalhador docente evidenciam que as condições organizacionais do trabalho, associadas à intensificação das atividades e à precarização das condições laborais, contribuem para o surgimento de diferentes agravos à saúde (Assunção; Oliveira, 2009). Dessa forma, mesmo na ausência de associação estatística direta, os resultados reforçam a importância de analisar o adoecimento docente à luz das condições e da organização do trabalho.

Em relação à quantidade de turmas para atingir a carga horária, a maioria dos docentes readaptados afirmou que possuía de 5 a 10 turmas:

Quadro 17 – N° de turmas e tipos de patologia

N° de turmas	Emocional	Ortopédica	Vocal	Outra	Total
1 a 4 turmas	9	1	1	2	13
5 a 10 turmas	7	11	1	3	22
11 a 15 turmas	7	5	1	2	15
16 a 20 turmas	12	3	4	0	19
Mais de 20 turmas	5	8	3	0	16
Não respondeu	1	0	0	0	1
Total	41	28	10	7	86

Fonte: Elaborado pela autora (2026)

O cruzamento entre as variáveis quantidade de turmas e tipos de patologia, por meio de testes qui-quadrado, não apontou associação entre elas:

Quadro 18 – Teste qui-quadrado (variáveis n° de turmas e tipos de patologia)

	Valor	df	Sig exata (2 lados)
Qui-quadrado de Pearson	21,642	15	0,1175
Teste exato de Fisher-Freeman-Halton			0,1883
N° de casos válidos	86		

Fonte: Elaborado pela autora (2026)

Em relação à quantidade de turmas para atingir a carga horária, a maioria dos docentes readaptados afirmou que tinha de 5 a 10 turmas (22 professores). Nesse caso, as patologias osteomioarticulares superaram as de ordem emocional. 19 professores afirmaram que tinham de 16 a 20 turmas para atingir a carga horária. Em tal situação, predominou o adoecimento decorrente de causa emocional. Nesse contexto, Gontijo e Inocente (2013) destacam que, quanto maior é o tempo em sala de aula, maior é o desgaste físico e/ou emocional e menor o sentimento de realização no trabalho. Com isso, é necessário refletir sobre a carga horária de trabalho do professor como aspecto que pode repercutir negativamente na saúde docente.

Quanto às disciplinas ministradas quando exerciam atividades em sala de aula, os participantes referiram as seguintes áreas:

Quadro 19 – Disciplinas ministradas e tipos de patologia

Disciplina	Emocional	Ortopédica	Vocal	Outra	Total
AEE	0	1	0	0	1
Anos iniciais	2	1	0	1	4
Ciências biológicas	9	9	0	1	19
Ciências exatas	9	1	1	1	12
Ciências humanas	9	5	3	1	18
Educação geral	5	2	0	0	7
Letras	6	7	6	2	21
LIBRAS	0	0	0	1	1
Não respondeu	1	2	0	0	3
Total	41	28	10	7	86

Fonte: Elaborado pela autora (2026)

O adoecimento docente esteve presente em diferentes áreas de ensino, com maior concentração entre professores das áreas de Letras, Ciências biológicas e Ciências humanas. Entre os tipos de patologia identificados, há predominância de transtornos emocionais, seguidos por problemas ortopédicos e vocais. Esses resultados podem ser compreendidos à luz das características do trabalho docente,

que envolve intensa interação social, elevada demanda cognitiva e emocional e exigências físicas relacionadas à condução das aulas e à utilização constante da voz. De acordo com Assunção e Oliveira (2009), o exercício da docência está associado a diferentes fatores de risco à saúde, o que inclui sobrecarga de trabalho, pressão por resultados e dificuldades estruturais no ambiente escolar, os quais podem contribuir para o desenvolvimento de problemas emocionais e físicos entre professores.

Além disso, algumas áreas do conhecimento podem apresentar especificidades relacionadas às condições de trabalho pedagógico. Professores da área de Letras e de ciências humanas, por exemplo, frequentemente realizam atividades que demandam maior uso contínuo da voz e longos períodos de exposição à interação verbal em sala de aula, o que pode favorecer o surgimento de fadiga e distúrbios vocais. Paralelamente, as exigências cognitivas e emocionais do processo de ensino-aprendizagem, associadas às transformações nas condições de trabalho docente e à intensificação das atividades escolares, podem contribuir para o aumento de quadros de estresse, ansiedade e esgotamento profissional entre professores (Oliveira, 2004).

O cruzamento entre as variáveis disciplinas ministradas e tipos de patologia, por meio de testes qui-quadrado, não evidenciou associação entre elas:

Quadro 20 – Teste qui-quadrado (variáveis disciplinas ministradas e tipos de patologia)

	Valor	df	Sig exata (2 lados)
Qui-quadrado de Pearson	35,297	24	0,0641
Teste exato de Fisher-Freeman-Halton			0,1883
Nº de casos válidos	86		

Fonte: Elaborado pela autora (2026)

A maior parte dos professores readaptados (21), quando na regência de classe, ministrou disciplinas relacionadas à área de Letras; desse grupo, a maioria se afastou em decorrência de problemas ortopédicos. Em seguida, têm-se as matérias lecionadas nas áreas de ciências biológicas e humanas (19 e 18 professores, respectivamente). Referente às de ciências biológicas, houve equilíbrio

quanto ao adoecimento em decorrência de transtornos emocionais e ortopédicos; nas ciências humanas, os emocionais foram preponderantes.

No caso das ciências biológicas, a presença simultânea de adoecimentos emocionais e ortopédicos pode refletir a combinação de exigências físicas e cognitivas presentes no exercício da docência. O trabalho docente envolve longos períodos em pé, deslocamentos constantes e atividades repetitivas, fatores predisponentes ao surgimento de distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho; a pressão por resultados, a intensificação das atividades pedagógicas e as demandas emocionais decorrentes da interação constante com estudantes e da responsabilidade social atribuída à profissão contribuem para a manifestação de sofrimento psíquico. Já nas ciências humanas, a predominância de distúrbios emocionais pode estar associada ao elevado envolvimento subjetivo e relacional requerido no processo de ensino dessas matérias, as quais frequentemente mobilizam debates sociais, culturais e políticos e demandam intensa mediação de conflitos e interação social em sala de aula, o que amplia o desgaste emocional do professor (Assunção; Oliveira, 2009).

Em relação ao tempo de readaptação funcional, a maior quantidade de professores (29) está readaptada no período compreendido entre um a três anos:

Quadro 21 – Tempo de readaptação funcional e tipos de patologia

Tempo de readaptação	Emocional	Ortopédica	Vocal	Outra	Total
Menos de 1 ano	9	2	3	0	14
1 a 3 anos	15	6	5	3	29
4 a 6 anos	7	5	1	1	14
7 a 9 anos	8	6	0	2	16
10 anos ou mais	2	8	1	0	11
Não respondeu	0	1	0	1	2
Total	41	28	10	7	86

Fonte: Elaborado pela autora (2026)

O maior número de docentes em situação de readaptação funcional encontra-se no intervalo de um a três anos – total de 29 casos, com predominância de patologias emocionais, seguidas por condições ortopédicas e vocais. Esse achado pode indicar que os primeiros anos após a readaptação constituem um período

crítico de adaptação às novas funções e condições de trabalho, momento em que o docente ainda vivencia intensamente os impactos do adoecimento e as transformações em sua trajetória profissional. A literatura evidencia que o processo de readaptação funcional, embora concebido como estratégia de proteção à saúde do trabalhador, muitas vezes é marcado por incertezas, redefinição de papéis e dificuldades de reinserção no ambiente escolar, o que pode contribuir para a permanência ou a intensificação do sofrimento psíquico (Amaral; Mendes, 2017; Neris, 2018).

Outrossim, nos períodos mais longos de readaptação, entre sete a nove anos e, sobretudo, dez anos ou mais, há aumento dos casos relacionados a patologias ortopédicas, o que pode estar associado ao caráter crônico de determinadas doenças musculoesqueléticas e às exigências físicas acumuladas ao longo da carreira. Estudos sobre saúde do trabalhador docente indicam que o prolongamento da exposição a condições inadequadas de trabalho, como longos períodos em pé, mobiliário inadequado e intensificação das atividades pedagógicas, favorece o desenvolvimento e a manutenção de distúrbios osteomusculares. Além disso, mesmo após a readaptação, muitos professores continuam inseridos em contextos institucionais que não modificam significativamente a organização do trabalho. Isso limita os efeitos protetivos da readaptação funcional e pode contribuir para quadros de adoecimento (Gasparini; Barreto; Assunção, 2005).

O cruzamento entre as variáveis tempo de readaptação funcional e tipos de patologia, por meio de teste qui-quadrado, não identificou associação entre elas:

Quadro 22 – Teste qui-quadrado (variáveis tempo de readaptação e tipos de patologia)

	Valor	df	Sig exata (2 lados)
Qui-quadrado de Pearson	23,639	15	0,0715
Teste exato de Fisher-Freeman-Halton			0,1883
Nº de casos válidos	86		

Fonte: Elaborado pela autora (2026)

Dos 29 docentes readaptados no período de um a três anos, quinze se encontravam nessa condição em função de transtornos emocionais. Na pesquisa de Oliveira e Schimidt (2023), o tempo de afastamento para a maioria dos professores

foi superior a 1 ano. Neste estudo, há 31 professores em readaptação provisória e 55 em definitiva, dos quais onze docentes estão readaptados de forma permanente há mais de dez anos. Diferentemente da provisória, que dura no máximo dois anos, a definitiva não possui um prazo máximo definido e pode perdurar enquanto forem apuradas as limitações físicas e/ou psicológicas que levaram ao afastamento. A readaptação definitiva pode ser mantida, convertida em aposentadoria por invalidez (caso a incapacidade se torne total) ou, em caso de cura, o servidor pode retornar à função original.

Quadro 23 – Resumo do perfil dos participantes da pesquisa

Quadro Resumo		
Variável 1 (V1)	Variável 2 (V2)	Conclusão
Sexo	Tipo de adoecimento	Os participantes do estudo adoeceram principalmente em função de questões emocionais , sobremaneira, ansiedade, depressão e estresse.
Estado civil	Tipo de adoecimento	Maior parte docente é casada ou mantém união estável , com a prevalência de adoecimento de cunho emocional .
Faixa etária	Tipo de adoecimento	Houve equilíbrio entre as professoras na faixa etária de 41 a 45 anos e de 46 a 50 anos , adoecidas por problemas emocionais e ortopédicos , respectivamente. Quanto aos professores , a faixa etária de 41 a 45 anos e a de 51 a 55 anos foi praticamente paritária, cujo adoecimento decorreu de problemas emocionais e ortopédicos , respectivamente.
Ciclos de vida profissional	Tipo de adoecimento	A maioria dos professores está na fase 3 de Huberman, cuja causa principal do afastamento foi a emocional.
Nº de escolas	Tipo de adoecimento	A maior parte dos docentes trabalhava em 2 ou 1 escola ; nas duas situações, a readaptação decorreu de transtornos emocionais.
Nº de turmas	Tipo de adoecimento	A maioria dos docentes trabalhava com 5 a 10 turmas , seguido do grupo que ministrava aulas em 16 a 20 turmas . No primeiro caso, predominaram as causas ortopédicas ; no segundo, as emocionais .

Disciplina ministrada	Tipo de adoecimento	As disciplinas da área de Letras eram ministradas por 21 readaptados, cujo fator de adoecimento foi ortopédico (7 casos), emocional e vocal (6 casos para cada situação). 19 lecionavam na área de ciências biológicas , com equilíbrio entre a causa de adoecimento emocional e ortopédica (9 casos para cada); os 18 docentes que ensinavam na área de ciências humanas adoeceram por problemas emocionais .
Tempo de readaptação	Tipo de adoecimento	A maior quantidade de professores está readaptada há 1 - 3 anos , cuja causa principal são os problemas emocionais - modalidade de readaptação permanente .

Fonte: Elaborado pela autora (2026)

No quadro resumo, verifica-se que a principal causa de adoecimento que motivou o afastamento e a readaptação funcional foi a emocional. Nesse sentido, de acordo com Lima e Figueiredo (2025), em se tratando de aspectos psicológicos, a saúde dos professores é afetada diretamente por condições inadequadas no ambiente laboral e pela falta de reconhecimento pessoal e social. Tal desvalorização por parte da sociedade, gestores e colegas, a precarização do trabalho e a intensificação das demandas laborais podem contribuir para o sentimento de desânimo e o sofrimento, levando-os ao adoecimento.

Na perspectiva da Psicodinâmica do Trabalho, destaca-se a importância do reconhecimento, uma retribuição simbólica obtida pelo trabalhador, uma resposta à contribuição oferecida por ele ao seu ambiente laboral (Dejours, 2009). Assim, o reconhecimento é um julgamento qualitativo do trabalho realizado e reverbera sobre a identidade profissional, a partir do momento em que se sente parte daquela equipe de trabalho. Nesse caso, destaca-se a importância e a necessidade de o professor readaptado ser reconhecido, especialmente por passar a exercer outras atribuições. Dejours destaca a importância do reconhecimento, sobretudo, pelos pares, pois são profundo conhecedores do trabalho. Quando recebe a aprovação deles, o trabalhador readaptado se sente retribuído e fortalecido (Lanchman; Uchida, 2003).

Ademais, o processo de readaptação funcional desmascara a ideia de que o profissional é quem deve se adaptar às demandas laborais e não o inverso. O adoecimento docente, seja de causa emocional, osteomioarticular ou vocal, decorre de vários fatores interligados relacionados ao contexto, às condições e à

organização do trabalho. Nesse cenário, o quadro a seguir apresenta aspectos relatados que integram o contexto laboral dos 86 docentes readaptados:

Quadro 24 – Elementos presentes no contexto laboral

Elemento	Elevado ritmo de trabalho	Superlotação da sala de aula	Indisciplina dos alunos	Problemas relacionais	Violência	Pouca autonomia
Relatos	69	60	63	37	26	19

Fonte: Elaborado pela autora (2026)

Mais de 80% dos participantes relataram a vivência de elevado ritmo de trabalho, o que desvela um contexto laboral desgastante e precarizado. Segundo Barros et al. (2021), a precarização das condições de trabalho docente se traduz na imposição, dentre outros, de elevado ritmo de produção e de jornadas de trabalho prolongadas, o que contribui para o adoecimento de tais profissionais. Dejours (2015) também destaca a relação entre elevados ritmos e más condições de trabalho e prejuízos progressivos na saúde mental do trabalhador.

Quase 70% dos docentes readaptados desta pesquisa referiram que, quando estavam na regência de classe, havia uma realidade de superlotação das salas de aula, fator que também provocava cansaço físico e mental. O estudo realizado por Souza e Coutinho (2018) revelou que a superlotação das salas de aula, aliadas às estruturas precárias das unidades de ensino, são responsáveis pelo mal-estar físico e psicológico dos professores, o que pode culminar no afastamento das turmas. Para Oliveira e Schmidt (2023), o número excessivo de alunos por sala de aula contribui diretamente para o adoecimento docente. As classes numerosas levam à intensificação e sobrecarga do trabalho do professor, o que colabora para o adoecimento mental e afastamento do trabalho. Outrossim, de acordo com Lima e Figueiredo (2025), a superlotação das salas de aula e a sobrecarga de demandas burocráticas e/ou administrativas, em conformidade com o modo de organização do trabalho gerencialista, são elementos que despertam gatilhos de ansiedade.

Cerca de 73% dos participantes revelaram a indisciplina dos alunos como realidade de sala de aula. Barbosa et al. (2023) afirmam que, diante da responsabilidade de controlar a disciplina e garantir a concentração do estudante, o professor se desloca inúmeras vezes no espaço da sala de aula, mantém-se de pé

por muito tempo e pratica esforço vocal; isso resulta em intensa solicitação de suas funções corporais, cognitivas e afetivas, predispondo-o ao sofrimento.

Problemas de relacionamento interpessoal no ambiente laboral, seja com colegas de trabalho, alunos/pais e/ou gestão escolar, foram declarados por 37 professores. As situações de adoecimento docente, principalmente as que ensejam afastamento do exercício das funções, dificultam as relações sociais naquele ambiente (Amaral, 2020). As questões relacionais no ambiente laboral também são abordadas por Dejours (2015), o qual destaca as relações humanas como fator relevante para a carga psíquica do trabalho; portanto, os vínculos cultivados nesse contexto podem favorecer maior integração do grupo ou potencializar sentimentos que levam à satisfação ou insatisfação profissional (Santos, 2024). Na perspectiva da Psicodinâmica, se o trabalho é capaz de gerar doenças e sofrimento, qualquer ação para sua transformação ou minimização do sofrimento dos trabalhadores adoecidos ou em risco de adoecimento deve ocorrer a partir de mudanças no relacionamento das pessoas com o seu trabalho (Lanchman; Uchida, 2003).

26 docentes referiram que a violência constitui uma realidade nas instituições escolares. De acordo com Silva et al. (2023), o trabalho docente, assim como as suas condições de produção, acarreta agravos à saúde, sobretudo quanto a riscos de adoecimento e de transtornos psíquicos e têm envolvido frequentemente situações de violência no contexto escolar. No estudo de Amaral (2020), as participantes associaram o adoecimento a episódios de violência na escola, que se configura como ameaças verbais e até uso de armas contra o docente. No estudo de Simões e Cardoso (2022) e de Ceballos e Carvalho (2020), constatou-se que a violência no ambiente escolar vulnerabiliza o docente à exaustão emocional e a dores mioarticulares.

19 participantes relataram pouca autonomia quando trabalhavam em sala de aula. Oliveira et al. (2024) afirmam que a falta de autonomia reverbera no estado de saúde como um todo, inclusive, com a manifestação de queixas e distúrbios vocais. Ademais, a pesquisa de Silva et al. (2023) evidenciou que a falta de autonomia é um fator que pode prejudicar o ideário de ensinar e de estabelecer uma relação dialógica. Esse achado exemplifica uma das formas de dicotomia do trabalho do professor: ele busca conferir sentido ao seu trabalho, mas a pouca ou a falta de autonomia o leva ao sofrimento. Dejours (2015) discorre sobre a importância da autonomia para o trabalhador, ao afirmar a necessidade da livre organização do

trabalho, ou seja, do respeito às atitudes e características individuais – um mesmo trabalho, realizado por diferentes pessoas, não é feito da mesma forma. Portanto, a livre organização do trabalho é essencial para o prazer, a satisfação e o equilíbrio psicossomático.

Diante das situações apresentadas quanto ao elevado ritmo e carga horária de trabalho, à superlotação das salas de aula, à indisciplina dos alunos, a problemas relacionais, à violência e à pouca autonomia do professor, infere-se que os contextos laborais onde os participantes deste estudo estavam inseridos contribuíram para o adoecimento emocional e físico e consequente afastamento por meio da readaptação funcional. Transtornos físicos (incluindo os vocais) e psicológicos estão relacionados a longas jornadas de trabalho, por exemplo (Santos e Machado, 2024). Outrossim, os achados desta pesquisa estão em consonância com os resultados do estudo de Trevisan et al. (2022), que identificaram a vulnerabilidade dos professores para o adoecimento a partir de fatores de risco psicossociais e ocupacionais, tais como: ambiguidade do papel de professor, insatisfação no trabalho, baixos níveis de autonomia, exposição à violência, problemas com alunos, más condições de trabalho, número elevado de alunos em sala de aula e sobrecarga de trabalho.

Nessa conjuntura, Dejours (2015) aponta que as condições e a organização do trabalho influenciam a saúde física e emocional. As condições de trabalho se referem às características físicas, biológicas etc. daquele ambiente. Por sua vez, organização do trabalho envolve a divisão do trabalho, o conteúdo da tarefa, o sistema hierárquico, as relações de poder, as responsabilidades e as relações intersubjetivas e sociais dos trabalhadores com as organizações. Destarte, a partir das declarações dos participantes deste estudo, tanto as condições como a organização do trabalho das escolas onde exerciam a regência de classe evidenciaram características que culminaram com o adoecimento, a partir dos relatos recorrentes de iluminação precária, temperaturas elevadas, mobiliário inadequado ou inexistente nas salas de aula, bem como sobre o ritmo intenso de trabalho, a excessiva carga horária, o acúmulo de responsabilidades, a falta de autonomia e a gestão escolar centralizada.

Conforme as premissas dejourianas, o trabalho jamais é neutro em relação à saúde, pois favorece a doença ou o estado saudável. No primeiro caso, desempenha uma papel preponderante nas descompensações; no último, contribui diretamente para a identidade e a saúde mental. Por essa razão, o trabalho deveria

despontar no próprio conceito de saúde, proposto pela Organização Mundial da Saúde, mais especificamente no que se refere ao ideal 'bem-estar' (Dejours, 2009).

Como já discutido, o trabalho influencia diretamente a identidade e repercute na vida dos indivíduos. Em se tratando da readaptação funcional do professor, a adaptação às novas funções a serem exercidas, em função de limitação física ou psicológica decorrente da atividade laboral, configura-se um desafio. Comumente, o docente readaptado é remanejado para o exercício de atividades administrativas, sobretudo na biblioteca das instituições escolares. Neste estudo, os participantes passaram a exercer as seguintes atribuições:

Quadro 25 – Nova função exercida pelos professores

Função atual exercida	Nº de professores
Atividades na coordenação – cunho administrativo	31
Administrativa/secretaria da escola	23
Atividades na biblioteca	16
Atividades na sala de leitura	6
Atendimento ao público/protocolo	1
Auxiliar de sala	2
Professora no AEE	1
Professora formadora na Diretoria Regional de ensino	1
Técnico no núcleo de tecnologia	1
Nenhuma	4
Total	86

Fonte: Elaborado pela autora (2026)

Observa-se a predominância de funções administrativas atribuídas ao docente readaptado desta pesquisa, em detrimento de atividades correlatas às desempenhadas quando trabalhavam na regência de classe. O não aproveitamento do potencial como educador pode provocar desânimo e acomodação, quando, nesse momento, deveria ser incentivado a se preparar para assumir novas funções no sistema educacional (Pezzuol, 2008). A pesquisa de Amaral (2020) aponta que, independentemente de qual função passará a exercer, geralmente não há uma organização na prescrição dessa atividade; no máximo, levam-se em conta apenas as restrições estabelecidas pela perícia médica. Nessa indefinição, não raro, o

professor se torna “quebra galho”.

No Quadro 25, verifica-se que 4 professores não estão desempenhando função alguma. Tal fato remete à dificuldade de a gestão escolar se apropriar e colocar em prática as ações necessárias para dar seguimento ao processo de readaptação funcional. Tal situação reforça a ideia de que o docente readaptado não tem lugar delineado no ambiente escolar, sequer uma função definida. Essa dificuldade de definição de um ponto de ancoragem desperta um “sentimento de inutilidade, insegurança, medo e falta de reconhecimento” (Ogeda; Lima, 2017, p. 182). Por conseguinte, o professor readaptado passa a enfrentar outro sofrimento, sobretudo em função dos olhares e julgamentos de seus colegas de trabalho e gestores sobre a sua condição de saúde e atuação profissional na escola. Segundo Amaral (2020), ele vivencia situações de desrespeito e até de assédio, há nítida diferenciação de tratamento entre os professores regentes e os readaptados. É como se a readaptação fosse condição para não mais pertencer à classe docente.

O comportamento preconceituoso dos pares de profissão pode ser justificado a partir da perspectiva dejouriana, a qual esclarece que o adoecimento de pelo menos um indivíduo fragiliza e desestabiliza o grupo, pois revela o caráter patologizante do trabalho. Isso leva os próprios trabalhadores a discriminarem e responsabilizarem o indivíduo que adoeceu como fraco ou simulador de adoecimento, mecanismo para suportar o medo ante os riscos a que estão expostos (Lanchman; Uchida, 2003).

Em relação à definição da nova função a ser exercida, cerca de 64% dos professores afirmaram participação dessa escolha. A Psicodinâmica do Trabalho remonta à necessidade de o professor readaptado participar ativamente da escolha de sua nova função, pois a organização laboral precisa ser um compromisso pactuado entre quem a organiza e quem a executa (Lanchman; Uchida, 2003). Nesse caso, a definição da nova atividade pode ter gerado alguma satisfação, ter sido uma fonte de prazer em função do seu reconhecimento, enquanto o inverso evidencia fragilidade perante a direção.

A participação docente da escolha da nova função não significa ausência de sofrimento devido ao afastamento do trabalho para o qual se dedicou. Mendonça e Freitas (2024) tecem considerações pertinentes a esse respeito, quando afirmam que exercer funções correlatas, mas diferentes do cargo escolhido, implica sair do lugar de protagonista do processo de ensino e adentrar a um não lugar, haja vista a

escassez de registros nas redes de ensino sobre programas/ações de reintegração para o profissional readaptado.

65% dos docentes referiram que sentem falta do trabalho realizado em sala de aula, o que contrapõe os achados do estudo de Santos e Machado (2024), cuja maioria dos participantes apontou que não sentia falta e nem tinha qualquer pretensão de retorno à sala de aula, principalmente pelo receio de agravar a condição de saúde. Na presente pesquisa, os participantes referiram que sentem falta, principalmente, da atuação em sala de aula e da relação professor-aluno. Isso evidencia a vivência de prazer e sofrimento por meio da readaptação funcional. Por um lado, a possibilidade de escolher a nova função pode representar alguma valorização de si mesmo e/ou do trabalho que desempenhava em sala de aula. Em contrapartida, o fato de a maioria ter referido que sente falta da regência de classe exprime certa insatisfação e sofrimento pelo afastamento da atividade docente.

Inversamente, 35% dos professores relataram não desejar retornar à sala de aula devido ao receio de adoecer ou de agravar o quadro clínico, à desvalorização da profissão, à superlotação e indisciplina dos alunos e à precariedade das condições físicas da escola. No estudo de Oliveira e Schimdt (2023), os docentes, quando questionados em relação ao retorno ao trabalho enquanto readaptado, referiram experiências prazerosas quanto à mudança de função, ou seja, sentiram-se satisfeitos com o distanciamento dos estressores da sala de aula e da escola, sobretudo em situações de readaptação em funções administrativas fora da instituição escolar. Na mesma perspectiva, Hunhoff e Flores (2020) denotam a ambivalência da readaptação funcional: sentimento de alívio pelo afastamento da sala de aula, sem interação com os estudantes, para recompor sua saúde física e/ou psíquica e, por outro lado, desconforto gerador de sofrimento, por não ser reconhecido nem valorizado enquanto professor/educador. O não lugar no ambiente escolar traduz o peso da limitação da capacidade física e psíquica, associado a outros fatores que impactam negativamente na saúde mental e no bem-estar dos professores.

Nesse contexto, Antunes (2014) apresenta dois comportamentos distintos nos professores readaptados. Existem alguns que sentem falta da regência de classe, enquanto outros evidenciam verdadeiro desencanto com a profissão e alívio pelo afastamento da sala de aula. Independentemente de quaisquer dos casos, há impactos na vida desses professores, especialmente nas questões de identidade

profissional após o adoecimento. Isso porque, independentemente de participar ou não da escolha da nova função a ser exercida, a readaptação funcional constitui uma situação de adaptação do sujeito ao trabalho e não a transformação do trabalho, limitando-se, portanto, à mera ação burocrática de adequação do trabalhador para suprir as demandas da organização laboral (Feltrim; Silva, 2020).

Segundo Amaral (2020), a nova função exercida é desprovida de sentido para o professor readaptado em função de serem atividades pouco valorizadas socialmente e sem continuidade com a sua trajetória profissional. De qualquer forma, a gestão escolar precisa desempenhar o seu papel social e incluir o professor readaptado nas atividades da escola, inclusive, nos projetos político-pedagógicos, bem como reintegrar esse profissional a partir do incentivo de suas potencialidades e do respeito às suas fragilidades (Santos, 2025).

Nessa perspectiva, Dejours (2008) destaca a importância dos pares e da gestão laboral para a promoção da saúde do trabalhador, ao afirmar que “ (...) trabalhar não é tão somente produzir: trabalhar é ainda viver junto” (p. 145). Dessa forma, é indispensável prevenir a patologia da indiferença e da solidão com o acolhimento das questões de saúde, por meio da vivência da cooperação, e não o da servidão e dominação nas relações de trabalho.

Amaral (2020) levanta a necessidade de indagar se o novo trabalho desempenhado pelo docente readaptado se configura como tal. Para tanto, retoma a conceituação de trabalho como “o engajamento do corpo, a mobilização da inteligência, a capacidade de refletir, de interpretar e reagir a diferentes situações, o poder de sentir, de pensar, de inventar” (Dejours, 2012, p. 24). Assim, o trabalho demanda mobilização afetiva e, sem ela, tem-se um sujeito executor e não apropriado do seu desejo.

Nesta pesquisa, apenas oito professores readaptados participaram de algum curso/palestra sobre saúde e/ou adoecimento docente, promovido pela escola onde trabalhavam ou por órgão do governo; destes, destacaram-se as seguintes temáticas: cuidados com a saúde, saúde mental, direitos e deveres docentes. Um participante referiu ter participado de palestra sobre a readaptação funcional e as implicações no cotidiano. Dessa forma, verifica-se um pequeno percentual de professores que participou de eventos sobre saúde ocupacional e, provavelmente, nenhum deles de forma sistematizada. Oliveira (2004) aponta a necessidade de formação específica quanto à saúde ocupacional, a fim de que não se naturalizem

as condições inadequadas de trabalho e, sobretudo, para que os próprios profissionais conheçam e identifiquem sinais de adoecimento.

Diante das reflexões feitas até aqui, mostra-se necessário que os professores, inclusive os readaptados, possam fazer parte e contribuir com a implementação de novas formas de organização laboral, em que sejam levadas em consideração as suas necessidades, individualidades e potencialidades, bem como seja fortalecida a cooperação entre colegas, gestão escolar e alunos. Da mesma forma, é importante que a gestão escolar reconheça e utilize estratégias para que os professores tenham espaço e autonomia para escolher, influenciar e definir sua própria organização – essa capacidade de elaborar e inventar práticas imprimem sentido ao trabalho. Para além disso, o profissional da educação precisa conhecer o trabalho docente na perspectiva saúde-doença, sobretudo quanto a estratégias de prevenção do adoecimento em função do exercício laboral.

No que tange a ações de caráter preventivo, em 18 de setembro de 2023, foi publicada no Diário Oficial da União a Lei Nacional nº 14.681, que prevê a aprovação da política nacional de bem-estar, saúde e qualidade de vida no trabalho e valorização dos profissionais da educação. Esse dispositivo legal protege a promoção da saúde integral, no desenvolvimento pessoal e profissional, nas práticas de gestão, nas ações de qualidade de vida no trabalho bem como na promoção de experiências de bem-estar no trabalho de maneira sustentável e humanizada.

A partir do delineamento do perfil dos participantes desta pesquisa e reflexões sobre o contexto de adoecimento, emerge a necessidade de os professores terem conhecimento sobre a relação saúde-doença no cenário de trabalho, a fim de prevenir o afastamento do seu labor, principalmente por meio da readaptação. Tais conteúdos precisam de abordagem organizada e planejada, e não apenas por meio de palestras ou de cursos isolados. Devido à complexidade do tema sobre saúde e adoecimento no trabalho, sugere-se que essa temática seja incluída tanto nas formações inicial e continuada dos professores, bem como colocada em discussão com toda a comunidade escolar. Geralmente, são priorizados os conteúdos pedagógicos e curriculares em detrimento de reflexões a respeito do bem-estar do profissional da educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou responder à seguinte questão de pesquisa: de que maneira tem ocorrido o processo de adoecimento e readaptação funcional de professores da educação básica? A partir dos resultados obtidos, foi possível compreender que tal processo ocorre em estreita relação com as condições concretas e a organização do trabalho docente, marcadas pela intensificação laboral, pela sobrecarga de atividades, pela precarização das condições de trabalho e pelo sofrimento físico e emocional decorrente do exercício da profissão. Evidenciou-se que o adoecimento docente e a readaptação funcional constituem fenômenos complexos, atravessados por dimensões institucionais, organizacionais e subjetivas do trabalho.

Nesse sentido, considera-se que o objetivo geral da pesquisa — analisar o processo de readaptação funcional de professores da educação básica de municípios do Pará — foi alcançado, uma vez que o estudo possibilitou compreender de que maneira os docentes têm vivenciado o adoecimento e a consequente readaptação funcional. Do mesmo modo, os objetivos específicos foram contemplados, a partir da elucidação das causas da readaptação funcional, do estabelecimento do perfil dos professores readaptados e da identificação de fatores associados ao adoecimento no exercício da docência.

Os resultados deste estudo apontaram que a maioria dos participantes foi de mulheres casadas, na faixa etária de 41 a 45 anos e de 46 a 50 anos, no ciclo de vida profissional de diversificação ou experimentação. Em maior percentual, os participantes atuavam em duas instituições escolares, para cinco a dez turmas, sobretudo em disciplinas da área de Letras.

Ademais, em relação ao processo de readaptação profissional, verificou-se predominância de docentes readaptados entre um a três anos, principalmente na modalidade de readaptação permanente, cuja causa principal de adoecimento foram os transtornos emocionais.

Os achados evidenciaram que as condições e a organização do trabalho docente desempenham papel central no processo de adoecimento. Aspectos como iluminação inadequada das salas de aula, mobiliário ergonomicamente inadequado ou inexistente, elevado ritmo de trabalho, superlotação das turmas, indisciplina discente, conflitos relacionais e pouca autonomia profissional reverberaram na saúde

dos professores. A partir da perspectiva da Psicodinâmica do Trabalho, especialmente das contribuições de Christophe Dejours, constatou-se que o sofrimento ocasionado por esse contexto laboral afeta a condição de saúde docente.

Outrossim, embora a maior parte dos professores tenha participado da escolha da nova função exercida após a readaptação, predominantemente vinculada a atividades administrativas e burocráticas, esse aspecto não neutralizou o sofrimento relacionado ao afastamento da regência de classe. Nesse sentido, a maioria dos participantes referiu sentir falta do trabalho que desempenhava, especialmente da atuação em sala de aula propriamente dita e da relação professor-aluno. Tal situação evidencia o prazer e sofrimento no trabalho. A docência constitui espaço de identidade, reconhecimento e realização pessoal e a readaptação ainda é estabelecida a partir do preceito do indivíduo se adaptar ao trabalho e não o inverso.

Dessa forma, a readaptação funcional é permeada de ambiguidade pois, de um lado, assegura o benefício de retirar o servidor da situação geradora do mal-estar; contudo, por outro lado, desestabiliza os laços estabelecidos com o seu trabalho e acarreta incertezas e desmotivação para empreender novas possibilidades de reestruturação da carreira profissional.

Destarte, esta pesquisa levantou discussões sobre aspectos da readaptação funcional em professores da educação básica de municípios do estado do Pará, a partir da reflexão sobre o trabalho, o fazer docente, os fenômenos do adoecimento e do afastamento do contexto de trabalho. Isso pode contribuir para o debate no campo educacional, principalmente na perspectiva da necessidade de conhecer o processo de adoecimento docente para evitá-lo. O conhecimento sobre as doenças ocupacionais pode subsidiar a reflexão sobre o adoecimento docente enquanto responsabilidade coletiva, e não individual.

O estudo também permitiu identificar fragilidades nas ações institucionais voltadas à prevenção do adoecimento docente. Tanto a revisão integrativa quanto os dados obtidos revelaram ausência ou insuficiência de formações sistematizadas sobre saúde e adoecimento docente promovidas pelas instituições escolares ou órgãos governamentais. Tal constatação reforça o enunciado de tese, segundo o qual a formação docente precisa ultrapassar os limites dos saberes pedagógicos tradicionais e incorporar discussões relacionadas à saúde, ao adoecimento e às condições concretas de exercício da profissão. Isso requer processos participativos da comunidade escolar para ações de prevenção do adoecimento e de cuidados

para com a saúde.

Diante disso, ressalta-se a necessidade de implementação de políticas públicas e institucionais voltadas à promoção da saúde docente, à melhoria das condições de trabalho e ao acompanhamento contínuo e efetivo dos professores em situação de adoecimento.

Não obstante as contribuições apresentadas, reconhecem-se limitações relacionadas ao quantitativo da amostra e ao número de municípios envolvidos. Contudo, tais ressalvas não invalidam os resultados obtidos, mas apontam a necessidade de ampliação de estudos sobre a temática em diferentes contextos e realidades educacionais.

Finalmente, espera-se que esta tese contribua para o aprofundamento de reflexões sobre o adoecimento e a readaptação funcional docente, ao evidenciar a complexidade desse fenômeno e a necessidade de ações institucionais comprometidas com a valorização, a saúde e a dignidade do trabalho docente. Além disso, almeja-se que os achados apresentados possam subsidiar novas investigações e fomentar debates acerca das políticas de cuidado e prevenção do adoecimento no contexto da educação básica.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, L. A. V. et al. Prevalence of overweight/obesity and associated factors among basic education teachers in a city in the north of Minas Gerais, Brazil. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 34, n. 1, p. 1-14, jul. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1678-9865202134e200244>. Acesso em: 02 dez. 2025.
- AMARAL, G.; MENDES, A. M. B. Readaptação profissional de professores como uma promessa que não se cumpre: uma análise da produção científica brasileira. **Educação em Revista**, Marília, v. 18, n. 2, p. 105-120, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/2236-5192.2017.v18n2.08.p105>. Acesso em: 10 out. 2023.
- AMARAL, G. A. Sofrimento no “trabalho” de professoras readaptadas: da docência ao trabalho morto da readaptação. **Farol - Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 7, n. 18, p. 164-227, abr. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.25113/farol.v7i18.5497>. Acesso em: 03 ago. 2024.
- AMORIM, A. L.; NUNES FILHO, A. A.; VERAS NETO, F. Q. As dificuldades na readaptação de docentes nas atividades escolares. **Multitemas**, Campo Grande, v. 29, n. 73, p. 29-44, set./dez. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.20435/multi.v29i73.4432>. Acesso em: 12 abr. 2025.
- ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2020.
- ANTUNES, S. M. P. S. N. **Readaptação docente**: trajetória profissional e identidade. 2014. 134 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2014.
- ANTUNES, L.; ACCORSSI, A. Relações de gênero e a feminização da profissão docente: reflexões sobre a divisão sexual do trabalho. **Revista de Educação, Ciência e Cultura**. Canoas, v. 24, n. 3, p. 49-60, nov. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.18316/recc.v24i3.5425>. Acesso em: 04 jan. 2023.
- APPLE, M. W. **Educando à direita**: mercados, padrões, Deus e desigualdade. São Paulo: Cortez, 2003.
- ARBEX, A. P.; SOUZA, K. R.; MENDONÇA, A. L. Trabalho docente, readaptação e saúde: a experiência dos professores de uma universidade pública. **Physis - Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 263-284, mar. 2013. Disponível em: scielo.br/j/physis/a/DYP7kLpVqpt39SckfQpjD4S/?lang=pt&format=pdf. Acesso em 14 jun. 2024.
- ARAÚJO, S. C. L. G.; YANNOULAS, S. C. Trabalho docente, feminização e pandemia. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 14, n. 30, p. 754-771, set./dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.22420/rde.v14i30.1208>. Acesso em: 03 mai. 2025.

ARENDT, H. **A condição humana**. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.

AREOSA, J. Ensaio sobre psicodinâmica do trabalho. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 321-330, mai./ago. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e77288>. Acesso em: 11 fev. 2026.

ASSUNÇÃO, A. A.; OLIVEIRA, D. A. Intensificação do trabalho e saúde dos professores. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 107, p. 349-372, ago. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302009000200003>. Acesso em: 15 mai. 2024.

ASSIS, A. C. P. **Compreensão do sentido de ser professor readaptado por transtornos psíquicos à luz da fenomenologia heideggeriana**. 2016. 96 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016.

BALL, S. J. Profissionalismo, gerencialismo e performatividade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n. 126, p. 539-564, dez. 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742005000300002>. Acesso em: 17 jul. 2023.

BARBOSA, M. S. X. T. **Trabalho docente, readaptação funcional e identidade: um estudo de caso**. 2014. 59 f. Monografia (Especialização em Clínica Psicodinâmica do Trabalho e Gestão do Estresse) – Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

BARBOSA, R. E. C. et al. Afastamento do trabalho por distúrbios musculoesqueléticos entre os professores da educação básica no Brasil. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 48, n. 1, p. 1-13, set. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2317-6369/18822pt2023v48edepi5>. Acesso em: 22 ago. 2024.

BARROS, C. C. A. et al. Precarização do trabalho docente: reflexões em tempos de pandemia e pós pandemia. **Ensino em perspectivas**, Fortaleza, v. 2, n. 2, p. 1-23, fev. 2021. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/4975>. Acesso em: 24 out. 2023.

BASTOS, G. G. et al. A voz dos sujeitos-readaptados em discurso: o lugar do bibliotecário. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 4, n. 2, p. 76-94, fev. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/4040>. Acesso em: 15 mar. 2024.

BATISTA, J. M. **Afastamento por licença-saúde, readaptação funcional e suas implicações no gerenciamento de enfermagem**. 2008. 196 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Enfermagem) – Universidade Estadual Paulista, Botucatu, 2008.

BATISTA, J. B. V. et al. Saúde do professor do ensino fundamental: uma análise de gênero. **Cadernos de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 657-674, set. 2009. Disponível em: http://www.cadernos.iesc.ufrj.br/cadernos/images/csc/2009_3/artigos/Artigo_6.pdf. Acesso em: 15 mar. 2024

BATISTA, J. M.; JULIANI, C. M. C. M.; AYRES, J. A. O processo de readaptação funcional e suas implicações no gerenciamento em Enfermagem. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Botucatu, v.18, n.1, p. 87-93, jan./fev. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-11692010000100014>. Acesso em: 12 jun. 2024.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BENEVIDES-PEREIRA, A. M. T. O processo de adoecer pelo trabalho. In: A. M. T. BENEVIDES-PEREIRA (org.). **Burnout**: quando o trabalho ameaça o bem-estar do trabalhador. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009. p. 21-91.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, È. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BRASIL. Ministério da Economia. **Anuário estatístico de acidentes do trabalho**. Brasília, DF: Ministério da Economia, 2019.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

BUSSAB, W. de O.; MORETTIN, P. A. **Estatística básica**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

CASTRO, M. R. Precarização e saúde mental no trabalho docente. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 1-15, 2020.

CELÓRIO, J. A. **Narrativas e imaginários de professoras readaptadas**: rumo a uma pedagogia da observância. 2015. 245 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.

CEBALLOS, A. G. C.; CARVALHO, F. M. Verbal aggression against teacher and upper extremity musculoskeletal pain. **Saf Health Work**, v. 11, n. 2, p. 187-192, mar. 2020. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2093791119305840?via%3Dihub>. Acesso em: 13 ago. 2025.

CEBALLOS; A. G. C.; SANTOS, G. B. Fatores associados à dor musculoesquelética em professores: Aspectos sociodemográficos, saúde geral e bem-estar no trabalho. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 702-715, jul./set. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepid/a/tSNNM7hmV8zYYgFsdhZMMcj/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 20 out. 2024.

CLOT, Y. **Trabalho e poder de agir**. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

COELHO, A. D. F.; SÁ, E. B. F. de. O adoecimento docente e a readaptação funcional dos servidores públicos no município de Juiz de Fora. **Libertas**, Juiz de Fora, v. 19, n. 1, p. 234-249, jan./jul. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.34019/1980-8518.2019.v19.27784>. Acesso em: 24 abr. 2024.

COELHO, E. A. et al. Saúde mental docente e intervenções da Psicologia durante a pandemia. **PSI UNISC**, Santa Cruz do Sul, v. 5, n. 2, p. 20-32, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.17058/psiunisc.v5i2.16458>. Acesso em 18 nov. 2024.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed.: Porto Alegre, 2007.

DEJOURS, C. Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. In: LANCMAN, S.; SZNELWAR, L. I. (org.). **Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004. p. 35-58.

DEJOURS, C. **O fator humano**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.

DEJOURS, C.; BÈGUE, F. **Suicide et travail: que faire?** Paris: Presses Universitaires de France, 2009.

DEJOURS, C. **A banalização da injustiça social**. 7. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2012.

DEJOURS, C. A sublimação, entre sofrimento e prazer no trabalho. **Revista Portuguesa de Psicanálise**, Lisboa, v. 33, n. 2, p. 9-28, 2013.

DEJOURS, C. Trabalhar não é derrogar. **Laboreal**, v. 2, n. 1, jul. 2011. Disponível em: <https://journals.openedition.org/laboreal/8354>. Acesso em: 27 nov. 2024.

DEJOURS, C. **Trabalho vivo: trabalho e emancipação**. Brasília: Paralelo 15, 2015.

DEJOURS, C. A. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. São Paulo: Cortez, 1992.

DEJOURS, C. Uma nova visão do sofrimento humano nas organizações. In: CHANLAT, Jean-François. **O indivíduo na organização: dimensões esquecidas**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1993. p. 149-173.

DEJOURS, C. **Trabalho vivo I: sexualidade e trabalho**. 2. ed. São Paulo: Blucher, 2022.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Boletim saúde do trabalhador: afastamento de professores no Brasil**. São Paulo: DIEESE, 2019.

DOMINGUES, A. M. **Adoecimento e readaptação funcional docente**: impactos na identidade profissional. 2018. 264 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

DUARTE, F. S.; MENDES, A. M. Cuerpo docente: análisis psicodinámico del trabajo de profesores reubicados de Brasília, Brasil. **Praxis Revista de Psicología**, Santiago, v. 15, n. 23, p. 115-134, mai. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.32995/praxispsy.vi23.103>. Acesso em: 29 mar. 2025.

DUARTE, F. S. **Dispositivos para a escuta clínica do sofrimento no trabalho**: entre a clínica da cooperação e das patologias. 2014. 142 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

ESTEVE, J. M. **O mal-estar docente**: a sala de aula e a saúde dos professores. Bauru: EDUSC, 1999.

FACAS, E. P. et al. Trabalhar. In: VIEIRA, F. O. et al. (org.). **Dicionário crítico de gestão e psicodinâmica do trabalho**. Curitiba: Juruá, 2013. p. 461-465.

FACCI, M. G. D.; URT, S. C. Trabalho docente, adoecimento e sofrimento psíquico. **Psicologia Escolar e Educacional**, Campinas, v. 21, n. 2, p. 331-339, out. 2017.

FARIAS, J. V. de; MIGUEL, J. R. Readaptação funcional: uma voz silenciada no canto da escola. **Revista Multidisciplinar e de Psicologia**, v. 13, n. 44, p. 301-332, fev. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.14295/online.v13i44.1620>. Acesso em: 05 abr. 2023.

FELTRIM, M. P. de M; SILVA, G. E. da. Readaptação do docente ao trabalho: a experiência de professores de uma escola pública de Maringá-PR. **Conversas em Psicologia**, v. 1, n. 2, p. 1-32, jul./ago. 2020. Disponível em: doi.org/10.33872/conversaspsico.v1n2.readaptacao. Acesso em: 12 abr. 2024.

FERNANDES, A. N. de O.; SILVA, M. J. da; SOUZA, F. L. de. Professores readaptados do município de Mossoró/RN: reflexões sobre o mal-estar docente. **Revista Educação e Emancipação**, São Luís, v. 16, n. 1, p. 45-73, jan./abr. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.18764/2358-4319v16n1.2023.2>. Acesso em: 07 set. 2024.

FERREIRA, J. B. et al. Sintomas osteomusculares em professores: uma revisão de literatura. **InterScientia**, João Pessoa, v. 3, n. 1, p. 147-162, dez. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.5281/interscientia.v3i1.102>. Acesso em: 25 abr. 2024.

FERREIRA G. N.; ABDALA R. D. Identidade profissional e o estigma social do professor readaptado. **Ciências Humanas**, Taubaté, v. 10, n. esp., p. 24 - 33, out. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.32813/rchv10n12017artigo14>. Acesso em: 14 ago. 2025.

FERREIRA, G. N. **Professores readaptados em um município do litoral norte de SP**: mudanças e conflitos em sua identidade profissional. 2017. 142 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Humano) – Universidade de Taubaté, 2017.

FREITAS, M. I. de. **Impactos da readaptação na constituição da identidade docente**. 2021. 264 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A qualidade da educação**: avaliação, políticas e desafios. Campinas: Autores Associados, 2012.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva**: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FRITZ, M.; PEIXOTO, M. C. O. O estresse ocupacional docente e suas consequências à saúde. **Contexto & Educação**, Ijuí, v. 37, n. 117, p. 85-95, dez. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.21527/2179-1309.2022.117.12872>. Acesso em 17 jan. 2025.

FROTA, D. L. **Saúde do professor**: um estudo sobre o adoecimento no trabalho a partir do olhar docente. 2019. 117f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

GASPARINI, S. M.; BARRETO, S. M.; ASSUNÇÃO, A. A. O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 189-199, ago. 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022005000200003>. Acesso em: 22 jun. 2023.

GATTI, B. A.; BARRETO, E. S. de S.; ANDRÉ, M. E. D. A. de. **Políticas docentes no Brasil**: um estado da arte. Brasília: UNESCO, 2011.

GAULEJAC, V. **Gestão como doença social**: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social. Aparecida: Ideias & Letras, 2007.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMEZ, M.; KLAUTAU, P. Burnout na educação: precarização e suas repercussões na saúde do professor da rede pública. **Psic. Clin.**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 3, p. 429-447, set./dez. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.33208/PC1980-5438v0033n03A02>. Acesso em: 10 ago. 2024.

GONTIJO, E. E. L.; INOCENTE, N. J. Depressão na docência: revisão de literatura. **Vita et Sanitas**, Trindade, v. 7, p. 87-98, jan./dez. 2013. Disponível em: <https://unigoyazes.edu.br/revistas/index.php/VitaetSanitas/article/view/43/35>. Acesso em: 28 jul. 2025.

GORZ, A. **Metamorfoses do trabalho**: crítica da razão econômica. São Paulo: Annablume, 2007.

GRESSLER, L. A. **Introdução à pesquisa**: projetos e relatórios. 3. ed., São Paulo: Loyola, 2007.

GUEDES, R. V. **Readaptação funcional de professores: a percepção dos diretores das escolas pertencentes à rede estadual de ensino de um dos núcleos regionais de educação do estado do Paraná**. 2019. 83 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Comunitário) – Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava, 2019.

HABERMAS, J. **Teoria do agir comunicativo**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

HAEFFNER, R. et al. Absenteísmo por distúrbios musculoesqueléticos em trabalhadores do Brasil: milhares de dias de trabalho perdidos. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 21, e180003, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-549720180003>. Acesso em 30 mai. 2024.

HAIKAL, D. S. A. et al. Fatores de risco e proteção para doenças crônicas não transmissíveis entre professores da educação básica. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 48, e5, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2317-6369/42520pt2023v48e5>. Acesso em: 12 jun. 2025.

HAN, B. C. **Sociedade do cansaço**. Petrópolis: Vozes, 2017.

HARGREAVES, A. **O ensino na sociedade do conhecimento: educação na era da insegurança**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

HARVEY, D. **Os limites do capital**. São Paulo: Bontempo, 2014.

HARO, J. A. **Reabilitação profissional e readaptação no trabalho**. São Paulo: LTr, 1998.

HUBERMAN, M. O ciclo de vida profissional dos professores. In: NÓVOA, A. (org.). **Vidas de professores**. 2. ed. Porto: Porto, 2000. p.31-61.

HUNHOFF, L.; FLORES, R. Absenteísmo e sofrimento psíquico no trabalho docente. **Revista Psicologia: organizações e trabalho**, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 1150-1158, out. 2020.

JESUS, J. da S. de. **A situação de professores readaptados alocados em bibliotecas públicas**. 2018. 83 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

JOHNSON, B.; ONWUEGBUZIE, A. J. Mixed Methods Research: A Research Paradigm Who's Time Has Come. **Educational Researcher**, Washington, v. 33, n. 7, p.14-26, out. 2004. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/220174568/Johnson-Onwuegbuzie-PDF>. Acesso em: 02 set. 2025

JUSTO, L. P.; CALIL, H. M. Depressão – o mesmo acometimento para homens e mulheres? **Rev. Psiq. Clín.**, v. 33, n. 2, 2006. p. 74-79.

KRUGMANN, T. F. **Histórias de vida de professoras em processo de readaptação funcional**. 2015. 196 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) –

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2015.

LADEIRA, W. Estigma e readaptação funcional docente. **Revista Psicologia e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 32, e020012, 2020.

LANCMAN, S.; UCHIDA, S. Trabalho e subjetividade: O olhar da psicodinâmica do trabalho. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v. 1, n. 6, p. 79-90, mar. 2003. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/cpst/v6/v6a06.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2025.

LAURELL, A. C.; NORIEGA, M. **Processo de produção de saúde: trabalho e desgaste operário**. Fortaleza: Hucitec, 1989.

LEMES, N. C. dos S. **Usos de si e testemunhos de trabalhadores docentes readaptados**. 2019. 204 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

LESSA, S. **Trabalho e ontologia social**. São Paulo: Instituto Lukács, 2016.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

LIMA, A. de M. R. **Do(c)entes readaptados: as vozes que ecoam nos discursos**. 2016. 184 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2016.

LIMA, D. M. **Sofrimento psíquico: um estudo com professores(as) readaptados(as) da rede estadual de ensino em Corumbá e Ladário/MS**. 2023. 122 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2023.

LIMA, L. P. Mal-estar do professor: um estudo sobre a concepção do professor readaptado no município de Casinhas - PE. **Avanços e Olhares**, Barra do Garças, n. 7, p. 1-12, ago. 2021. Disponível em: <https://revista.institutoiesa.com/wp-content/uploads/2021/08/artigo-8-7.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2023.

LIMA, M. L. R. et al. Trabalho, adoecimento, volta e readaptação do trabalhador. **Revista Sociedade Científica**, Guarulhos, v. 6, n. 1, p. 1235-1249, set. 2023. Disponível em: <https://show.scientificsociety.net/2023/09/trabalho-adoecimento-volta-e-readaptacao-do-trabalhador/>. Acesso em: 20 mai. 2024.

LIMA, D. M.; FIGUEIREDO, V. C. N. Sofrimento psíquico: um estudo com professores (as) readaptados (as) da rede estadual de ensino em Corumbá e Ladário (MS). **Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste**, Cuiabá, v. 12, n. 18, p. 289-304, jan./abr. 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.48074/aceno.v12i28.17773>. Acesso em 25 jun. 2024.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MACAIA, A. A. S.; FISCHER, F. M. Retorno ao trabalho de professores após afastamentos por transtornos mentais. **Saúde Soc.**, São Paulo, v.24, n.3, p.841-852,

set. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902015130569>. Acesso em 11 abr. 2025.

MARQUES, M. H. C. **Do trabalho docente às políticas de readaptação profissional**: o caso dos professores da Secretaria de Estado da Educação de Goiás. 2022. 163 f. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias) – Universidade Estadual de Goiás, Anápolis, 2022.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MASSON, M. L.; FERREIRA, L. P.; MAENO, M. Distúrbio de voz relacionado ao trabalho: um olhar sobre o passado, o presente e o futuro. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 49, n. 9, p. 1-13, jan. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2317-6369/39622pt2024v49edcinq9>. Acesso em: 15 jun. 2025.

MATOS, E. R. A readaptação docente. **Revista Gestão & Educação**, São Paulo, v. 6, n. 4, p. 36-44, abr. 2023. Disponível em: https://www.faconnect.com.br/files/revista_042023.pdf. Acesso em: 12 set. 2024.

MÉDA, D. **O trabalho**: um valor em extinção? Campinas: Editora da Unicamp, 2015.

MENDES, A. M. **Psicodinâmica do trabalho**: teoria, método e pesquisas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

MENDONÇA, G. C. P.; FREITAS, K. L. de. O professor readaptado e o não-lugar no ambiente escolar. **Revista Sociedade Científica**, v. 7, n. 1, p. 1392-1402, mar. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.61411/rsc202421917>. Acesso em: 16 mai. 2025.

MENDONÇA, A. M. M. C. de et al. Como controlar e prevenir o refluxo gastroesofágico. In: CASTRO, T. G. (org.). **Cuidando da saúde do professor**: da voz, do corpo e da mente. Maceió: EDUFAL, 2022. p. 61-66.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MINAYO, M. C. S. (org) et al. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 21a. Ed., Petrópolis: Vozes, 2002.

MIRA, B. C. C. R. **Implicações das políticas educacionais nas condições de trabalho e no adoecimento/readaptação dos professores da rede estadual de São Paulo**. 2022. 140 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, 2022.

MOLINIER, P. O trabalho e suas dimensões subjetivas. **Revista Brasileira de Psicodinâmica do Trabalho**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 45-60, 2013.

MORAIS, E. A. H.; ABREU, M. N. S.; ASSUNÇÃO, A. A. Autoavaliação de saúde e fatores relacionados ao trabalho dos professores da educação básica no Brasil. **Cien Saude Colet.**, v. 28, n. 1, p. 209-222, jan. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232023281.07022022>. Acesso em: 17 jan. 2025.

MOTA, L. O. E. **Possíveis fatores de risco e proteção para o bem-estar e saúde mental da categoria docente**: um estudo bioecológico com professores readaptados da SEDF. 2022. 280 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

NERIS, M. A. da L. **Representações sociais da identidade de docente readaptado no magistério público do Distrito Federal**. 2018. 132 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2018.

NÓVOA, A. **Professores**: imagens do futuro presente. Lisboa: Educa, 2017.

OGEDA, T. de A.; LIMA, S. C. da C. A vivência subjetiva dos servidores readaptados do município de Rio das Ostras. **Trabalho (En) Cena**, Palmas, v. 1, n. 2, p. 176-186, jul./dez. 2017.

OLARTE, Z. V. L. **Vivências e desafios de professoras readaptadas na cidade de Corumbá**. 2023. 105 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2023.

OLIVEIRA, H. das C. L. de; SCHMIDT, M. L. G. Vivência do afastamento, readaptação profissional e retorno ao trabalho entre professores estaduais. **Revista Educação**, Santa Maria, v. 48, p. 1-32, jan./dez. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/1984644464808>. Acesso em 13 ago. 2024.

OLIVEIRA, M. A. S. de et al. Voz, monotonia e autonomia no ambiente de trabalho de professores. **Distúrbios da Comunicação**, São Paulo, v. 36, n. 2, p. 1-9, ago. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.23925/2176-2724.2024v36i2e65829>. Acesso em: 14 set. 2025.

OLIVEIRA, R. M. de. **“Atende aí que é a readaptada da tarde!”** sentidos-e-significados do trabalho do professor em readaptação. 2018. 220 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

OLIVEIRA, R. G. de. **Readaptação funcional de docentes na rede estadual paulista**: a necessidade de uma compreensão complexa. 2021. 171 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2021.

OLIVEIRA, D. A. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1127-1144, dez. 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302004000400003>. Acesso em: 04 abr. 2024.

OLIVEIRA, D. A. Os trabalhadores da educação e a construção política da profissão docente no Brasil. **Educar em Revista**, Curitiba, n. esp., p. 17-35, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/8KJhphGKx8FRDKFHWkN6Yhs/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 jun. 2024.

ORTEGA, A. F. B.; ALMEIDA, R. de S. Características dos docentes readaptados por transtornos mentais e comportamentais. **Revista Ciências Humanas**, Taubaté/SP, v. 18, e 38, p. 1-19, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.32813/2179-1120.2025.v18.n1.a1067>. Acesso em: 27 dez. 2025.

PARÁ. Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994. **Dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da Administração Direta, Autarquias e Fundações Públicas do Estado do Pará**. Belém: Governo do Estado do Pará, 1994.

PARO, V. H. **Gestão democrática da escola pública**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PENA, D. B. **Mal-estar docente**: estudo com professores readaptados de escolas públicas. 2017. 64 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia da Saúde) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2017.

PÊPE, K. G. **Readaptação funcional de professores(as)**: construção dialogada de diretrizes concernentes à atuação profissional ressignificada. 2024. 140f. Dissertação (Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social) – Universidade do Estado da Bahia, Serrinha, 2024.

PEZZUOL, M. L. M. **Identidade e trabalho docente**: a situação do professor readaptado em escolas público do estado de São Paulo. 2008. 140 f. Dissertação (Mestrado em Semiótica, Tecnologia da Informação e Educação) – Universidade Braz Cubas, Mogi das Cruzes, 2008.

PORDEUS, M. P. et. al. Psicodinâmica do trabalho e sua implicância na saúde do trabalhador: contexto da reforma trabalhista. **Revista Foco**, Curitiba, v. 16, n. 6, p. 1-17, jun. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.54751/revistafoco.v16n6-122>. Acesso em: 24 abr. 2024.

PORTO, V. F. A. **Trabalho e voz no contexto docente**: pesquisa-ação com professores da rede pública de ensino em Maceió. 2023. 170 f. Tese (Doutorado em Ciências - Saúde Pública) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

QUEIROZ, J. G. B. de A.; MARINHO, T. A. da S. Profissão docente e saúde de professores da rede municipal de ensino da cidade de Manaus. **Temas em Educação e Saúde**, Araraquara, v. 16, n. 2, p. 575-593, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.26673/tes.v16i2.13807>. Acesso em 29 jun. 2023.

RAMOS, M. Z.; TITTONI, J.; NARDI, H. C. A experiência de afastamento do trabalho por adoecimento vivenciada como processo de ruptura ou continuidade nos modos de viver. **Cad. psicol. soc. trab.**, v. 11, n.2, p.209-221, 2008.

REIS, M. I. A. **Gestão, trabalho e adoecimento docente**: caminhos e descaminhos na Fundação Escola Bosque. 2009. 208 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

REIS, M. S. Polivalência e intensificação do trabalho docente. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 40, n. 3, p. 715-730, 2014.

RODRIGUES, K. G. F. C.; SANTOS, C. R. N. Readaptação dos professores em bibliotecas escolares públicas no Brasil: uma reflexão psicológica sobre a autoestima. **Id on Line Revista Multidisciplinar e de Psicologia**, v. 11, n. 34, p. 281-304, fev. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.14295/online.v11i34.689>. Acesso em: 15 out. 2023.

ROLDÃO, M. C. Investigação como instrumento da formação profissional de docentes. **Formação Docente**, Belo Horizonte, v. 13, n. 28, p. 79-89, set./dez. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.31639/rbpf.v13i28.545>. Acesso em: 27 jan. 2024.

ROSSI, V. R. **Ser-ninguém**: um estudo de caso sobre a readaptação funcional na perspectiva da psicodinâmica do trabalho. 2018. 253 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2018.

SANTOS, L. M. dos. **O sentido da readaptação atribuído pelas professoras**. 2015. 136 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2015.

SANTOS, L. M. dos; URT, S. da C.; VITA, S. C. C. Readaptação Docente: qual o sentido atribuído pelo professor? In: FACCI, M. G. D.; URT, S. da C. (orgs.). **Precarização do trabalho, adoecimento e sofrimento do professor**. Teresina: EDUFPI, 2017. p. 73-100.

SANTOS, P. I.; MACHADO, L. B. Professores readaptados em escolas públicas: adoecimento e perspectivas de retorno à sala de aula. **Educação & Formação**, Fortaleza, v. 9, e12619, p. 1-20, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.25053/redufor.v9.e12619>. Acesso em 18 fev. 2025.

SANTOS, P. I. dos. **A profissão docente para professores em readaptação funcional**: uma análise a partir da teoria das representações sociais. 2024. 234 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2024.

SANTOS, R. A. **Bem-estar, saúde mental e readaptação funcional**: um estudo bioecológico sobre a percepção de gestores da SEEDF. 2025. 186 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2025.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 12 ed. Campinas: Autores Associados, 2021.

SCANDOLARA, T. B. et al. Avaliados níveis de estresse e depressão em professores da rede pública no município de Francisco Beltrão –PR. **Arquivos de Ciencias da Saude UNIPAR**, [S. l.], v. 19, p. 31-38, set. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.25110/arqsaude.v19i1.2015.5262>. Acesso em: 11 ago. 2025.

SEMIENTCOSKI, S. **As relações entre o adoecimento docente e as condições de trabalho na educação infantil da rede municipal de ensino de Florianópolis (2017-2021)**. 2024. 157 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade

Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2024.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter**: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2012.

SILVA, J. C. da et al. “Desgastes e sacrifícios” medicados: a relação trabalho e adoecimento na vida das professoras brasileiras. **Psico**, Porto Alegre, v. 54, n. 2, p. 1-13, jan./dez. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1980-8623.2023.2.42671>. Acesso em: 26 out. 2024.

SILVA, J. P. D.; FISCHER, F. M. O perfil das publicações sobre condições de trabalho e saúde dos professores: um aporte para (re) pensar a literatura. **Saúde e Sociedade**, v. 30, n. 4, 2021.

SILVA, V. L. **Condições de trabalho, presenteísmo e absenteísmo em professores da rede pública**. 2017. 146 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2017.

SILVA, G. A. S. **Readaptação funcional de professores da rede municipal de educação de Belo Horizonte**: um estudo introdutório. 2020. 143 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

SILVA, K. F. **Professores em readaptação funcional da rede municipal de Belo Horizonte**: a desarticulação das políticas públicas como fator agravante do adoecimento. 2015. 104 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

SILVA, E. J. N. **As finalidades educativas sob influência neoliberal**: implicações no adoecimento dos professores no desempenho da docência na educação básica em Goiás. 2025. 111 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro Universitário Mais (UniMais), Inhumas - Goiás, 2025.

SILVA, A. B. da. **Do mal-estar à emancipação: desafios e possibilidades para a saúde mental dos docentes na rede municipal de ensino de São Paulo**. 2025. 250 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2025.

SILVA-JUNIOR, J. S. et al. Atualização 2020 da Lista de Doenças Relacionadas ao Trabalho no Brasil. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 47, e11, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2317-6369/34220PT2022v47e11>. Acesso em: 15 nov. 2025.

SIMÕES, E. C.; CARDOSO, M. R. A. Violência contra professores da rede pública e esgotamento profissional. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 3, p.1039-48, mar. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232022273.28912020>. Acesso em: 21 set. 2025.

SOUSA, J. F. de. Síndrome de burnout e readaptação funcional em professores da rede pública de ensino do Distrito Federal. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**,

São Paulo, v. 3, n. 7, p. 684-704, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.4287497>. Acesso em 22 ago. 2024.

SOUZA, E. A. D. **Mal-estar docente e suas estratégias de enfrentamento**: um estudo na educação básica. 2023. 63 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem Psiquiátrica) – Programa de Pós-graduação de Enfermagem Psiquiátrica, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2023.

STANDING, G. **O precariado**: a nova classe perigosa. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

TARDIF, M.; LESSARD, C. **O trabalho docente**: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

TAVARES, P.; HONDA, L. Absenteísmo docente em escolas públicas paulistas: dimensão e fatores associados. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 51, n. 3, p. 601-635, jul./set. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-41615136ptlh> . Acesso em: 11 fev. 2025.

TONET, I. **Educação contra o capital**. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

TORRES, J. M. D. **O ser professor na rede municipal de Uberlândia**: histórias atravessadas pela readaptação funcional – 2000 a 2014. 2015. 133 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia - MG, 2015.

TREVISAN, K. R. R. et al. Revisão sistemática internacional sobre agravos à saúde mental de professores. **Avances en Psicología Latinoamericana**, Bogotá, v. 40, n. 1, p. 1-15, ago. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/apl/a.7532>. Acesso em: 22 nov. 2025.

TRIOLA, M. F. **Introdução à Estatística**. 12. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017.

VAZ, M. A. Intensificação do trabalho docente e adoecimento. **Revista Trabalho & Educação, Belo Horizonte**, v. 26, n. 2, p. 95-110, 2017.

VIDAL, E. P. **A alteridade docente**: uma cartografia da subjetividade do professor readaptado. 2020. 142 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020.

VIEIRA, A. M. **A experiência da readaptação funcional entre professores**. 2013. 118 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

VILELA, R. A. G. Direito à saúde do trabalhador e readaptação funcional no serviço público. **Revista de Direito do Trabalho**, São Paulo, v. 45, n. 183, p. 85-101, 2019.

XAVIER, A. P. **Violência estrutural e adoecimento docente**. 2015. 165 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WERNER, M.; ROCHA, R. E. R. da. Estado nutricional de professores da educação básica: uma revisão de escopo. **Revista CPAQV – Centro de Pesquisas Avançadas em Qualidade de Vida**, [S. l.], v. 15, n. 3, p. 1-10, 2023. Disponível em:
<https://doi.org/10.36692/V15N3-34R>. Acesso em: 25 abr. 2024.

APÊNDICE – Instrumento de Pesquisa

Pesquisa de Doutorado Questionário dirigido a professores readaptados

Eu, **Ester Miranda da Silva Pereira**, doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGED) da Universidade do Estado do Pará (UEPA), sob orientação do prof. **Dr. Pedro Franco Sá**, convidamos você a participar desta pesquisa, que tem o objetivo de analisar a readaptação funcional de professores da educação básica do Pará.

O adoecimento do professor, causado pela atividade profissional, é uma realidade que pode levar à readaptação funcional, ou seja, ao reaproveitamento do servidor em atribuições ou responsabilidades laborais compatíveis com as limitações impostas pela condição de saúde.

A sua participação é de extrema importância, pois a análise dos dados, obtidos a partir das respostas do questionário, possibilitará a produção de conhecimento sobre o processo de adoecimento docente e a readaptação funcional.

Os principais riscos deste estudo estão relacionados à identificação e ao sigilo das informações dos participantes. Para minimizá-los, estes serão identificados por meio de códigos; as respostas serão manuseadas apenas pela pesquisadora e serão tratadas com confidencialidade. Os dados ficarão na posse dos pesquisadores por período legal de cinco anos e serão excluídos a partir de então.

Os benefícios da pesquisa são favorecer conhecimento sobre a readaptação funcional de professores da educação básica e propor estratégias para prevenir tal evento. Os benefícios científicos relacionam-se ao estímulo de novas produções sobre o tema, além de contribuir para ampliação do acesso e da divulgação de dados sobre o assunto do estudo.

Você, enquanto participante da pesquisa, tem papel indispensável para a concretização do estudo. Mesmo assim, pode desistir a qualquer momento, sem qualquer dano ou prejuízo. Sua participação é voluntária e, assim, você não receberá remuneração e nenhum tipo de recompensa. A qualquer momento, pode solicitar esclarecimentos de possíveis dúvidas.

Caso necessite de maiores informações, pode entrar em contato com a pesquisadora Ester Miranda da Silva Pereira, e-mail: estermir_to@yahoo.com.br, telefone: (91) 98115 8689.

Agradecemos a sua colaboração em responder as questões que se seguem.

*** Indica uma pergunta obrigatória**

1. Email *

2. Você concorda com os termos acima e aceita participar da pesquisa? *

() Sim (*Avançar para a pergunta 3*)

() Não

3. Você está readaptado(a)? *

() Sim (*Avançar para a pergunta 4*)

() Não

4. Em qual rede de ensino você trabalhava quando foi readaptado? *

☐ Municipal

☐ Estadual

☐ Federal

☐ Outro

5. Se marcou a opção "Outro" na questão anterior, especifique a rede de ensino em que trabalhava quando foi readaptado.

6. Em que município você trabalhava quando foi readaptado?*

7. Você estava exercendo a atividade de professor, antes da readaptação? *

() Sim

() Não

8. Qual a sua faixa etária? *

() Menos de 20 anos

() 20 a 34 anos

() 35 a 40 anos

() 41 a 45 anos

() 46 a 50 anos

() 51 a 55 anos

- ☐ 56 a 60 anos
- ☐ Mais de 60 anos

9. Qual o seu sexo?*

- ☐ Masculino
- ☐ Feminino
- ☐ Outro

10. Qual o seu estado civil?*

- ☐ Solteiro (a)
- ☐ Casado (a)
- ☐ União estável
- ☐ Divorciado (a)
- ☐ Viúvo (a)
- ☐ Outro

11. Possui filhos?*

- ☐ Sim *(Avançar para a pergunta 12)*
- ☐ Não *(Avançar para a pergunta 13)*

12. Quantos filhos você possui? Qual a idade deles?

13. Assinale a(s) atividade(s) física(s) que você praticava, pelo menos 3 vezes por semana, antes da readaptação:*

- ☐ Caminhada
- ☐ Corrida
- ☐ Musculação
- ☐ Ginástica
- ☐ Hidroginástica

- () Pilates
- () Dança
- () Artes Marciais
- () Outra
- () Não praticava nenhuma atividade física

14. Antes da readaptação, você consumia cigarro? *

- () Sim *(Avançar para a pergunta 15)*
- () Não *(Avançar para a pergunta 17)*

15. Quantos cigarros você fumava por dia? *

16. Você continua a fumar? *

- () Sim
- () Não *(Avançar para a pergunta 18)*

17. Depois da readaptação, passou a ter o hábito de fumar? *

- () Sim
- () Não

18. Antes da readaptação, você costumava consumir bebida alcoólica? *

- () Sim
- () Não *(Avançar para a pergunta 20)*

19. Com que frequência você consumia bebida alcoólica?

- () 1 a 2 vezes por semana
- () 3 a 4 vezes por semana
- () 5 a 6 vezes por semana
- () 7 vezes por semana

() somente aos finais de semana

() somente em festas

20. Após a readaptação, passou a ter o hábito de ingerir bebida alcoólica frequentemente?*

() Sim

() Não

21. Assinale abaixo, para cada linha, a frequência com que você ingeria os seguintes alimentos, antes da readaptação:*

Alimentos	1 a 2 vezes/semana	3 a 4 vezes/semana	5 a 6 vezes/semana	Todo dia	Raramente	Nunca
Verduras e/ou legumes						
Frutas						
Carne vermelha						
Carne branca						
Ovo						
Farinha, pães, biscoitos e/ou bolachas						
Arroz, macarrão e/ou batata						
Sanduíche, pizza e/ou salgados						
Doces e/ou bebidas adoçadas com açúcar						
Leite e/ou derivados						
Cereais e/ou grãos integrais						
Castanhas e/ou nozes						
Embutidos (salsicha, calabresa, mortadela, presunto)						
Ultraprocessados (macarrão instantâneo, frituras)						

22. Assinale problema(s) de saúde que você tinha antes de começar a lecionar:*

- ☐ Diabetes
- ☐ Pressão alta
- ☐ Colesterol alto
- ☐ Sobrepeso
- ☐ Obesidade
- ☐ Dores na coluna
- ☐ Problemas relacionados à voz
- ☐ Labirintite
- ☐ Ansiedade
- ☐ Estresse
- ☐ Depressão
- ☐ Não tinha problema (s) de saúde antes de começar a lecionar
- ☐ Outro

23. Assinale problema(s) de saúde que você tinha quando surgiram os primeiros sintomas que levaram à readaptação funcional:*

- ☐ Diabetes
- ☐ Pressão alta
- ☐ Colesterol alto
- ☐ Sobrepeso
- ☐ Obesidade
- ☐ Dores na coluna
- ☐ Problemas relacionados à voz
- ☐ Labirintite
- ☐ Ansiedade
- ☐ Estresse

() Depressão

() Outro

24. Qual a sua formação de nível superior ? *

25. Você é habilitado (a) a lecionar quais disciplinas? *

26. Em qual instituição você cursou seu ensino superior? *

27. Qual foi o ano de conclusão do seu ensino superior? *

28. Você fez especialização? *

() Sim

() Não *(Avançar para a pergunta 32)*

29. Qual foi o curso de especialização? *

30. Em que ano você concluiu o curso de especialização? *

31. Em qual instituição você fez a especialização? *

32. Você fez mestrado? *

() Sim

() Não *(Avançar para a pergunta 36)*

33. Qual foi o curso de mestrado? *

34. Em que ano você concluiu o mestrado? *

35. Em qual instituição você fez o mestrado? *

36. Você já fez doutorado? *

() Sim

() Não *(Avançar para a pergunta 40)*

37. Qual foi o curso de doutorado? *

38. Em que ano você concluiu o doutorado? *

39. Em qual instituição você fez o doutorado? *

40. Você exercia outra atividade profissional antes da docência? *

() Sim

() Não

41. Durante quantos anos você trabalhou como professor(a) em sala de aula? *

42. Em que nível de ensino você lecionava? *

() Educação infantil

() Ensino fundamental - anos iniciais

() Ensino fundamental - anos finais

() Ensino médio

43. Quais disciplinas você ministrava antes da readaptação funcional? *

44. Você ministrava aula em quais turnos, nos últimos cinco anos, antes de ser readaptado (a)? *

() Manhã

() Tarde

() Noite

() Manhã e Tarde

() Manhã e Noite

() Tarde e Noite

☐ Manhã, Tarde e Noite

45. Quantos dias por semana você trabalhava em sala de aula, antes da readaptação? *

☐ 1 a 2 dias

☐ 3 a 4 dias

☐ 5 a 6 dias

☐ 7 dias

46. Em quantas escolas você atuava como docente, nos últimos 5 anos, antes de ser readaptado (a)? *

☐ 1

☐ 2

☐ 3

☐ 4

☐ Mais de 4 escolas

47. As escolas onde você atuava eram próximas da sua residência? *

☐ Sim

☐ Não

48. As escolas onde você atuava eram próximas uma das outras? *

☐ Sim

☐ Não

49. Qual era a sua carga horária de trabalho em sala de aula, quando começou a ingressar com licença médica, antes de ser readaptado(a)? *

☐ Inferior a 100 h

- ☐ 100 h
- ☐ 120 h
- ☐ 150 h
- ☐ 180 h
- ☐ 200 h
- ☐ 240 h
- ☐ 280 h
- ☐ 300h
- ☐ 400 h
- ☐ Mais de 400 h

50. Quantas turmas, nos últimos cinco anos antes da readaptação, você costumava ter para atingir a sua carga horária? *

51. Qual era a média de alunos por turma? *

52. Qual(is) sistema(s) de ensino em que você atuava, nos últimos cinco anos antes de ser readaptado(a)? *

- ☐ Regular
- ☐ Regular modular (SOME)
- ☐ EJA
- ☐ Sistema prisional
- ☐ Outro (s)

53. Se na pergunta anterior você marcou a opção "Outro(s)", especifique em qual sistema de ensino você trabalhava antes de ser readaptado(a).

54. Assinale aspectos que faziam parte da sua rotina de trabalho como professor(a) em sala de aula, nos últimos cinco anos, antes da readaptação: *

- ☐ Falar muito durante as aulas.
- ☐ Falar muito alto durante as aulas.
- ☐ Tomar água gelada antes, no intervalo ou após as aulas.
- ☐ Tomar café/café com leite antes, no intervalo e/ou após as aulas.
- ☐ Permanecer muito tempo na mesma posição (em pé e/ou sentada), durante a realização de tarefas laborais
- ☐ Carregar muitos livros, pacotes de provas e/ou materiais pesados, de casa para a escola e vice-versa.
- ☐ Deixar livros, pacotes de prova e/ou materiais pesados de casa no seu armário da escola.
- ☐ Problemas relacionais (colegas, alunos, pais de alunos e/ou gestão escolar).
- ☐ Pouca autonomia
- ☐ Nenhum desses aspectos fazia parte do meu trabalho como professor (a).

55. Assinale aspecto(s) que faziam parte do seu contexto de trabalho como professor (a) em sala de aula nos últimos cinco anos, antes de ser readaptado(a)*:

- ☐ Inexistência de mesa/cadeira para o professor na sala de aula
- ☐ Mesa e/ou cadeira do professor desconfortável
- ☐ Superlotação da sala de aula
- ☐ Muito ruído na sala ou perto da sala onde lecionava
- ☐ Iluminação inadequada sa sala de aula
- ☐ Pouca ventilação na sala de aula
- ☐ Temperatura alta na sala de aula
- ☐ Temperatura baixa na sala de aula
- ☐ Elevado ritmo e/ou carga horária de trabalho
- ☐ Indisciplina dos alunos
- ☐ Violência na escola
- ☐ Nenhum desses aspectos fazia parte do meu contexto de trabalho.

56. Você tinha quanto tempo de serviço como professor quando adoeceu? *

57. Qual era a sua faixa etária quando foi readaptado (a)? *

- ☐ Menos de 20 anos
- ☐ 20 a 34 anos
- ☐ 35 a 40 anos
- ☐ 41 a 45 anos
- ☐ 46 a 50 anos
- ☐ 51 a 55 anos
- ☐ 56 a 60 anos
- ☐ Mais de 60 anos

58. Há quanto tempo você está readaptado (a)? *

59. No momento, a sua readaptação é: *

- ☐ Provisória
- ☐ Permanente

60. Quanto tempo durou o seu processo de readaptação? *

61. Assinale abaixo o(s) motivo(s) de sua readaptação funcional: *

- ☐ Problemas ortopédicos *(Avançar para a pergunta 62)*
- ☐ Problemas na voz *(Avançar para a pergunta 63)*
- ☐ Problemas emocionais *(Avançar para a pergunta 64)*
- ☐ Outros motivos *(Avançar para a pergunta 65)*
- ☐ Problemas ortopédicos e na voz *(Avançar para a pergunta 66)*
- ☐ Problemas ortopédicos e emocionais *(Avançar para a pergunta 67)*

- ☐ Problemas ortopédicos e outros motivos *(Avançar para a pergunta 68)*
- ☐ Problemas na voz e problemas emocionais *(Avançar para a pergunta 69)*
- ☐ Problemas na voz e outros motivos *(Avançar para a pergunta 70)*
- ☐ Problemas emocionais e outros motivos *(Avançar para a pergunta 71)*

62. Qual (is) problema(s) ortopédico(s) causou/causaram sua readaptação funcional? *

- ☐ Problemas na coluna
- ☐ Problemas nos braços (ombro, cotovelo ou mão)
- ☐ Problemas nas pernas (quadril, joelho, tornozelo, pé)
- ☐ Tendinite
- ☐ Bursite
- ☐ Artrite
- ☐ Artrose
- ☐ Osteoporose
- ☐ Outro problema ortopédico

Avançar para a pergunta 72

63. Qual(is) problema(s) vocal(is) causou/causaram sua readaptação funcional?*

- ☐ Rouquidão
- ☐ Dificuldade para falar
- ☐ Fenda, calo ou nódulo nas cordas vocais
- ☐ Instabilidade ou tremor vocal
- ☐ Perda da voz (afonia)
- ☐ Outro problema vocal

Avançar para a pergunta 72

64. Qual(is) problema(s) emocional(is) causou/causaram sua readaptação funcional? *

- ☐ Ansiedade
- ☐ Nervosismo
- ☐ Irritabilidade
- ☐ Estresse
- ☐ Esgotamento
- ☐ Depressão
- ☐ Síndrome do pânico
- ☐ Outro

Avançar para a pergunta 72

65. Que outro(s) problema(s) causou (ou causaram) a readaptação? *

- ☐ Problemas cardiovasculares (palpitações, pressão alta, taquicardia etc.)
- ☐ Problemas respiratórios (asma, falta de ar, bronquite, rinite etc.)
- ☐ Problemas de pele
- ☐ Problemas digestivos (gastrite, úlceras etc.)
- ☐ Problemas do sistema nervoso
- ☐ Problema auditivo
- ☐ Problema visual
- ☐ Labirintite
- ☐ Sequelas de acidentes ou de eventos traumáticos (acidentes etc.)
- ☐ Sequelas de condições de saúde (AVC, amputações etc.)
- ☐ Outro

Avançar para a pergunta 72

66. Quais problemas ortopédicos e na voz causaram a sua readaptação?

- ☐ Problemas na coluna
- ☐ Problemas nos braços (ombro, cotovelo, punho e/ou mão)

- () Problemas nas pernas (quadril, joelho, tornozelo e/ou pé)
- () Tendinite
- () Bursite
- () Artrite
- () Artrose
- () Osteoporose
- () Outro problema ortopédico
- () Rouquidão
- () Dificuldade para falar
- () Fenda, calo ou nódulo nas cordas vocais
- () Instabilidade ou tremor vocal
- () Perda da voz (afonia)
- () Outro problema vocal

Avançar para a pergunta 72

67. Quais problemas ortopédicos e emocionais causaram a sua readaptação? *

- () Problemas na coluna
- () Problemas nos braços (ombro, cotovelo, punho e/ou mão)
- () Problemas nas pernas (quadril, joelho, tornozelo e/ou pé)
- () Tendinite
- () Bursite
- () Artrite
- () Artrose
- () Osteoporose
- () Outro problema ortopédico
- () Ansiedade
- () Nervosismo

- ☐ Irritabilidade
- ☐ Estresse
- ☐ Esgotamento
- ☐ Depressão
- ☐ Síndrome do pânico
- ☐ Outro problema emocional

Avançar para a pergunta 72

68. Quais problemas ortopédicos e outros motivos causaram a sua readaptação? *

- ☐ Problemas na coluna
- ☐ Problemas nos braços (ombro, cotovelo, punho e/ou mão)
- ☐ Problemas nas pernas (quadril, joelho, tornozelo e/ou pé)
- ☐ Tendinite
- ☐ Bursite
- ☐ Artrite
- ☐ Artrose
- ☐ Osteoporose
- ☐ Outro problema ortopédico
- ☐ Problemas cardiovasculares (palpitações, pressão alta, taquicardia etc.)
- ☐ Problemas respiratórios (asma, falta de ar, bronquite, rinite etc.)
- ☐ Problemas de pele
- ☐ Problemas digestivos (gastrite, úlceras etc.)
- ☐ Problemas do sistema nervoso
- ☐ Problema auditivo
- ☐ Problema visual
- ☐ Labirintite
- ☐ Sequelas de acidentes ou de eventos traumáticos (acidentes etc.)
- ☐ Sequelas de condições de saúde (AVC, amputações etc.)

☐ Outros problemas

Avançar para a pergunta 72

69. Quais problemas na voz e emocionais causaram a sua readaptação? *

- ☐ Rouquidão
- ☐ Dificuldade para falar
- ☐ Fenda, calo ou nódulo nas cordas vocais
- ☐ Instabilidade ou tremor vocal
- ☐ Perda da voz (afonia)
- ☐ Outro problema vocal
- ☐ Ansiedade
- ☐ Nervosismo
- ☐ Irritabilidade
- ☐ Estresse
- ☐ Esgotamento
- ☐ Depressão
- ☐ Síndrome do pânico
- ☐ Outro problema emocional

Avançar para a pergunta 72

70. Quais problemas na voz e outros motivos causaram a sua readaptação? *

- ☐ Rouquidão
- ☐ Dificuldade para falar
- ☐ Fenda, calo ou nódulo nas cordas vocais
- ☐ Instabilidade ou tremor vocal
- ☐ Perda da voz (afonia)
- ☐ Outro problema vocal
- ☐ Problemas cardiovasculares (palpitações, pressão alta, taquicardia etc.)

- () Problemas respiratórios (asma, falta de ar, bronquite, rinite etc.)
- () Problemas de pele
- () Problemas digestivos (gastrite, úlceras etc.)
- () Problemas do sistema nervoso
- () Problema auditivo
- () Problema visual
- () Labirintite
- () Sequelas de acidentes ou de eventos traumáticos (acidentes etc.)
- () Sequelas de condições de saúde (AVC, amputações etc.)
- () Outro motivo

Avançar para a pergunta 72

71. Quais problemas emocionais e outros motivos causaram a sua readaptação? *

- () Ansiedade
- () Nervosismo
- () Irritabilidade
- () Estresse
- () Esgotamento
- () Depressão
- () Síndrome do pânico
- () Outro problema emocional
- () Problemas cardiovasculares (palpitações, pressão alta, taquicardia etc.)
- () Problemas respiratórios (asma, falta de ar, bronquite, rinite etc.)
- () Problemas de pele
- () Problemas digestivos (gastrite, úlceras etc.)
- () Problemas do sistema nervoso
- () Problema auditivo

- ☐ Problema visual
- ☐ Labirintite
- ☐ Sequelas de acidentes ou de eventos traumáticos (acidentes etc.)
- ☐ Sequelas de condições de saúde (AVC, amputações etc.)
- ☐ Outro motivo

72. A localização da escola onde você atua após a readaptação é próxima de sua residência?*

- ☐ Sim, a escola onde atuo é mais próxima da minha residência.
- ☐ Não, a escola onde atuava antes do adoecimento era mais próxima da minha residência.
- ☐ Não há diferença significativa quanto à distância entre a minha residência e a escola onde atuava ou entre a escola onde trabalho.

73. Você teve algum prejuízo financeiro quando ocorreu a readaptação? *

- ☐ Sim *(Avançar para a pergunta 74)*
- ☐ Não *(Avançar para a pergunta 75)*

74. Descreva qual o prejuízo financeiro causado pela readaptação. *

75. Qual o ambiente onde você trabalha, após a readaptação? *

- ☐ Ambiente escolar
- ☐ Ambiente não escolar

76. Hoje qual é a função exercida por você? *

77. Você teve participação na escolha da nova função exercida? *

- ☐ Sim

☐ Não

78. O quanto se sente preparado (a) para realizar atividades como profissional readaptado (a)? *

☐ Nada

☐ Pouco

☐ Suficiente

☐ Muito

☐ Totalmente

79. O quanto se sente satisfeito (a) como profissional readaptado (a)? *

☐ Nada

☐ Pouco

☐ Suficiente

☐ Muito

☐ Totalmente

80. Você sente falta de trabalhar como professor (a) em sala de aula? *

☐ Sim

☐ Não (Avançar para a pergunta 82)

81. Do que você sente falta no trabalho, antes de ser readaptado (a)? *

82. Se algum docente lhe consultasse sobre o que fazer para evitar a readaptação funcional, que conselho você daria? Por quê? *

83. Durante sua trajetória profissional, você recebeu alguma orientação ou participou de alguma formação sobre adoecimento relacionado ao trabalho docente, organizada pela escola ou órgão do governo? *

() Sim

() Não *(Avançar para a pergunta 85)*

84. Qual a temática abordada?*

85. Se você pudesse voltar a exercer a docência, gostaria de voltar à sala de aula? Por quê?
*

86. Você aceitaria tomar ciência dos resultados e continuar a participar da pesquisa? *

() Sim

() Não

ANEXO – Aprovação do Comitê de Ética

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A Readaptação Funcional de Professores da Educação Básica e as Formações Iniciais e Continuada: um estudo no estado do Pará.

Pesquisador: ESTER MIRANDA DA SILVA PEREIRA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 85396024.0.0000.5174

Instituição Proponente: Centro de Ciências Biológicas e da Saúde - Campus II

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.434.272

Apresentação do Projeto:

A readaptação funcional tem se configurado enquanto realidade junto a diversas categorias profissionais, dentre as quais, destaca-se a do professor.

As razões do adoecimento docente e do afastamento do professor das suas atividades laborais podem estar relacionadas a causas de diversas ordens. O processo de readaptação funcional em si pode representar uma outra fonte de sofrimento ao profissional. Esta pesquisa objetiva avaliar a readaptação funcional de professores da educação básica de municípios do Pará. Para tanto, o estudo será quanti-qualitativo e será aplicado um questionário (Google Forms) como instrumento de pesquisa.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar o processo de readaptação funcional de professores da educação básica de municípios do Pará.

Objetivo Secundário:

- Compreender as causas do adoecimento e a consequente readaptação funcional nos professores;
- Traçar o perfil de adoecimento dos docentes readaptados;
- Identificar fatores associados ao adoecimento do professor, no exercício da profissão.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:**Riscos:**

Os principais riscos deste estudo estão relacionados ao sigilo dos dados dos participantes envolvidos e à baixa adesão dos docentes readaptados em participar da pesquisa. Para minimizá-los, as informações serão armazenadas em local sigiloso e não serão compartilhadas

Benefícios:

A pesquisa poderá oportunizar conhecimento sobre a realidade da readaptação funcional para o docente e para as instituições educacionais e órgãos governamentais, o que poderá impulsionar estratégias para prevenir tal evento e novas produções científicas sobre o tema.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa é relevante e factível.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Presentes e adequados nesta versão 2.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovado

Considerações Finais a critério do CEP:

Após a avaliação pelos membros que compõem o Comitê de Ética em Pesquisa do CCBS/UEPA e aprovação, em reunião de colegiado, no dia 21/02/2025, a proposta atendeu as exigências das Resoluções em vigor.

Conforme as Resoluções 466/12 e 510/2016, é atribuição do CEP acompanhar o desenvolvimento dos projetos, por meio de relatórios semestrais dos pesquisadores e de outras estratégias de monitoramento, de acordo com o risco inerente a pesquisa. Ressaltamos as seguintes atribuições do pesquisador: Desenvolver o projeto conforme delineado; Elaborar e apresentar os relatórios parcial (is) e final até 60 dias após o seu término (como notificação); Apresentar dados solicitados pelo CEP ou pela CONEP a qualquer momento; Manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda responsabilidade, por um período de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa; Encaminhar os resultados da pesquisa para publicação, com os devidos créditos aos pesquisadores associados e ao pessoal técnico integrante do projeto. Justificar fundamentadamente, perante o CEP, qualquer modificação

(emenda) ou interrupção do projeto e identificar nas Informações Básicas tais mudanças.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_2472492.pdf	07/02/2025 20:25:49		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador Cronograma	PROJETO.docx	07/02/2025 20:23:18	ESTER MIRANDA DA SILVA PEREIRA	Aceito
	CRONOGRAMA.docx	07/02/2025 20:17:23	ESTER MIRANDA DA SILVA PEREIRA	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.docx	07/02/2025 20:03:08	ESTER MIRANDA DA SILVA PEREIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	07/02/2025 19:54:39	ESTER MIRANDA DA SILVA PEREIRA	Aceito
Outros	Aceite_Institucional.pdf	07/02/2025 15:47:17	ESTER MIRANDA DA SILVA PEREIRA	Aceito
Outros	INSTRUMENTO_COLETA_DADOS.docx	08/12/2024 08:49:43	ESTER MIRANDA DA SILVA PEREIRA	Aceito
Outros	Carta_de_Aceite_Orientador.pdf	08/12/2024 08:47:20	ESTER MIRANDA DA SILVA PEREIRA	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	08/12/2024 08:43:22	ESTER MIRANDA DA SILVA PEREIRA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BELEM, 11 de Março de 2025.

Assinado por:
REGINA GABRIELA CALDAS DE MORAES
 (Coordenadora)